



SCIENTIFICA ACADEMICA LIBRI - SAL

**IMPACTO DOS DESASTRES
NATURAIS SOBRE**
— AS —
**FINANÇAS PÚBLICAS EM
MOÇAMBIQUE (2016-2019)**

Um estudo investigativo

DOMINGOS CARLOS BATONE



Adobe Express

**Impacto dos Desastres Naturais
sobre as Finanças Públicas em
Moçambique (2016-2019)**

Domingos Carlos Batone

PREFÁCIO

Analisar o impacto dos desastres naturais nas finanças públicas é um exercício académico de suma importância, principalmente quando o espaço geográfico em foco é Moçambique, um país de elevada vulnerabilidade resultado da sua localização na foz de quase uma dezena de rios internacionais e na zona de convergência intertropical, com zonas áridas e semiáridas, de longa extensão do território nacional sujeita a perdas e ganhos excessivos de humidade, a extensa zona costeira que sofre a influência de ciclones tropicais e a existência de zonas sísmicas activas.

O livro do Domingos Batone aborda o impacto dos desastres naturais nas finanças públicas moçambicanas. Para o efeito, o autor faz um recorte temporal de 2016 a 2019, abarcando eventos extremos como as secas cíclicas, decorrentes da escassez de precipitação devido ao fenómeno El Niño, os ciclones Dineo, Idai e Kenneth e a tempestade Desmond, as inundações nas cidades de Maputo, Matola, Beira e Quelimane e a erosão nas cidades de Chimoio, Nampula, Nacala e Tete.

Com um volume de aproximadamente 90 páginas, o livro está organizado em seis capítulos numa estrutura académica típica de uma dissertação, pois resulta de uma pesquisa de culminação de estudos de Mestrado.

No Capítulo I, o autor traz os antecedentes históricos e a contextualização temática e da pesquisa que resulta no livro, apresenta a problematização resumida na questão central mais específica sobre o impacto dos desastres naturais na política fiscal e no endividamento público em Moçambique. É ainda no primeiro capítulo do livro que o autor formula os objectivos e as questões de pesquisa que a jusante, enformam os capítulos subsequentes.

No capítulo II, o livro traz uma ampla revisão de literatura que relaciona as temáticas de Finanças Públicas, Desastres Naturais e Desenvolvimento Económico, numa arguição sobre dilemas e estratégias.

O estado da arte que o autor discorre no capítulo II é complementado por uma base teórica ancorada no cruzamento da teoria contingencial de administração e a abordagem neoliberal do desenvolvimento económico, desde o anúncio da teoria, a exposição do seu conteúdo, os principais precursores e, o mais importante, a sua operacionalização, buscando os pressupostos teóricos ao objecto do livro, no caso o impacto dos desastres naturais nas finanças públicas moçambicanas. É desta forma que encerra o terceiro capítulo da obra.

O quarto capítulo é reservado a aspectos metodológicos que conduziram a pesquisa desde a concepção do projecto até à edição em livro. Neste capítulo, o autor explica com detalhe didáctico o tipo de pesquisa, as técnicas e instrumentos de recolha de dados, as principais variáveis da pesquisa, a população e a amostra, assim como os procedimentos de análise de dados.

O capítulo V dedica-se à apresentação e análise dos resultados, onde o autor faz o mapeamento das áreas económicas afectadas, como consequência dos desastres naturais, tais como a actividade agrária, as infraestruturas, o turismo e as perdas humanas. Em resumo, os resultados mostram que, na globalidade, não foram verificadas perdas fiscais significativas, apesar dos desastres naturais terem inibido as actividades económicas, reduzindo o número dos contribuintes, destruídas infraestruturas de cobrança por onde funcionavam os postos de colecta de receitas públicas nas regiões directamente afectadas. Constatou-se também que os valores alocados pelo Estado para a resposta à emergência são exíguos e pouco representativos para aumentar o nível do endividamento do país no período em análise, excepto para o ano de 2019 onde a dívida pública rondou os 20%, por conta dos grandes estragos causados pelos ciclones Idai e Keneth.

O autor fecha o livro com uma conclusão algo surpreendente, ao apurar que o impacto que os desastres naturais têm nas finanças públicas não afectam directamente os níveis de crescimento económico de Moçambique, pois, durante o período analisado, as receitas públicas continuaram a crescer, não obstante à ocorrência dos ciclones tropicais, secas, inundações e estiagem. Esta tendência, segundo o autor, encontra explicação na capacidade de resiliência dos sectores-chave no fisco.

Esta é a proposta de leitura do livro do Domingos Batone que se revela uma valiosa contribuição na literatura científica sobre os eixos temáticos de Finanças Públicas e Riscos de Desastres.

Boa leitura!


RODRIGUES NHIUANE CUMBANE

Doutor em Território, Risco e Políticas Públicas

Universidade de Lisboa, Coimbra e Aveiro em Portugal

Equipe editorial

Editor-in-Chief

Antonio Marcos de Oliveira Siqueira 
Federal University of Viçosa, Brazil
E-mail: antonio.siqueira@ufv.br

Ivan Carlos Franco 
Centro Universitário FEI, Brazil
E-mail: icfranco@gmail.com

Wagner dos Reis Marques Araújo 
Minas Gerais State University, Brazil
E-mail: wagner.araujo@uemg.br

Aldair Oliveira de Andrade 
Federal University of Amazonas, Brazil
E-mail: aldairandrade@yahoo.com.br

Roberta Ferreira Coelho de Andrade 
Federal University of Amazonas, Brazil
E-mail: roberta_ufam@yahoo.com.br

Consulting Editors/ Conselho Editorial

Adetunji Adeniyani, University of Lagos, Nigeria
Alexandre Gurgel, Universidade Federal de Viçosa, UFV, Brazil
Ali. F. Muftah, College of Mechanical Engineering Technology, Libya
Angel Amado Recio Despaigne, Universidade Federal de Viçosa, UFV, Brazil
Ángel Amado Recio-Recio, Universidad de Oriente, UO, Cuba
Athikesavan Muthu Manokar, Technology Chennai, India
Boshra Ismael Arnout, Zagazig University, Egypt
Cassiano Rodrigues de Oliveira, Universidade Federal de Viçosa, UFV, Brazil
Cícero Naves de Ávila Neto, Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brazil
Conceição de Maria Belfort De Carvalho, Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Brazil
Conrado Garcia-Gonzalez, Universidad Autónoma de Baja California, Mexico
D A Gayan Nayanajith, University of Kelaniya-UoK/Sampath Bank PLC, Sri Lanka
Deyse Gomes da Costa, Universidade Federal de Viçosa, UFV, Brazil

Dhananjay R. Mishra, Jaypee University of Engineering & Technology, India
Ernesto Marín Moares, Instituto Politécnico Nacional, Mexico
Evaldo Ribeiro Oliveira, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Unilab, Brazil
Fabrício Roberto Costa Oliveira, Universidade Federal de Viçosa, UFV, Brazil
Fadl Abdelmonem Elsayed Essa Kafrelsheikh University, Egypt
Gabriel Gomes de Oliveira, University of Campinas, Unicamp, Brazil
Genilson Pereira Santana, Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Brazil
Geri Augusto, Brown University, USA
Germán Ariel Salazar, Universidad Nacional de Salta, UNSa Argentina
Germán Eduardo Dévora-Isiordia, Instituto Tecnológico de Sonora, Mexico
Ghan Shyam Bhatt, Tennessee State University, USA
Gideon Adamu Shallangwa, Ahmadu Bello University, Nigeria
Gopal Nandan, Amity University Uttar Pradesh, India
Guillermo Vega Sanabria, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brazil
Hans Carrillo Guach, Universidade Federal de Goiás, UFG, Brazil
Hidelbrando Ferreira Rodrigues, Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Brazil
Hitesh Panchal, Government Engineering College Patan, India
Ibrahim Ademola Fetuga, University of Lagos, Nigeria
Ilza do Socorro Galvão Cutrim, Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Brazil
Ismael A.S. Ehtiweh, Sabratha University, Libya
João Gomes Cardoso, Universidade de Cabo Verde, UNICV
Jorge Henrique de Oliveira Sales, Universidade Estadual de Santa Cruz, Brazil
Jorge Manuel dos Santos Rocha, Universidade de Coimbra, UC, Portugal
Jorge Manuel Pires Mendonça, Instituto Politécnico do Porto, IPP, Portugal
José Roberto da Silveira Maia, Universidade Federal de Viçosa, UFV, Brazil
Júlio Cesar Costa Campos, Universidade Federal de Viçosa, UFV, Brazil
Júlio César Dutra, University Center of FEI, Brazil
Julvan Moreira de Oliveira, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF, Brazil
Junzo Wataba, Waseda University, Japan
Kanhaiya Jha, Kathmandu University, Nepal
Keisha-Khan Y. Perry, Brown University, USA
Khalifa Zhani, University of Bisha, Saudi Arabia
Lakshmi Narayan Mishra, VIT University, India
Laura António Nhauelque, Universidade Aberta de Lisboa, Mozambique
Lizandro de Sousa Santos, Universidade Federal Fluminense, UFF, Brazil
Luca Bussotti, Centro de Estudos Internacionais Iscte-iul, Portugal
Lucas Benini, Universidade Federal Fluminense, UFF, Brazil
Luis Ferreira Makl, Universidad Nacional de San Martín, IDAES/UNSAM, Argentina
Mara Viveros Vigoya, Universidad Nacional de Colombia, Colombia
Marc Marie Luc Philippe Jacquinet, Universidade Aberta, Portugal
Maria da Conceição Farias da Silva Gurgel Dutra, Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brazil
Maria Zara Simões Pinto-Coelho, University of Minho, Portugal
Mario Corrales Serrano, Universidad de Extremadura, Spain
Mehdi Aliehyaei, Islamic Azad University, Iran

Mohamed Abdel Wahab Sharaf Eldean Suez University, Egypt
Mohamed Guendouz, University of Medea, Algeria
Mohammad J.R. Abdunnabi, Center for Solar Energy Research and Studies, Libya
Mustafa Bayram, University of Gaziantep, Turkey
Osvaldo Arlindo Lopes Ortet, Cape Verde
Pedro Prates Valério, Centro Universitário UNA, Brazil
Ramesh Chandra Borah, The Assam Kaziranga University, India
Ricardo Hauch Ribeiro de Castro, University of California, USA
Sales Augusto dos Santos, Universidade Federal de Viçosa, UFV, Brazil
Shilpi Pratim Dutta, The Assam Kaziranga University, India
Soraia Vilela Borges, Universidade Federal de Lavras, UFLA, Brazil
Taqiy Eddine Boukelia, Université Mohamed Seddik Ben Yahia – Jijel, Algeria
Tchoffo Houdji Etienne, The University of Maroua, Cameroon
Teresa Cândida Barbosa Castelo-Grande Edmond-Augusto, Universidade do Porto, UP, Portugal
University of Cabo Verde, Cape Verde
Vishnu Narayan Mishra, Indira Gandhi National Tribal University, India
Vítor Burity da Silva, Universidade Independente de Angola, Angola
Wanderson de Oliveira Assis, Instituto Mauá de Tecnologia, Brazil
Willian Melo Poubel, Universidade Federal do Espírito Santo, UFES, Brazil
Yuzo Iano, University of Campinas, Unicamp, Brazil
Zohreh Rahimi-Ahar, University of Isfahan, Iran

FICHA CATOLOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Impacto dos desastres naturais sobre as finanças
públicas em Moçambique [2016-2019] [livro
eletrônico] : um estudo investigativo /
Scientifica Academia Livre - SAL. -- 1. ed. --
Viçosa, MG : Ed. dos Autores, 2025.
PDF

Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-01-32067-0

1. Desastres naturais 2. Desastres naturais -
Prevenção 3. Finanças públicas 4. Moçambique -
Problemas sociais I. Scientifica Academia
Livre - SAL.

25-251068

CDD-363.70

Índices para catálogo sistemático:

1. Desastres naturais : : Problemas sociais 363.70

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

“Não se acomode nos momentos de prosperidade”

(Domingos, 2013).

Dedicatória

À memória da minha mãe, Madalena José.

Dedico este trabalho com todo carinho, amor e respeito.

Resumo

O desenvolvimento desta pesquisa teve como principal objectivo analisar o impacto dos desastres naturais ocorridos entre os anos 2016 e 2019 nas finanças públicas moçambicanas, nomeadamente, a escassez de precipitação devido ao fenómeno El Niño, o ciclone Dineo que atingiu a costa da província de Inhambane, as inundações nas cidades de Maputo, Matola, Beira e Quelimane e erosão nas cidades de Chimoio, Nampula, Nacala e Tete, ciclones tropicais Idai e Kenneth e a tempestade Desmond. Através duma abordagem metodológica mista, qualitativa e quantitativa, recorreu-se ao método de abordagem hipotético-dedutivo, método de procedimento estatístico, a entrevista, pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e o pacote estatístico SPSS para efeitos de recolha e análise de dados. Com recurso a teoria contingencial de administração e a abordagem neoliberal do desenvolvimento económico, foi possível mapear as áreas económicas afectadas, tais como o sector agrícola, infraestruturas, turismo e as perdas humanas, cuja dimensão foi proporcional ao grau de perigosidade dos referidos desastres naturais. Em termos globais não foram verificadas perdas fiscais significativas, apesar dos desastres naturais terem inibido as actividades económicas, reduzido o número dos contribuintes, destruídas infraestruturas de cobrança por onde funcionavam os postos de colecta de receitas nas regiões directamente afectadas. Constatou-se também que os valores alocados pelo Estado para a resposta à emergência são exíguos e pouco representativos para aumentar o nível do endividamento do país no período em análise, excepto para o ano de 2019 onde a dívida pública rondou os 20%, por conta dos grandes estragos causados pelos ciclones Idai e Keneth. Finalmente, chegou-se à conclusão de que o impacto que os desastres naturais têm nas finanças públicas não afectam directamente os níveis de crescimento económico de Moçambique, pois, as receitas públicas continuaram a crescer de 2016 a 2019 apesar da ocorrência dos ciclones tropicais, secas, inundações e estiagem. Esta tendência explica-se devido à capacidade de resiliência dos sectores que mais contribuem para o fisco nomeadamente: comércio, actividade petrolífera, mineira, participações do estado em empresas, renda de imóveis e exploração de bens de domínio público.

Palavras-chave: Desastres Naturais, Finanças Públicas, Despesas e Receitas.

Abstract

The development of this research aimed to analyze the impact of natural disasters that occurred between 2016 and 2019 on Mozambican public finances, namely, the lack of precipitation due to the El Niño phenomenon, the Dineo cyclone that hit the coast of Inhambane province, the floods in the cities of Maputo, Matola, Beira and Quelimane and erosion in the cities of Chimoio, Nampula, Nacala and Tete, tropical cyclones Idai and Kenneth and the storm Desmond. Through a mixed, qualitative and quantitative methodological approach, we used the hypothetical-deductive approach method, the statistical procedure method, the interview, document research, bibliographic research and the SPSS statistical package for the purpose of data collection and analysis. Using the contingency theory of administration and the neoliberal approach to economic development, it was possible to map the affected economic areas, such as the agricultural sector, infrastructure, tourism and human losses, whose size was proportional to the degree of danger of the referred natural disasters. In global terms, there were no significant fiscal losses, despite the fact that natural disasters inhibited economic activities, reduced the number of taxpayers, destroyed the collection infrastructures where the revenue collection posts operated in the regions directly affected. It was also found that the amounts allocated by the State for the emergency response are meager and unrepresentative to increase the country's indebtedness level in the period under review, except for the year 2019 where the public debt was around 20%, on account of the great damage caused by cyclones Idai and Keneth. Finally, it was concluded that the impact that natural disasters have on public finances does not directly affect the levels of economic growth in Mozambique, as public revenues continued to grow from 2016 to 2019 despite the occurrence of cyclones, droughts, floods and drought. This trend is explained by the resilience of the sectors that contribute the most to the tax authorities, namely: commerce, oil activity, mining, state participation in companies, real estate rent and exploitation of public domain assets.

Keywords: Natural Disasters, Public Finances, Expenditures and Revenues.

Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

ANE - Administração Nacional de Estradas
AT- Autoridade Tributária
CDD - Centro para Democracia e Desenvolvimento
CGE - Conta Geral do Estado
DGR - Direcção de Gestão do Risco
DUAT - Direitos de Uso e Aproveitamento de Terra
EP - Empresas Públicas
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura
FMI - Fundo Monetário Internacional
IDE - Investimento Directo Estrangeiro
IFD - Instituto de Formação e Desenvolvimento
INE - Instituto Nacional de Estatística
INGC - Instituto Nacional de Gestão de Calamidades
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado
MASA – Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar
MEF - Ministério da Economia e Finanças
MT - Meticais
ODS - Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OE - Orçamento do Estado
OIM - Organização Internacional de Migração
OMR - Observatório do Meio Rural
PC - Plano de Contingência
PDPMCN - Plano Director de Prevenção e Mitigação das Calamidades Naturais
PIB - Produto Interno Bruto
PMA - Programa Mundial de Alimentação
PPP - Parcerias Público Privadas
SISTAFE - Sistema de Administração Financeira do Estado
SPSS 22 - *Statistical Package for Social Sciences 22*
TA - Tribunal Administrativo
UJC - Universidade Joaquim Chissano
UN HABITAT - Programa das Nações Unidas para o Assentamento Humano
UNFPA - Fundo das Nações Unidas para População
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

Índice Geral



Scientifica Academica Libri - SAL	1
Dedicatória	7
Resumo	8
Abstract	9
Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos	10
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO	14
1.1 Antecedentes Históricos e Contextualização.....	15
1.2 Problematização e problema	17
1.3 Questões de Pesquisa	19
1.4 Objectivos da Pesquisa	20
1.4.1 Objectivo Geral	20
1.4.2 Objectivos Específicos	20
1.5 Hipóteses	20
1.6 Delimitação do Tema no Tempo e no Espaço.....	21
1.7 Justificativa deste estudo.....	22
CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA	24
2.1 Noção de Finanças Públicas	24
2.2 Desastres Naturais	27
2.3 A Influência dos Desastres Naturais nas Finanças Públicas: Dilemas e Estratégias.....	28
2.4 Desenvolvimento Económico	30
CAPÍTULO III: QUADRO TEÓRICO	35
3.1 Teoria Contingencial de Administração	35
3.1.1 Precusores e Historial da Teoria da Contingência ou Situacional	35
3.1.2 Pressupostos	36
3.1.2.1 Tom Burns e George Macpherson Stalker	38
3.1.2.2 Paul Lawrence e Jay Lorsch	39

3.1.2.3 James Thompson.....	40
3.1.2.4 Joan Woodward	41
3.1.2.5 Charles Perrow.....	42
3.1.2.6 O Grupo Aston	43
3.1.2.7 Síntese dos Pressupostos da Teoria da Contingência da Administração	44
3.1.3 Aplicação da Teoria na Pesquisa	44
3.2 Teoria Neoliberal do Desenvolvimento Económico.....	45
3.2.1 Precusores e Historial do Neoliberalismo	45
3.2.2 Pressupostos	47
3.2.3 Aplicação da Teoria na Pesquisa	47
3.3 Modelo Conceptual do Risco de Desastres Naturais	48
CAPÍTULO IV: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	51
4.1 Tipo de Pesquisa Quanto à Forma de Abordagem do Problema.....	51
4.2 Métodos de Estudo	51
4.2.1 Método de Procedimento.....	51
4.2.2 Método de Abordagem.....	52
4.3 Técnicas e Instrumentos de Recolha de Dados	52
4.3.1 Entrevista e Técnica “bola de neve”	52
4.3.2 Pesquisa Bibliográfica e Documental	53
4.4 Variáveis da Pesquisa.....	54
4.5 População e Amostra	54
4.6 Procedimentos de Análise de Dados	54
CAPÍTULO V: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS	55
5.1 Enquadramento Histórico dos Desastres Naturais em Moçambique.....	55
5.2 Mapeamento das Áreas Económicas Afectadas pelos Desastres Naturais	57
5.2.1 Impacto do fenómeno El Niño (2016).....	57
5.2.2 Impacto do Ciclone Dineo (2017).....	58
5.2.3 Impacto das Inundações nas Cidades de Maputo, Matola, Beira e Quelimane e Erosão nas Cidades de Chimoio, Nampula, Nacala e Tete (2018).....	58
5.2.4 Impacto do Ciclone Idai, Kenneth e a Tempestade Desmond (2019).....	59
5.3 O Desempenho Fiscal e Macroeconómico de Moçambique nos Anos em que Ocorreram os Ciclones, Estiagem e Inundações	64
5.4 Variação das Receitas e Despesas Públicas nos Anos em que Ocorreram os Desastres Naturais (2016-2019).....	71
5.5 Riscos e Perdas Fiscais nos Anos em que Ocorreram os Desastres Naturais	73

5.6 Danos e Financiamento aos Desastres Naturais em Moçambique	78
5.7 Influência dos Desastres Naturais no Nível de Endividamento Público do País	82
CAPÍTULO VI: CONCLUSÃO, RECOMENDAÇÕES E PROPOSTA DE LINHAS PARA FUTURAS PESQUISAS	88
6.1 Conclusões	88
6.2 Recomendações	89
Agradecimentos.....	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	92

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

Os cerca de 27.909.798 milhões de moçambicanos recenseados no IV Censo Geral da População e Habitação de 2017 (INE, 2018), cuja evolução em 2021 passou para 30.832.244 milhões (Projeção do INE, 2021), vivem em espaços sempre moldados por rios, montanhas, planícies, lagos e mares que acabam por determinar a ocorrência dos desastres naturais.

Os efeitos destes fenómenos em Moçambique ameaçam aumentar a gravidade e a frequência dos eventos de risco, enfatizando a necessidade de todos actores relevantes, a destacar, o governo, sociedade civil, parceiros de desenvolvimento multilateral ou bilateral, empresas e outros, protegerem a população e o país contra as consequências sociais e económicas correspondentes.

Existe também uma percepção de que os eventos causados pelos desastres têm impactos duradouros nas pessoas, nas comunidades e no desenvolvimento socioeconómico, por essa razão desenvolveu-se esta pesquisa que incide especificamente sobre a relação existente entre os desastres naturais, nomeadamente, ciclones, inundações, tempestades, secas, epidemias *versus* as finanças públicas moçambicanas, no âmbito dos comportamentos da despesa pública, receita pública, desempenho fiscal, impacto macroeconómico e tendência do endividamento público.

No que concerne à estrutura, este trabalho encontra-se dividida em seis (6) capítulos, nomeadamente, a introdução, revisão da literatura, quadro teórico, metodologia da pesquisa, apresentação e análise dos resultados, conclusão e recomendações, incluindo também a proposta de linhas para futuras pesquisas.

O primeiro capítulo referente a introdução, apresenta os aspectos introdutórios que fazem o enquadramento da pesquisa, como são os casos da contextualização e antecedentes históricos, problematização, questões de pesquisa, objectivos, hipóteses, delimitação do tema e justificativa.

No capítulo segundo, o foco principal está na revisão da literatura cujos tópicos são a noção de finanças públicas, os desastres naturais, a influência dos desastres naturais nas finanças públicas: dilemas e estratégias.

É no terceiro capítulo referente ao quadro teórico que efectua-se uma triangulação entre a Teoria Contingencial de Administração e o Neoliberalismo, por meio da apresentação do (a) historial, percursos, a tese ou pressupostos e aplicação de cada uma delas nesta pesquisa, bem como, o modelo conceptual de riscos de desastres.

Para o quarto capítulo, reserva-se à descrição dos procedimentos metodológicos usados, desde a caracterização da pesquisa, a identificação dos métodos usados, as técnicas de recolha de dados, as variáveis do estudo, a população e amostra, e os procedimentos para a análise de dados.

O capítulo quinto destinado a apresentação e análise dos resultados discute o enquadramento histórico dos desastres naturais em Moçambique, mapeamento das áreas afectadas por estes fenómenos, descrição do desempenho fiscal e macroeconómico de Moçambique nos anos em que ocorreram os ciclones, estiagem e inundações, a apresentação da variação das receitas e despesas nos anos em que esses fenómenos aconteceram, os riscos e perdas fiscais verificadas, os danos e financiamento às estratégias de mitigação ou prevenção dos desastres naturais e a influência dos desastres no nível de endividamento público do país.

No caso do sexto capítulo, são descritas às conclusões, recomendações e a proposta das linhas de pesquisa que podem ser exploradas em futuras pesquisas.

1.1 Antecedentes Históricos e Contextualização

Ao pretendermos analisar os desastres naturais no país e seus efeitos nas finanças públicas, é necessário termos como base de argumentação alguns pressupostos trazidos por Strzepek et al. (2010), nomeadamente, grande parte da infra-estrutura de Moçambique é vulnerável às mudanças climáticas, e mesmo sob as projecções de baixo nível do aumento do nível do mar, as áreas costeiras também serão sujeitas a uma maior inundação como resultado dos ciclones estarem a chegar cada vez mais ao interior, demandando mais investimentos para a protecção costeira.

Moçambique é um país com uma elevada frequência, alternância e intensidade de eventos extremos, sobretudo ciclones, cheias, secas, epidemias e Sismos. A vulnerabilidade do país a estes eventos resulta da sua localização a jusante de nove rios internacionais, da existência de zonas sísmicas activas, de zonas áridas e semiáridas e ainda pelo facto do país possuir uma extensa zona

costeira que sofre a influência de ciclones tropicais e de perdas e ganhos excessivos de humidade (Governo de Moçambique, 2018).

Há uma previsão de que até ao ano de 2050, as mudanças climáticas colocarão um obstáculo no crescimento económico e nas perspectivas de desenvolvimento de Moçambique. As projecções apresentadas indicam que as implicações económicas das mudanças climáticas vão se tornar mais acentuadas a partir de 2030 (Arndt *et al*, 2011). Nesse sentido, com os ciclones IDAI e KENETH, as secas e inundações ocorridas em 2019, ficou mais que claro que os impactos das mudanças climáticas e dos desastres naturais estão ocorrendo mais cedo e com muita regularidade do que muita literatura anuncia, daí que, as finanças públicas moçambicanas também se ressentiram destes fenómenos.

Na área do turismo o potencial de Moçambique também é grande e fornece uma oportunidade para o desenvolvimento económico, mas depende das situações climáticas, pois, a ocorrência dos desastres naturais afectam negativamente na contribuição deste sector para as finanças públicas, através da destruição de infra-estruturas como estradas e hotéis (Banco Mundial, 2010).

Para o sector agrícola o potencial é grande e constitui um dos pontos fortes da economia do país, visto que, a área é fundamental para combater os efeitos do aumento dos preços dos alimentos, por essa razão, prevê-se que as mudanças climáticas afectem especialmente o sector agrícola de sequeiro, principalmente através da diminuição do rendimento das principais culturas. Dessa forma, os impactos são agravados pelo uso excessivo da técnica de corte, queimadas e incêndios descontrolados, todavia, a mudança climática poderia, combinada com efeitos das inundações mais frequentes nas zonas rurais, resultar em perdas do PIB agrícola entre 4,5% (estimativas conservadoras) e 9,8% (pior cenário) (Wingqvist, 2013).

O sector pesqueiro é importante para os meios de subsistência das populações residentes na costa e responde por cerca de 8% do total das exportações. A pesca tradicional representa 85% das capturas para consumo interno. A pesca marinha está ameaçada pela sobrepesca, degradação do seu habitat, poluição e desastres naturais, que prejudicaram a capacidade das populações para atender às suas necessidades económicas e sociais básicas, como também retrai a sua contribuição em termos de tributos. Por conseguinte, as áreas costeiras são particularmente vulneráveis à

elevação do nível do mar e há maior intensidade e frequência de tempestades associadas com as mudanças climáticas (INGC, 2009).

Nessa lógica, uma análise económica das mudanças climáticas em Moçambique revela que os desastres naturais podem fazer com que o PIB caia entre 4 e 14%, com declínios significativos no bem-estar nacional em 2050. Prevê-se que as implicações económicas sejam mais pronunciadas após 2030. No pior dos casos, os custos das mudanças climáticas podem chegar a US \$ 7,6 bilhões, o que é equivalente a um pagamento anual de pouco mais de US \$ 400 milhões, se não forem implementadas medidas (Wingqvist, 2013).

Estes fenómenos são difíceis de prever, mas suas consequências para o tecido económico, social e ambiental não são. Eles facilitam a destruição das infraestruturas, retraem o crescimento económico e põem em causa a consolidação do sistema de administração financeira estatal e a gestão de finanças públicas. Contudo, a maior parte da produção científica sobre desastres naturais é feita por instituições diferentes das académicas, cujos produtos aparecem em forma de relatórios e reflectem sobre a gestão do risco de desastres e as consequências económicas advindas destes fenómenos, enquanto o presente trabalho centra-se no estudo dos seus impactos nas finanças públicas, através dum olhar crítico e sistemático sobre o comportamento das receitas, despesas e endividamento nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019, a quando da ocorrência de oito (8) desastres naturais, nomeadamente, o fenómeno El Niño, ciclone Dineo, inundações, erosão, secas, ciclones tropicais Iдай e Kenneth, tempestade Desmond.

1.2 Problematização e problema

Os desastres naturais podem afectar as finanças públicas pela diminuição das receitas, em função da redução da capacidade produtiva e da arrecadação de impostos na região atingida; ou pelo aumento dos gastos relacionados à realização de acções prioritárias de emergência e de reconstrução, realocando despesas previstas e adquirindo créditos externos (Benson e Clay, 2004).

Os desastres naturais podem ter implicações importantes para os gastos públicos. É provável que os desastres resultem em gastos adicionais e/ou na realocação parcial de recursos financeiros já comprometidos, tanto para cobrir os custos de reparação e reabilitação de bens públicos quanto para fornecer apoio às vítimas, porém, essas acções podem levar ao adiamento ou abandono do

investimento planeado no orçamento do Estado, redução na prestação de serviços públicos, adiamento de aumentos de salário e nomeação de funcionários públicos. Logo, a implementação de projectos em andamento também pode ser adiada, aumentando seu custo final, problemas que podem ser exacerbados por pressões administrativas adicionais após a ocorrência dum desastre (Rahman, 2000).

Estes fenómenos naturais podem causar uma queda na receita pública, na medida em que contribuem para a existência de níveis mais baixos de actividade económica, bem como na queda das importações e exportações. Embora essas perdas possam ser parcialmente compensadas pelo aumento dos fluxos de assistência externa oficial, é improvável que sejam totalmente compensadas. Consequentemente, um governo pode ser obrigado a enfrentar pressões orçamentárias crescentes, através da diminuição das reservas de câmbio, aumento dos níveis de empréstimos externos ou aumento da oferta monetária (MunichRe, 2006).

Devido aos desastres, os empréstimos domésticos exercem pressão ascendente sobre as taxas de juros e podem resultar em um aperto no crédito. Os empréstimos estrangeiros podem resultar em uma apreciação da taxa de câmbio, reduzindo o preço das importações e aumentando o das exportações. Além disso, pode colocar tensões futuras na economia por meio de custos mais altos do serviço da dívida. Os Desastres naturais também podem desencadear um aumento nas taxas de juros cobradas pela dívida externa, aumentando os prémios de risco associados aos activos de um país (Benson e Clay, 2004).

Segundo o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades-INGC (2009), as alterações climáticas significam que a proporção de ciclones tropicais intensos poderá vir a ser superior à que se verifica actualmente, pois, Moçambique atingiu um nível crítico com o Kenneth classificado com a categoria 4, numa escala de intensidade de 0 a 5, observando ventos de até 210 km por hora acima do Idai que teve a classificação de 3 e ventos até 180 km por hora, porém, o segundo teve mais danos. Isto agravar-se-á ainda mais se a frequência dos ciclones também aumentar e superar os 20 ocorridos no intervalo entre 1980 a 2019. O impacto de cada um destes ciclones tropicais intensos será muito maior, ou seja, os ciclones entrarão em terra firme, afectando uma área de terra maior onde se encontra o parque industrial e demais estabelecimentos comerciais, principais fontes de receitas fiscais. O desenvolvimento económico crescente promovido pelo turismo, a exploração

mineira e a pesca, os investimentos em infra-estruturas e serviços associados à indústria e à habitação estarão numa situação de risco.

Essas observações evidenciam que os desastres naturais causados pelas mudanças climáticas afectam negativamente na contribuição fiscal e económica dos sectores agrário, mineiro, turístico, pesqueiro e florestal de Moçambique.

Os dados do Banco Mundial (2010), demonstram que sem uma estratégia clara de adaptação às mudanças climáticas, um número acumulado de 916.000 pessoas poderiam ser forçadas a migrar para longe da costa (ou 2,3% da população de 2040). No pior caso, estima-se que os custos anuais totais de danos atinjam US \$ 103 milhões por ano até aos anos 2040, com a migração forçada sendo um grande contribuinte para esse custo.

A discussão levantada nesta problematização, deixa claro que as saídas que Moçambique tem para desafiar os desastres naturais são escassas, pois, carece de elevados montantes financeiros para dar resposta no salvamento de vidas nos anos em que ocorrem estes fenómenos, mas também, garantir a reconstrução de infra-estruturas públicas destruídas, tais como: estradas, pontes, escolas e hospitais, que são importantes para retirar o país da pobreza. As soluções muitas das vezes são meramente incrementais, deixando cair por terra a noção de sustentabilidade. Num contexto de fragilidades orçamentais, onde o Estado moçambicano enfrenta de forma sequencial estes fenómenos ambientais, foi formulada a seguinte questão orientadora: *Qual é o impacto dos desastres naturais nas finanças públicas e no crescimento económico de Moçambique?*

1.3 Questões de Pesquisa

Foram definidas as seguintes questões para orientar esta pesquisa:

- a) Quais são as áreas económicas afectadas pelos desastres naturais?
- b) Qual foi o desempenho fiscal nos anos em que ocorreram os ciclones, estiagem e inundações em Moçambique?
- c) De que forma os impactos dos desastres naturais afectaram na variação das receitas e despesas do país?
- d) Que influência estes fenómenos tiveram no nível de endividamento público e crescimento económico do país?

1.4 Objectivos da Pesquisa

1.4.1 Objectivo Geral

Esta pesquisa tem como objectivo geral analisar o impacto dos desastres naturais nas finanças públicas e crescimento económico.

1.4.2 Objectivos Específicos

A materialização do objectivo geral dependerá da operacionalização dos seguintes objectivos específicos:

- a) Mapear as áreas económicas afectadas pelos desastres naturais;
- b) Descrever o desempenho fiscal nos anos em que aconteceram os ciclones, estiagem e inundações em Moçambique;
- c) Interpretar a variação das receitas e despesas públicas nos anos em que ocorreram os desastres naturais;
- d) Relacionar os desastres naturais e o nível de endividamento público e crescimento económico do país.

1.5 Hipóteses

Foram desenvolvidas três hipóteses para servir de respostas provisórias:

- a) **Hipótese 1:** Os desastres naturais podem influenciar na variação das finanças públicas através da diminuição das receitas e aumento das despesas públicas destinadas à reconstrução;
- b) **Hipótese 2:** Prevê-se que o crescimento exponencial do endividamento público moçambicano seja proveniente dos desastres naturais e o desempenho fiscal neste período foi negativo;
- c) **Hipótese 3:** O impacto que os desastres naturais têm nas finanças públicas não afecta directamente os níveis de crescimento económico de Moçambique; e
- d) **Hipótese 4:** As áreas económicas afectadas pelos desastres naturais envolvem as infraestruturas de saúde, perdas agrícolas, pecuária, comércio e vias de acesso.

1.6 Delimitação do Tema no Tempo e no Espaço

O marco temporal desta pesquisa é o intervalo entre os anos 2016 e 2019, cujas razões para a sua escolha são o facto de ter ocorrido nesta fase vários desastres naturais que afectaram negativamente a economia nacional e o desempenho fiscal de Moçambique. De Janeiro a Março de 2016, Moçambique teve escassez de precipitação devido ao fenómeno El Niño, na região da África Austral, que foi a escassez de chuvas mais forte dos últimos 35 anos. Em Fevereiro de 2017, o ciclone Dineo atingiu a costa da província de Inhambane. No ano 2018, no período de Janeiro, Fevereiro e Março, houve registo de inundações nas cidades de Maputo, Matola, Beira e Quelimane e erosão nas cidades de Chimoio, Nampula, Nacala e Tete. Em março e abril de 2019, dois ciclones tropicais, Idai e Kenneth, atingiram o centro e o norte de Moçambique, causando uma destruição, danos e perda de vidas generalizados devido a ventos fortes, precipitação e inundações subsequentes, mas também, a tempestade *Desmond* afectou o país. Portanto, o período em análise coincide com ao Programa Quinquenal do Governo (2015-2019).

No âmbito da delimitação espacial, o tema tem como área de análise geográfica Moçambique, visto que, o país situa-se numa zona propensa aos desastres naturais, que vão afectando de forma recorrente as regiões sul, centro e norte, cujas despesas são assumidas por um único Orçamento do Estado centralizado que para além dos tributos, também é financiado por créditos e donativos vindos de vários países e organizações multilaterais dispostos a ajudar no salvamento de pessoas e na reconstrução das infra-estruturas; por essa razão, faz-se menção do país como um todo, preservando o princípio de unidade do orçamento, previsto pela alínea b) do artigo 13 da Lei nº 09/2002 de 12 de Fevereiro, que aprova o Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), onde o orçamento é apenas um. Assim sendo, o impacto dos desastres naturais nas finanças públicas será apreciado na generalidade para Moçambique e não as províncias de forma isolada, apesar deste estudo apresentar também alguns impactos climáticos para alguns sectores económicos relevantes, nomeadamente, agricultura, pesca e pecuária, nas províncias mais afectadas. Todavia, a pesquisa tem como referência as regiões afectadas pelos desastres naturais, tais como: Manica, Sofala, Tete, Zambézia, Inhambane, Maputo e Gaza.

1.7 Justificativa deste estudo

Os desastres naturais tendem a afectar Moçambique de forma recorrente e trata-se dum tema actual na agenda governamental do país e internacional, no entanto, existem poucos estudos que fazem o mapeamento do impacto destes fenómenos sobre as finanças públicas, essa é a razão fundamental que motivou o desenvolvimento deste estudo, cuja incidência é o seu impacto fiscal, na despesa, na receita e no endividamento público. A outra razão para a selecção do tema é que integra o Objectivo 11 da Agenda 2030 (Objectivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS), onde pretende-se tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, concretamente na meta 11.5, até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afectadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas económicas directas causadas por elas em relação ao PIB global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade.

A razão de índole pessoal para a escolha do tema é a falta duma base de dados que faz o mapeamento das perdas fiscais causadas pelos desastres naturais que tendem a ser recorrentes, para facilitar na formulação de políticas públicas e estratégias de apoio consistentes aos sectores económicos afectados.

No âmbito da relevância teórica, esta pesquisa contribui com achados científicos que vão reforçar o debate académico sobre os impactos dos desastres naturais em Moçambique, facilitando na formulação duma estratégia de Gestão de Risco de Desastres Naturais, pois, no âmbito da investigação científica as academias têm sido convidadas para propor algumas soluções. Esta pesquisa faz uma triangulação teórica inovadora, ao desenvolver uma análise através da Teoria Contingencial de Administração, a Teoria Neoliberal do Desenvolvimento Económico e o Modelo Conceptual de Risco, permitindo chegar a conclusões que melhor espelham a realidade do campo.

Em relação à contribuição prática do estudo, espera-se que os seus achados permitam fornecer dados relevantes para os gestores públicos, governantes, Organizações da Sociedade Civil (OSC) e Organizações Não-Governamentais (ONGs) que actuam no campo dos desastres naturais, mudanças climáticas e monitoria das finanças públicas. Os resultados serão divulgados em revistas

científicas nacionais e internacionais, nos seminários e/ou conferências organizadas pelo Instituto Nacional de Gestão de Calamidades de Moçambique (INGC) e pela Autoridade Tributária (AT), para que chegue a muitos actores relevantes.

CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA

Esta pesquisa foi desenvolvida depois duma discussão das abordagens de vários autores sobre os conceitos de finanças públicas, desastres naturais e desenvolvimento económico, tal como é apresentado neste capítulo.

2.1 Noção de Finanças Públicas

Leigos e muitos clérigos em economia veem as Finanças Públicas como caixa-preta, por causa da sua complexidade, por essa razão, quem estuda ou trabalha na área deve estar preparado para essa situação, pois, requer persistência na procura por insumos para estudos, a começar para descobrir e para compreender as estatísticas e mesmo quando encontradas, ainda é preciso cuidar para que sejam actualizadas com séries consistentes (Giambiagi & Além, 2011). Em sentido comum, as finanças expressam a situação de uma pessoa natural ou jurídica, de direito público ou de direito privado, relativamente aos recursos económicos disponíveis (Costa, 2016).

Seguindo essa linha, quando falamos de Finanças Públicas referimo-nos actividade económica de um ente público tendente à afectação de bens à satisfação de necessidade que lhe estão confiadas. Na encruzilhada entre as decisões sobre a satisfação das necessidades colectivas e o prosseguimento do interesse público encontramos o fenómeno financeiro público e as finanças públicas. Em sentido orgânico, estamos perante os órgãos do Estado ou de outros entes públicos a quem compete gerir os recursos destinados à satisfação de necessidades sociais. Em sentido objectivo, estamos perante a actividade através da qual o Estado ou outro ente público afecta bens económicos à satisfação de necessidades sociais. Em sentido subjectivo, estamos perante a disciplina científica que estuda os princípios e regras que regem essa actividade (IFD-Instituto de Formação e Desenvolvimento, 2011).

Partindo dessas premissas, fica claro que a disciplina de finanças públicas, ou economia pública ou economia do sector público, tem uma natureza interdisciplinar, pois, situa-se na confluência das abordagens da ciência económica, da ciência política e do direito. O seu objecto de estudo é comum ao da economia na medida em que considera, no âmbito do sector público, as questões económicas fundamentais: O que produzir? Como produzir? E para quem produzir? Isto é, o

problema de saber que recursos devem ser usados na produção de bens privados e quais deverão ser utilizados na produção de bens públicos, qual a melhor forma de produzir e financiar estes bens e, finalmente, quem deverá beneficiar da sua produção (Pereira *et al*, 2016). Para estes autores, o estudo das finanças públicas deverá atender aos seguintes aspectos:

1. Quais os efeitos da manipulação de certas variáveis instrumentais (política orçamental) na prossecução de objectivos?
2. Quais os efeitos de alterações em variáveis estruturais (regras e instituições) na implementação das políticas públicas?
3. Qual deve ser a intervenção do Estado na economia, nomeadamente na sua vertente financeira (receitas e despesas públicas)?
4. Quais devem ser as regras e instituições a operar no sector público de modo a implementar as políticas públicas desejáveis?

Todavia, para poder desempenhar suas funções, o governo precisa de recursos, por essa razão de acordo com Gruber (2011), as finanças públicas são o estudo do papel do governo na economia. Esta é uma definição muito ampla que envolve responder às quatro questões importantes:

- Por que o governo deveria intervir na economia?
- Como o governo pode intervir?
- Qual é o efeito dessas intervenções nos resultados económicos?
- Por que os governos optam por intervir da maneira que fazem?

A partir destas questões, define-se como Finanças Públicas a aquisição e utilização de meios financeiros pelas entidades públicas. Duma forma mais clara, dizem respeito as receitas e as despesas do Estado, dos municípios e das entidades paraestaduais. O seu estudo abarca aspectos como do orçamento, as receitas e despesas pública e a sua utilização como instrumento de política económica e social. Logo, as Finanças Públicas existem porque existe a necessidade do Estado, realizar despesas, consequentemente cobrar as receitas (IFD-Instituto de Formação e Desenvolvimento, 2011).

Na percepção de Costa (2016), idealmente, o sistema adoptado para evidenciar as finanças públicas, deve compreender grupos de contas que expressem a realidade da actividade da organização, um regime de registro e contabilização dos actos e factos relevantes, bem como demonstrativos

financeiros que possibilitem o eficiente controlo e a gestão da actividade da entidade e, ao mesmo tempo, aptos a informar adequadamente a situação:

- a) **Patrimonial**, em determinado momento do tempo, bem como as suas variações entre períodos determinados (mutações ou variações patrimoniais);
- b) **Financeira**, propriamente dita, adequada a gestão de liquidez de curto prazo e do fluxo de caixa necessário ao financiamento das actividades operacionais correntes e de investimentos, bem como da estrutura de capital e de solvência de longo prazo; e
- c) **Orçamentária**, que expressa se foram, e em que grau, atingidas as metas estabelecidas, além de permitir a gestão das acções planeadas, tendo em vista que o orçamento moderno (orçamento programa) é instrumento essencial de ligação entre o planeamento das acções e as finanças, permitindo a operacionalização efectiva e concreta dos planos de trabalho, na medida em que os monetariza, isto é, quantifica-os em moeda permitindo o estabelecimento de cronogramas físico-financeiros.

Musgrave (1974), chama a atenção para o facto de uma teoria dessa espécie poder ser abordada de duas maneiras. A primeira, que ele denomina de teoria normativa, ou óptima, do sector público procura estabelecer as regras e princípios que proporcionem uma gestão eficiente da economia pública, baseando-se em condições inicialmente definidas. A segunda, que ele considera “uma sociologia da política fiscal”, permitiria explicar por que estão sendo seguidas as políticas existentes e prever as que serão seguidas no futuro. Ou seja, a primeira preocupa-se apenas em identificar fórmulas/normas para que o Estado actue de forma eficiente, nos diversos campos de sua actuação. A segunda em explicar e compreender por que ele atua de uma e não de outra maneira, as forças que influenciam suas decisões e as consequências que essas acarretam para o próprio sistema (Oliveira, 2007). Cumpre, ainda, ressaltar que o estudo das Finanças Públicas abrange toda a actividade financeira do Estado, isto é, os orçamentos, as despesas, a dívida pública bem como as diferentes formas de financiamento dos gastos públicos, destacando-se entre elas os tributos, as receitas decorrentes do património do próprio Estado e o crédito público (Costa, 2016).

Nessa perspectiva, entende-se que as finanças públicas estão associadas ao processo de aquisição e utilização de meios financeiros pelas entidades públicas para a satisfação das necessidades colectivas, ou seja, é a forma como o Estado gere e adquire fundos públicos. O Estado tem as suas

finanças porque precisa de fazer despesas com a produção de bens. Por conseguinte, se o Estado tem as suas finanças é porque se destinam a satisfazer as necessidades colectivas.

2.2 Desastres Naturais

Desastres naturais são uma área de pesquisa multidisciplinar e de análise de políticas públicas. Existe, portanto, um problema de discurso, porque termos básicos na linguagem da pesquisa e prática de desastres como: perigo, desastre, vulnerabilidade e risco são aparentemente comuns, mas geralmente reflectem subtis diferenças de conceptualização entre cientistas naturais, cientistas sociais e profissionais. Esse problema do discurso é comum na maioria das questões de desenvolvimento (Rahman, 2000).

Embora os desastres naturais tenham cobrado seu preço ao longo da história, há fortes indícios de que eles se tornaram mais frequentes e graves nas últimas décadas e que essa tendência deve continuar no período à frente (MunichRe, 2006). Em parte, esse é o resultado de uma crescente concentração da população em áreas vulneráveis (Wisner *et al*, 2004). Mas também pode reflectir um processo de mudanças nos padrões climáticos, em particular associados ao aumento das temperaturas da superfície global, que parecem ter causado um aumento na frequência e intensidade de eventos climáticos adversos, como furacões, inundações e secas.

Fica claro para Masato *et al* (2006), que os desastres de origem natural podem estar relacionados com a dinâmica interna ou externa da Terra, ou seja, eventos ou fenómenos internos causados pela movimentação das placas tectónicas, que têm reflexo na superfície do planeta (terramotos, maremotos, tsunamis e actividade vulcânica); ou de origem externa gerada pela dinâmica atmosférica (tempestades, tornados, secas, inundações, vendavais, etc.).

Em termos de conceptualização, um desastre natural é a ocorrência de um risco anormal ou pouco frequente que afecta comunidades ou áreas geográficas vulneráveis, causando danos substanciais, interrupções e possíveis vítimas e deixando as comunidades afectadas incapazes de funcionar normalmente. Do ponto de vista económico, um desastre implica uma combinação de perdas em termos de capital humano, físico e financeiro e uma redução na actividade económica, como renda e investimento, consumo, produção e emprego na economia "real". Também pode haver impactos

graves em termos de fluxos financeiros, como receitas e despesas de órgãos públicos e privados (Freeman *et al*, 2003).

Na visão de Masato *et al* (2006), as inundações, escorregamentos, secas, furacões, entre outros, são fenómenos naturais severos, fortemente influenciados pelas características regionais, tais como, rocha, solo, topografia, vegetação, condições meteorológicas. Quando estes fenómenos intensos ocorrem em locais onde os seres humanos vivem, resultando em danos (materiais e humanos) e prejuízos (sócio-económico) são considerados como “desastres naturais”.

A literatura sobre gestão de desastres geralmente distingue desastres rápidos no local, como tempestades ou terremotos, que causam perda imediata e perturbações ou eventos lentos como a seca. Por exemplo, Masato *et al* (2006), sublinham que os desastres são normalmente súbitos e inesperados, de uma gravidade e magnitude capaz de produzir danos e prejuízos diversos, resultando em mortos e feridos. Portanto, exigem acções preventivas e restituidoras, que envolvem diversos sectores governamentais e privados, visando uma recuperação que não pode ser alcançada por meio de procedimentos rotineiros.

Assim, um desastre natural, seria a correlação entre um fenómeno natural perigoso (terramoto, furacão, maremoto, etc.) e determinadas condições socioeconómicas e físicas vulneráveis (como uma situação económica precária, habitações mal construídas, solos instáveis, etc.). Em outras palavras, poderíamos dizer então que há uma alta situação de risco de desastre se um ou mais fenómenos naturais perigosos ocorrerem em situações vulneráveis (Monteiro & Pinheiro, 2012).

2.3 A Influência dos Desastres Naturais nas Finanças Públicas: Dilemas e Estratégias

Os desastres naturais podem exercer considerável pressão sobre as finanças públicas através de vários canais. Por exemplo, os governos normalmente enfrentam uma base de receita enfraquecida após um desastre, à medida que o sector privado baixa sua produção e a actividade económica é reduzida. Além disso, a administração e cobrança de impostos pode ser dificultada pelos muitos desafios concorrentes enfrentados pelo governo no período após uma catástrofe. Ao mesmo tempo, é provável que o governo enfrente pressões crescentes sobre os gastos. Normalmente, o governo terá que dedicar recursos a operações de alívio de desastres a curto prazo, logo após um evento (Freeman *et al*, 2003).

E o governo pode ter que restaurar a infra-estrutura pública (incluindo estradas e pontes, aeroportos, portos e prédios públicos). Além disso, o Estado pode enfrentar pressões para fornecer compensação ou apoio financeiro a certos segmentos da população, e às vezes ao sector empresarial, para aliviar sua situação quando o sector privado enfrenta restrições de recursos. Por exemplo, muitas vezes o governo será chamado ou mesmo obrigado por lei a restaurar habitações danificadas ou destruídas (Wisner *et al*, 2004).

Em termos de aumentar a carteira de recursos disponíveis para lidar com os efeitos de desastres naturais, as principais estratégias também incluem a reserva de recursos para lidar com possíveis eventos futuros (por exemplo, um fundo de contingência) ou, em geral, reduzindo os níveis de dívida do governo, de modo a criar margem fiscal para manobra (MunichRe, 2006).

E mesmo que essas políticas possam ser implementadas com sucesso, os riscos fiscais podem persistir a longo prazo, na medida em que as necessidades potenciais decorrentes de desastres naturais tendem a exceder os limites orçamentais (Hofman e Brukoff, 2006).

É importante realçar que dadas as limitações e restrições inerentes aos esforços tradicionais de mitigação de riscos de desastres e mobilização de recursos, a transferência do risco de desastres para terceiros com maior capacidade de absorvê-los representa uma estratégia complementar potencialmente importante para países pequenos e em vias de desenvolvimento. Essa transferência normalmente assume a forma de financiamento *ex-post* dos doadores (depois dos desastres, como medidas financeiras reactivas para a reconstrução) para auxílio em casos de desastre, mas recentemente houve uma atenção crescente ao potencial dos governos soberanos transferirem riscos de desastres naturais para as suas finanças públicas através da compra de seguro, de modo a estabelecer uma forma de financiamento de risco *ex-ante* (antes do desastre, como medida financeira preventiva) (Hofman & Brukoff, 2006).

A possibilidade dos soberanos garantirem suas finanças públicas contra o clima e outros riscos naturais geralmente foi incluída em várias discussões mais amplas sobre gestão de desastres e mecanismos de financiamento relacionados. Os seguros podem ser uma alternativa para aliviar os problemas fiscais nos países afectados por desastres naturais, mas, nem sempre são muito usados (Hofman & Brukoff, 2006).

2.4 Desenvolvimento Económico

Os primeiros conceitos apresentados, nomeadamente, desastres naturais e finanças públicas estão estritamente relacionados ao processo de desenvolvimento económico.

O prémio Nobel de Economia, Stiglitz (2003), no seu artigo “*Políticas de Desenvolvimento no Mundo da Globalização*”, considera que há uma tendência do aumento da desigualdade nos países pobres, no entanto, mesmo nos países que tiveram um crescimento significativo, uma parcela desproporcional dos lucros foi para os mais ricos, os 30% superiores, ou até para os 10% superiores, enquanto muitos dos pobres, na verdade, empobreceram ainda mais.

Esses dados, leva-nos a repensar o conceito de desenvolvimento de forma atenta, de modo a construir limites que permitam um excelente entendimento do mesmo, visto que, suscitou debates entre várias correntes sobre o que devia ser entendido por “desenvolvimento”.

Um dos primeiros modelos foi desenvolvido por Sir Roy F. Harrod em 1939 e Evsey Domar em 1946, onde examinaram as condições necessárias para o equilíbrio entre economia e investimento agregados. Este modelo iguala a taxa real de crescimento da renda nacional com propensão marginal a economizar através da relação capital-produto. A essência desse modelo é a noção de que uma determinada taxa de crescimento económico de um país pode ser direccionado por uma determinada taxa de investimento. A taxa de investimento é proporcional à disponibilidade de economia. Este modelo acabou sendo conhecido como o modelo “Harrod – Domar” (Herath, 2009). Através de uma pesquisa com 88 países, Harrod descobriu que na maioria dos países a ajuda ao desenvolvimento não havia aumentado o investimento. Mesmo quando a ajuda levou ao aumento do investimento, ela não terminou em maior crescimento, ou seja, o modelo de Harrod-Domar negligenciou os factores de trabalho e tecnologia, por isso, falhou. A teoria do desenvolvimento do pós-guerra sustentou o paradigma da modernização, que via o desenvolvimento do Terceiro Mundo como um processo de acumulação dos padrões de desenvolvimento anteriormente experimentados pelas chamadas Nações desenvolvidas.

De acordo com Acemuglu (2007), as teorias da modernização são relevantes para a actual compreensão do desenvolvimento de várias maneiras, portanto, o primeiro foi Paul Rosenstein-

Rodan¹ nos anos 1950-1960, cujo argumento demonstrava que as áreas “atrasadas” exigiam industrialização em larga escala para alcançar crescimento e progresso. Ele identificou certas barreiras ao crescimento em áreas como baixa renda e conseqüente baixo poder aquisitivo, emprego e sub-emprego na agricultura e assim por diante. A Industrialização forneceu a resposta a essa armadilha, mas as empresas privadas não puderam realizar esta tarefa por causa da falta de incentivos, como um bom mercado e infra-estruturas, como uma força de trabalho treinada. Daí que, o estado teria a responsabilidade de fornecer educação e treinamento aos trabalhadores e apoiar investimentos em larga escala.

Outra contribuição relevante foi trazida por Ragnar Nurkse citado por Fernandes e Moreira (2015), onde nos anos 1953 e 1961 desenvolveu estudos cuja tese era de que os países "atrasados" estavam presos em dois círculos viciosos interconectados de pobreza: um círculo relacionado à demanda e um círculo relacionado à oferta. Assim, a sua tese era de que a acumulação de capital aumentada levaria a uma maior oferta, o que por sua vez levaria a uma maior demanda e, assim, criar um círculo autoperpetuante.

Ambos os teóricos (Nurkse e Rodan) destacaram o papel predominante que o capital privado deve desempenhar na economia, mas, para facilitar a produção capitalista, eles atribuíram um papel fundamental ao estado também. Essas ideias evidentemente moldaram o desenvolvimento actual dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos como Moçambique.

Um dos teóricos citado por Acemoglu (2007), cujos escritos influenciaram a teoria da modernização consideravelmente é Arthur Lewis (nos anos 1955 e 1979), que apresentou um modelo dualista de economia desenvolvida, composta pelos dois sectores da economia o tradicional e o capitalista. Nesse sentido, o sector capitalista é dinâmico e gera lucros, o que são então reinvestidos, enquanto o sector tradicional, que depende principalmente de agricultura de subsistência, não possui uma capacidade semelhante porque não possui potencial para gerar lucros para reinvestir. E, o crescimento de longo prazo no sector capitalista acontece quando absorve a

¹Defendia que há um nível mínimo de recursos que devem ser dedicados aum programa de desenvolvimento para ter alguma chance de sucesso. Lançar um país em crescimento auto-sustentável é como tirar um avião do chão. Existe uma velocidade crítica de solo que deve ser passada antes que a nave possa se transformar em airborne ...'Continuar' pouco a pouco não aumentará seus efeitos na soma total dos bits únicos. Uma quantidade mínima de investimento é uma condição necessária, embora não suficiente, para o sucesso. Em resumo, esta é a proposta da teoria do grande impulso/*BigPush*. (Fernandes e Moreira, 2015).

mão-de-obra excedente do sector tradicional. Embora, a maioria dos países desenvolvidos não negligenciou o sector agrícola da economia, evidências históricas mostraram que os países que negligenciaram o sector agrícola enfrentaram problemas sociais e crises económicas. Portanto, um conceito maduro de desenvolvimento deve adoptar uma visão cautelosa do modelo dualista de uma economia.

A teoria das etapas de desenvolvimento de Walt Rostow (em 1960) representa uma fase avançada do aparecimento da teoria da modernização. Ele viu o desenvolvimento passando por cinco estágios: sociedade tradicional, sociedade pré-decolagem, decolagem, o caminho para sociedade de maturidade e consumo de massa (Fernandes & Moreira, 2015).

Para Hirschman (1958), um dos teóricos importantes do desenvolvimento citado por Herath (2009), avançou com o ponto de vista de que a polarização é inevitável nos estágios iniciais do processo de desenvolvimento. Este modelo rejeitou o investimento equilibrado de capital nos principais sectores da economia, mas previa um crescimento económico desequilibrado como estratégia, o que significava que o investimento se concentraria em alguns sectores com boas ligações para trás e para frente na economia, capazes de unir outros sectores. Assim, era desnecessário que os governos intervenham para melhorar a desigualdade

É importante notar que esse modelo de crescimento desigual se tornou política e *práxis* nas décadas de 1950 e 1960, no entanto, uma grande fraqueza na maioria dessas teorias foi a total ausência de atenção à desigualdade de renda, favorecendo a acumulação de riqueza apenas pelos ricos nos países pobres (Barbosa *et al*, 2011).

Para o caso dos institucionalistas, uma outra corrente do desenvolvimento, através das contribuições dos teóricos da economia institucional, nomeadamente, Gunnar Myrdal e Douglass North, criticaram a fé absoluta na regulamentação do poder do mercado, pois, uma economia, além de ser uma entidade económica, também é um sistema com aspectos socioculturais e históricos específicos, de modo que, quando há direcção de uma mudança específica, o próprio sistema social muda para sustentar esta tendência fazendo os devidos arranjos institucionais (Herath, 2009). Essas visões foram desafiadas por novos conceitos de desenvolvimento, que no século XXI são usados com muita frequência na literatura sobre economia de desenvolvimento.

Na perspectiva de Schumpeter (1997), o desenvolvimento significa inovação que ocorre através da criação de novas combinações na economia com a introdução de um novo bem, introdução de um novo método de produção, abertura de um novo mercado, conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semi-manufaturados e o estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria.

Outra perspectiva de desenvolvimento relevante para esta pesquisa foi trazida por Sen (1999), ao definir como sendo o processo de alargamento das liberdades reais de que uma pessoa goza, tais como: liberdades políticas, disponibilidades económicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e protecção da segurança.

De acordo com Peet e Hartwick (2009), o desenvolvimento não está interessado apenas no crescimento de uma economia, mas nas condições sob as quais a produção ocorre e nos resultados que dela decorrem. Em termos de condições, o desenvolvimento presta atenção aos ambientes afectados pela actividade económica e pelas relações e condições de trabalho dos actuais produtores de riqueza (os camponeses e trabalhadores que produzem crescimento). Se o crescimento destrói o meio ambiente, e se o crescimento atrapalha a vida profissional, não é desenvolvimento. Mas também, o desenvolvimento também olha para o que é produzido. Se o crescimento simplesmente produz mais lixo do que escolas ou clínicas, não é desenvolvimento. O desenvolvimento atende às consequências sociais da produção. Se o crescimento simplesmente concentra a riqueza nas mãos de poucos, não é desenvolvimento.

Existem muitos atributos para significar desenvolvimento, além das que foram propostas pelos teóricos apresentados neste capítulo, conforme assegurou Peet e Hartwick (2009), o desenvolvimento analisa quem controla a produção e o consumo, por essa razão, se o processo de crescimento é controlado por poucas pessoas poderosas, e não por muitas que tornam isso possível, não é desenvolvimento. Se o crescimento significa sujeitar as pessoas do mundo a uma enxurrada incessante de incentivos ao consumo que invadem todos os cantos da vida, não é desenvolvimento. Se o crescimento é o resultado de processos de mercado que ninguém controla, embora algumas pessoas se beneficiem, não é desenvolvimento. O desenvolvimento é optimista e utópico. Desenvolvimento significa mudar o mundo para o melhor. Desenvolvimento significa iniciar a mudança na parte inferior e não na parte superior.

Para Heywood (2015), desenvolvimento, em seu sentido mais simples, significa crescimento, o acto de melhorar, ampliar ou refinar, logo, o processo de desenvolvimento está intimamente ligado à redução da pobreza.

Com base na literatura consultada fica claro que o conceito de desenvolvimento é contestado e controverso. Não apenas existem formas variantes do termo, associadas, por exemplo, a ideias como desenvolvimento humano e desenvolvimento sustentável, mas a noção de desenvolvimento está entrelaçada em pressupostos ideológicos, especialmente sobre sua relação com uma forma ocidental de modernização. Nesse sentido, para efeitos desta pesquisa o desenvolvimento significa a melhoria dos níveis de bem-estar que se manifesta na dimensão social, política, económica, tecnológica e ambiental, implicando o aumento das possibilidades de escolha através das nossas liberdades.

CAPÍTULO III: QUADRO TEÓRICO

Este capítulo dedica-se a explanação das teorias que suportam a pesquisa, nomeadamente, a Teoria Contingencial que integra a Teoria Geral de Administração, bem como o Neoliberalismo que é parte das Teorias de Desenvolvimento Económico e formula-se o modelo conceptual para o entendimento do risco de desastres.

3.1 Teoria Contingencial de Administração

3.1.1 Precusores e Historial da Teoria da Contingência ou Situacional

Na perspectiva de Burnes (2017) e Ping *et al* (2011), a Teoria da Contingência surgiu na década de 1960 e consolidou-se nos anos 1970 a partir de vários estudos clássicos da estrutura e gestão da organização, com as contribuições pioneiras de Joan Woodward (1958), Tom Burns e George Macpherson Stalker (1961), James Thompson (1967), Paul Lawrence e Jay Lorsch (1969) e Charles Perrow (1976), em virtude das incertezas provocadas pelo ambiente externo na organização.

Segundo Luthans e Stewart (1977) e Santayana (2007), a formulação de uma Teoria Geral de Contingência também teve contributos de vários precusores, nomeadamente, o trabalho de Katz e Kahn (1966), Churchman (1968), Shetty e Carlisle (1972), Kast e Rosenzweig (1974), deste modo, ela é uma rejeição da abordagem da "melhor maneira-*The best Way*" anteriormente procurada pelos gestores e proposta pelos académicos da abordagem clássica, a destacar a Teoria da Administração Científica de Frederick Winslow Taylor (1911) e a Teoria Clássica de Henry Fayol (1916).

Daqui resulta que duas organizações não enfrentarão exactamente as mesmas contingências; portanto, como suas situações são diferentes, suas estruturas e operações também devem ser diferentes. Consequentemente, a “melhor maneira” para todas as organizações é substituída pela “melhor maneira” para cada organização (Burnes, 2017).

Um dos primeiros escritores a lançar as bases para os teóricos da contingência foi Herbert Simon, que na década de 1940 criticou as abordagens existentes por fornecer aos gestores nada mais que

provérbios ou listas de "boas práticas" baseadas em ideias escassas, muitas das quais se contradiziam, deste modo, ele argumentou que a teoria da organização precisava ir além dos preceitos superficiais e simplificados, e estudar as condições sob as quais os princípios concorrentes poderiam ser aplicados (Burnes, 2017).

O movimento clássico concentrou-se na estrutura formal e nos requisitos técnicos das organizações e tentou estabelecer conjuntos de princípios gerais, o movimento de Relações Humanas focou nos aspectos informais das organizações e nas necessidades psicológicas e sociais de seus funcionários, todavia, os teóricos da contingência adoptaram uma perspectiva diferente, que criou uma distinção clara entre eles e os proponentes da abordagem clássica e da escola de relações humanas (Burnes, 2017). Ou seja, a crença central dessa perspectiva é que as organizações são sistemas abertos que precisam duma gestão cuidadosa para satisfazer e equilibrar as necessidades internas e se adaptar às circunstâncias ambientais, por isso, a forma apropriada depende do tipo de tarefa ou ambiente com o qual se está lidando, onde diferentes tipos ou espécies de organizações são necessários em diferentes tipos de ambientes (Ping *et al*, 2011).

3.1.2 Pressupostos

Quando são construídos os postulados ou pressupostos duma teoria, as vezes o ponto de partida são as perspectivas anteriores. Conforme refere Kuhn (2006), as novas teorias repercutem inevitavelmente sobre muitos trabalhos científicos já concluídos com sucesso. É por isso que uma nova teoria, por mais particular que seja seu âmbito de aplicação, nunca ou quase nunca é um mero incremento ao que já é conhecido. Sua assimilação requer construção da teoria precedente e a reavaliação dos factos anteriores. Esse processo intrinsecamente revolucionário raramente é completado por um único homem e nunca de um dia para o outro. Nesse sentido, a construção duma nova teoria demonstra claramente que há uma certa relatividade sobre a validade dos resultados duma investigação científica, visto que, com o passar do tempo vai perdendo relevância com o nascimento de novas perspectivas.

Acredita-se que os pressupostos da Teoria Contingencial seja fruto duma revolução científica com as perspectivas antecessoras a ela (Administração Científica, Teoria Burocrática, Teoria Clássica, Teoria das Relações Humanas, Teoria Estruturalista, Teoria dos Sistemas, Abordagem Sociotécnica, Teoria Neoclássica, Teoria Comportamental e Desenvolvimento Organizacional).

Nesse sentido a questão que se coloca é: qual a nova contribuição da abordagem contingencial para a administração?

A novidade é que os teóricos da contingência muitas vezes foram muito mais longe do que simplesmente dizer: "Tudo depende". Muitas teorias de contingência descrevem em detalhes o estilo ou abordagem que funciona melhor em certas circunstâncias. As teorias de contingência, foram desenvolvidas em áreas como tomada de decisão, programas de desenvolvimento organizacional, liderança, planeamento e comportamento de grupo (Santayana, 2007).

A teoria da contingência afirma que não existe uma maneira melhor de organizar e que um estilo organizacional eficaz em algumas situações pode não ser bem-sucedido em outras (Fiedler, 1964).

A teoria da contingência enfatiza que não há nada absoluto nas organizações ou na teoria administrativa; tudo é relativo, tudo depende. A abordagem contingencial explica que existe uma relação funcional entre as condições do ambiente e as técnicas administrativas apropriadas para o alcance eficaz dos objectivos da organização. As variáveis ambientais são as variáveis independentes, enquanto as técnicas administrativas são as variáveis dependentes, dentro de uma relação funcional (Ferreira *et al*, 2002).

De acordo com Burnes (2017), as três principais contingências são:

- 1) **Incerteza e dependência ambiental.** Argumenta-se que a gestão de qualquer organização é realizada em circunstâncias de incerteza e dependência, as quais mudam ao longo do tempo. A incerteza surge devido à nossa incapacidade de entender e controlar completamente os eventos, especialmente as acções de outras pessoas, seja fora ou dentro de uma organização. Os níveis de incerteza e dependência variam, mas nunca podem ser totalmente eliminados e, portanto, devem ser levados em conta, tratados como uma contingência, ao projectar estruturas e procedimentos organizacionais;
- 2) **Tecnologia.** O argumento de que a tecnologia é uma variável-chave segue linhas semelhantes às do ambiente. As organizações que criam e fornecem diferentes produtos e serviços usam diferentes tecnologias. De facto, mesmo aqueles que produzem produtos similares podem usar técnicas diferentes. Dado que essas tecnologias podem variar de

grandes e caras, como uma linha de montagem de automóveis, a relativamente pequenas e baratas, como um computador pessoal, a forma de organização necessária para garantir sua operação eficiente também pode variar. Nesse caso, é necessário tratar a tecnologia como uma variável contingente ao estruturar as organizações. Existem variantes distintas do caso da tecnologia, que reflectem as diferentes definições de tecnologia empregadas por teóricos e pesquisadores. As duas abordagens mais bem desenvolvidas são encontradas nos estudos de Woodward (1965, 1970) sobre “tecnologia de operações” e nas análises de Perrow (1967, 1970) de “tecnologia de materiais”. Os primeiros se referem ao equipamento e sequenciamento de actividades no fluxo de trabalho de uma organização, enquanto os últimos se referem às características dos materiais físicos e informativos utilizados. O trabalho de Woodward tende a se relacionar mais com as organizações manufatureiras, enquanto o de Perrow é mais aplicável em organizações no geral;

- 3) **Tamanho.** Alguns argumentam que esta não é apenas uma variável chave, mas a variável chave. O argumento de que o tamanho é uma variável significativa ao projectar organizações foi citado por Weber pela primeira vez no início do século XX ao defender a burocracia (Weber, 1947). Argumenta-se que a estrutura e as práticas necessárias para as operações eficientes e eficazes das pequenas organizações não são adequadas para as maiores. Para pequenas organizações, afirma-se que formas de controlo centralizadas e personalizadas são apropriadas; mas à medida que as organizações crescem, estruturas e práticas mais descentralizadas e impessoais se tornam mais relevantes.

A seguir apresentamos os pressupostos da teoria contingencial a partir dos contributos dos principais precursores.

3.1.2.1 Tom Burns e George Macpherson Stalker

O primeiro grande estudo a estabelecer uma relação entre o ambiente das organizações e sua estrutura foi realizado por Burns e Stalker (1961) na Grã-Bretanha. Eles examinaram 20 empresas de diversos sectores para avaliar como suas estruturas reagiam ao ambiente em que operavam. Suas descobertas tiveram um grande impacto na teoria organizacional e forneceram evidências concretas para a rejeição de uma abordagem universal “da melhor maneira” para a estrutura e a

prática organizacional. Eles identificaram cinco tipos diferentes de ambiente, com base no nível de incerteza presente, variando de “estável” a “menos previsível”. Eles também identificaram duas formas básicas ou ideais de estrutura: "mecanicista" e "orgânico". Seus dados mostraram que as estruturas mecanicistas eram mais eficazes em ambientes estáveis, enquanto as estruturas orgânicas eram mais adequadas para ambientes menos estáveis e menos previsíveis (Burnes, 2017). Os precursores Tom Burns e George Macpherson Stalker distinguem da seguinte forma as estruturas mecanicistas e orgânica:

Quadro 1. Formas das estruturas de Burns e Stalker

Características das estruturas mecanicistas	Características das estruturas orgânicas
<ul style="list-style-type: none"> • A especialização de tarefas; • Deveres, responsabilidades e métodos técnicos bem definidos; • Uma estrutura hierárquica clara, com insistência na lealdade à organização e prestação de contas aos superiores; • Instruções e fluxo de informações (principalmente) de cima para baixo de maneira hierárquica; • Obediência à organização e suas regras; • Importância e prestígio determinados pela posição na hierarquia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ajuste e redefinição contínua de tarefas; • Uma estrutura de rede de controle, autoridade e comunicação; • Consulta lateral com base em informações e conselhos, em vez de instruções e decisões; • Compromisso com o grupo de trabalho e suas tarefas; • Importância e prestígio determinados pela contribuição de um indivíduo para as tarefas de seu grupo de trabalho, em vez de sua posição na hierarquia.

Fonte: Burnes (2017).

3.1.2.2 Paul Lawrence e Jay Lorsch

De acordo com Burnes (2017), as descobertas de Burns e Stalker sobre a relação entre ambiente e estrutura organizacional foram examinadas e desenvolvidas por vários pesquisadores na Europa e nos Estados Unidos. Um dos trabalhos mais significativos foi o realizado por Lawrence e Lorsch (1967) nos Estados Unidos. O trabalho deles foi além do de Burns e Stalker, pois estavam interessados não apenas na relação entre ambiente e na estrutura geral da empresa, mas também em como os departamentos individuais das empresas reagiram e se organizaram para lidar com aspectos do ambiente externo que foram de particular importância para eles. Eles realizaram um estudo de seis empresas na indústria de plásticos, seguido de um estudo adicional de duas empresas na indústria de contêineres e duas na indústria de alimentos para consumo. A estrutura de cada uma das empresas foi analisada em termos de seu grau de "diferenciação" e "integração":

- a) **Diferenciação** refere-se ao grau em que gestores e funcionários em seus próprios departamentos funcionais se vêem separados e têm práticas, procedimentos e estruturas distintas dos demais da organização; e
- b) **Integração** refere-se ao nível e forma de colaboração necessária entre os departamentos para atingir seus objectivos individuais no ambiente em que a empresa opera.

Mesmo com a abordagem inovadora, Lawrence e Lorsch não rejeitaram as abordagens de relações humanas e clássicas por si mesmas, mas as consideraram opções alternativas, dependendo do ambiente em que a organização opera. Ao examinar as operações internas das organizações dessa maneira, estes precursores levantaram a questão da dependência, bem como a incerteza (Burnes, 2017).

Ao destacar o grau de diferenciação entre os principais departamentos, o estudo também descobriu que o grau de integração era fundamental para o desempenho geral de uma empresa, assim sendo, quanto mais diversificado e dinâmico o ambiente, mais a organização bem-sucedida será diferenciada e altamente integrada. Dessa forma, em um ambiente mais estável, a pressão pela diferenciação é menor, mas a necessidade de integração permanece (Zanin, 2016).

Nestes moldes, Lawrence e Lorsch descobriram que as organizações mais eficazes tinham um ajuste apropriado entre o *design* e a coordenação dos departamentos e a quantidade de recursos ambientais. As empresas mais bem-sucedidas foram aquelas que, enquanto operavam em um ambiente que exigia um alto nível de diferenciação, também conseguiram alcançar um alto nível de integração (Burnes, 2017).

3.1.2.3 James Thompson

O influente trabalho de Thompson (1967), citado por Burnes (2017), levou a perspectiva ambiental a argumentar que, embora as organizações não sejam entidades racionais, elas se esforçam para fazê-lo, porque é do interesse daqueles que projectam e gerem a organização que seu trabalho seja realizado da maneira mais eficaz e eficiente possível. Para conseguir isso, as organizações tentam isolar seu núcleo produtivo da incerteza do ambiente.

Na perspectiva de Thompson citado por Burnes (2017), existiam três (3) formas de interdependência que exigem métodos distintos para coordenar as actividades na óptica contingencial, a destacar:

- **A interdependência conjunta**, seria caracterizada pela padronização através do uso de regras e procedimentos, ou seja, cada parte de uma organização opera de maneira relativamente autónoma, mas ao cumprir seus propósitos individuais, elas permitem que a organização como um todo funcione de maneira eficaz;
- **A interdependência sequencial** exigiria o uso de planos detalhados e acordos escritos, isto significava que, as saídas de uma parte de uma organização constituem as entradas para outras partes do sistema; e
- **A interdependência recíproca** alcançaria a coordenação por meio de contacto pessoal e acordos informais entre membros das partes envolvidas da organização, ou melhor, onde a eficácia geral requer interacção directa entre as partes separadas de uma organização.

Portanto, os principais argumentos de Thompson citado por Burnes (2017), envolvem o seguinte:

- Diferentes secções de uma organização serão caracterizadas por níveis variados de complexidade, racionalidade e formalização, dependendo da extensão em que os gestores possam protegê-los do nível de incerteza presente no ambiente.
- Quanto maior o nível geral de incerteza e o enfrentado por cada área de uma organização, maior será a dependência de uma área a outra.
- À medida que essa interdependência aumenta, a coordenação por meio de procedimentos e mecanismos de planeamento padronizados se tornará menos eficaz e a necessidade de mais contactos pessoais e interacção informal aumentará.
- Quanto mais a coordenação for alcançada por meio da reciprocidade mútua dessa maneira, menos racional será a operação da organização.

3.1.2.4 Joan Woodward

Na visão de Burnes (2017), na década de 1960, Joan Woodward realizou um grande estudo com 100 empresas de manufactura do Reino Unido no sudeste de Essex, a fim de estabelecer a validade das alegações feitas pelos defensores da abordagem clássica de que a adoção de uma estrutura burocrático-mecanicista era essencial para sucesso organizacional (Woodward, 1965, 1970).

Depois de muito trabalho, Woodward concluiu que essa correlação não existia. O que ela descobriu, no entanto, foi que as empresas mais bem-sucedidas adotavam uma forma organizacional que variava de acordo com sua principal tecnologia de produção. Por tecnologia, significava não apenas a maquinaria a ser usada, mas também a maneira como ela era organizada, operada e integrada a um processo de produção distinto. A partir de sua amostra, ela identificou três tipos distintos de tecnologia de produção, variando do menos ao mais complexo:

- *Produção em pequenos lotes (ou unidades)* - onde os requisitos dos clientes eram para produtos especializados únicos ou de pequeno volume.
- *Produção em lotes grandes (ou em massa)* - onde produtos padronizados foram fabricados em grandes números para atender a uma demanda prevista.
- *Produção de processo* - onde a produção estava em fluxo contínuo, como uma refinaria de petróleo.

Quando as empresas foram agrupadas dessa maneira, surgiu um padrão mostrando que, embora aparentemente diferissem consideravelmente em termos de estrutura organizacional, muitas das variações para as empresas mais bem-sucedidas podiam ser explicadas por referência à tecnologia empregada (Burnes, 2017).

Isso significa que estruturas das organizações não se relacionam com o porte das mesmas, e sim com a tecnologia aplicada aos seus processos, concluindo então que, para se obter um desempenho superior devesse adequar a estrutura à tecnologia disponível na empresa (Zanin, 2016).

Woodward observou também que a tecnologia se tornou mais complexa à medida que as empresas passavam de lotes pequenos para lotes grandes e finalmente processavam a produção. Portanto, o trabalho de Woodward estabeleceu claramente um vínculo entre tecnologia, estrutura e sucesso, que contrariava a noção de que havia uma "melhor maneira" para todas as organizações (Burnes, 2017).

3.1.2.5 Charles Perrow

Segundo Burnes (2017), nos Estados Unidos, Charles Perrow (1967, 1970) estendeu o trabalho de Woodward sobre tecnologia e estrutura organizacional, chamando a atenção para duas grandes dimensões da tecnologia:

- Em que medida o trabalho que está sendo realizado é variável ou previsível?
- De que forma a tecnologia pode ser analisada e categorizada?

A primeira dimensão, **variabilidade**, refere-se à incidência de ocorrências excepcionais ou imprevisíveis e até que ponto esses problemas são familiares e podem ser facilmente tratados, ou únicos e difíceis de resolver, ademais, a segunda dimensão principal, **análise e categorização**, refere-se à extensão em que as funções individuais da tarefa podem ser discriminadas e bem especificadas, e também se os problemas podem ser resolvidos recorrendo a procedimentos de rotina reconhecidos ou se procedimentos não-rotineiros precisam de ser invocados (Burnes, 2017).

A sua tese inclui o pressuposto de que não haverá uma melhor maneira de dirigir as organizações, a melhor maneira acaba por ser de maneiras diferentes pois, o que funciona em um tipo, não funciona em outro em função das especificidades de cada uma delas (Santos, 2014).

Este precursor argumentou que em situações rotineiras, onde poucos problemas surgem, uma estrutura mecanicista é mais eficaz devido à natureza estável e previsível da situação, enquanto que, em uma situação dinâmica e imprevisível, uma forma de estrutura orgânica mais flexível será mais eficaz para lidar com os problemas não rotineiros e difíceis que ocorrem (Burnes, 2017). Portanto, o trabalho de Perrow reforçou e estendeu o argumento de Woodward para reconhecer a tecnologia como uma variável situacional chave a ser levada em consideração ao projectar organizações, ambos colaboraram para o crescimento da Teoria Contingencial (Zanin, 2016).

3.1.2.6 O Grupo Aston

Embora existam muitos defensores do argumento de que o tamanho da organização é uma contingência chave talvez o mais antigo tenha sido um grupo de pesquisadores britânicos da Universidade de Aston, em Birmingham (que ficou conhecido como Grupo Aston). Na década de 1960, eles realizaram uma série de estudos para examinar e identificar a relação entre diferentes formas de estruturas organizacionais e seus determinantes. O Aston Group começou no início dos anos 60, examinando uma amostra de 87 empresas; À medida que o trabalho foi desenvolvido, eles adicionaram mais amostras ao seu impressionante banco de dados. Ao analisar seus resultados, o Grupo Aston descobriu que o tamanho era o preditor mais poderoso de especialização, uso de procedimentos e dependência de papelada. De facto, quanto maior a organização, maior a

probabilidade de adoptar (e precisar) de uma estrutura mecanicista (burocrática). O inverso também foi encontrado: quanto menor a organização, maior a probabilidade de adoptar (e precisar) uma estrutura orgânica (flexível) (Burnes, 2017).

3.1.2.7 Síntese dos Pressupostos da Teoria da Contingência da Administração

Recorrendo a Burnes (2017) e Ferreira *et al* (2002), a abordagem de contingência pode ser considerada uma escola de pensamento muito mais coesa do que a abordagem clássica ou de relações humanas. Possui três temas unificadores:

- As organizações são sistemas abertos;
- A estrutura e, portanto, o desempenho, dependem das circunstâncias particulares (variáveis situacionais) enfrentadas por cada organização;
- Não existe uma "melhor maneira" para todas as organizações, mas existe uma "melhor maneira" para cada organização, ou seja, não há nada absoluto nas organizações ou na teoria administrativa; tudo é relativo, tudo depende;
- Existe uma relação funcional entre as condições do ambiente e as técnicas administrativas apropriadas para o alcance eficaz dos objectivos da organização; e
- As variáveis ambientais são as variáveis independentes, enquanto as técnicas administrativas são as variáveis dependentes, dentro de uma relação funcional.

3.1.3 Aplicação da Teoria na Pesquisa

Este estudo analisa o impacto duma contingência, nomeadamente, os desastres naturais que são variáveis independentes do meio ambiente, nas finanças públicas, que são variáveis dependentes da situação em que o país vai enfrentar. Acredita-se que a maneira como o governo moçambicano responde aos riscos de ocorrência de desastres naturais determina na situação das finanças públicas.

Nesse sentido, recorrendo a proposta de James Thompson, pelo facto de Moçambique ser um país propenso as calamidades naturais, defendemos a tese segundo a qual quanto maior for o nível geral de incerteza para fazer face a ocorrência de desastres naturais, maior será a dependência das finanças públicas em relação a ajuda externa dos outros países e ao endividamento público interno, o que vai demandar uma maior coordenação para a captação de recursos financeiros suficientes

para salvar vidas e garantir a reconstrução pós-desastre. E seguindo a lógica de Thompson, a melhor saída da coordenação seria a **interdependência sequencial**, através de planos detalhados e acordos escritos e a **interdependência recíproca**, onde a coordenação seria por meio de contacto pessoal e acordos informais entre o governo moçambicano e os parceiros que podiam visitar as zonas afectadas para em seguida desembolsar o pacote de financiamento para reforçar as finanças públicas. Assim sendo, vai se analisar também os resultados obtidos na mobilização apoios financeiros e a capacidade de coordenação para a gestão de finanças públicas num contexto de calamidades naturais.

A outra perspectiva que nos interessa é a de Tom Burns e George Macpherson Stalker, pois, os desastres naturais são ambientes muito instáveis que não podem ser geridos apenas por meio de procedimentos rotineiros, deste modo, a melhor saída é usar uma estrutura orgânica para gerir as finanças públicas nestas fases críticas onde os ambientes são menos estáveis e menos previsíveis, ao invés de estruturas mecanicistas. Essas estruturas têm vantagens comprovadas, como a flexibilidade de trabalho e tarefa, ajuste e redefinição contínua de tarefas, uma estrutura de rede de controlo, autoridade e comunicação, consulta lateral com base em informações e conselhos, em vez de instruções e decisões e compromisso com o grupo de trabalho e suas tarefas. Nesta pesquisa, vai se analisar os resultados obtidos pela estrutura criada para resolver mobilizar recursos e gerir as finanças do país em anos de desastres naturais.

3.2 Teoria Neoliberal do Desenvolvimento Económico

3.2.1 Precusores e Historial do Neoliberalismo

As teorias económicas ortodoxas experimentaram um renascimento no final dos anos 70 e ocupou uma posição dominante nos anos 80. Especialmente após o aumento do preço do petróleo em 1973 e recessão global após 1974, os governos ocidentais acharam muito difícil adoptar políticas de pleno emprego e bem-estar. Assim, a crença no mercado ficou mais forte, enquanto a confiança na intervenção do governo diminuiu. Isso foi chamado de "contra-revolução" na teoria do desenvolvimento e na política (Barbosa *et al*, 2011).

Para diferenciar essa nova onda do antigo liberalismo, o termo “neo-liberalismo” é usado, no entanto, Ludwig Von Mises (1927), Friedrich Hayek (1944) e Milton Friedman (1962) tiveram um

papel muito importante na ascensão do neoliberalismo, que desafiaram a abordagem intervencionista. Na assistência encontravam-se outros precursores, tais como, Lionel Robbins (1932) e Karl Popper (1947). Muitos destes contribuíram para a fundação da Sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos (Anderson, 1995). Eles criticaram Keynes e argumentaram que o pleno emprego e os padrões de vida mais elevados resultam não de intervenção governamental, mas a partir da operação do mercado livre. Na frente política, o presidente dos EUA, Reagan, e a primeira-ministra do Reino Unido, Thatcher, ficaram famosos por colocar esta nova onda em acção (a nova ordem económica mundial) (Kelniar, 2013).

Segundo Acemuglu (2007), as posições estabelecidas por esses fundadores da teoria neoliberal começaram a ser levadas a sério novamente em um contexto de crise económica e revisão política durante a década de 1970 e o início da década de 1980.

As principais instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o FMI forçaram doses de aconselhamento neoliberal aos países em desenvolvimento por meio de Políticas de Ajustamento Estrutural (SAPs). Diante de crises de dívida e uma variedade de turbulências económicas. Em outras questões socioeconómicas, os países em desenvolvimento não estavam em posição de resistir às recomendações políticas das Instituições Financeiras Internacionais (IFI), outros bancos e poderosos governos internacionais. Enquanto em certos países em desenvolvimento da América Latina e Ásia, os SAP deram início a taxas de crescimento, declínio da inflação, mais investimentos, mais empregos e assim por diante, a maioria dos países da África mergulhou em severas crises de crescimento de desemprego, rendimentos decrescentes e condições de vida em queda. Houveram cortes em despesas governamentais, pois a infra-estrutura produzia um ambiente altamente hostil ao investimento (Herath, 2009).

A privatização de empresas públicas nem sempre alcançou os objectivos desejados, em alguns casos, as reformas do sector público, em vez de privatização, foram as mais eficazes. A liberalização do comércio também teve resultados mistos. A liberalização do mercado interno conseguiu resultados somente com intervenções construtivas do Estado, como concessão de crédito, serviços subsidiários, sementes e fertilizantes subsidiados aos agricultores e também boas infra-estruturas ligadas ao transporte e assim por diante (Herath, 2009).

3.2.2 Pressupostos

Com o neoliberalismo em vigor foi então enfatizado o processo de privatização, desregulamentação, livre comércio e comércio exterior em vários estados que buscam o desenvolvimento económico (Kelnar, 2013).

De acordo com Peet e Hartwick (2009), o conjunto de "instrumentos políticos " derivado do Consenso de Washington, a base dos pressupostos do neoliberalismo, que são aplicados aos países mutuários (principalmente do Terceiro Mundo) pelo Banco Mundial e pelo FMI incluem: (1) *Disciplina fiscal*; (2) *Redução de gastos públicos*; (3) *Reforma tributária*; (4) *Taxas de juros*; (5) *Taxas de câmbio competitivas*; (6) *Liberalização do comércio*; (7) *Incentivo ao Investimento Directo Estrangeiro*; (8) *Privatização*; (9) *Desregulamentação*; e (10) *Protecção dos direitos de propriedade*.

As repercussões até agora testemunhadas sugerem que, para desenvolver os países precisam de alguma forma de intervenção estatal cuidadosamente informada para alcançar o desenvolvimento económico, por essa razão, o neoliberalismo continua a ser difundido e defendido actualmente no ocidente e nos países que recebem apoios financeiros das instituições de Bretton Woods (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional).

3.2.3 Aplicação da Teoria na Pesquisa

A nossa pesquisa tem como foco o impacto dos desastres naturais ocorridos em Moçambique nas finanças públicas, logo, vai analisar os défices orçamentais e seu financiamento nestes anos de emergência, as receitas colectadas, mas também, através das recomendações do Consenso de Washington (a base do neoliberalismo) serão estudadas as capacidades do Estado moçambicano em manter a disciplina fiscal, reduzir os gastos públicos, preservar a continuidade da reforma tributária, a promoção de taxas de juros e de câmbio competitivas, garantir a liberalização do comércio, incentivar o Investimento Directo Estrangeiro (IDE), promover a privatização, efectuar a desregulamentação e protecção dos direitos de propriedade, num período em que o país enfrentava a seca, as inundações, perdas de colheitas e ciclones.

3.3 Modelo Conceptual do Risco de Desastres Naturais

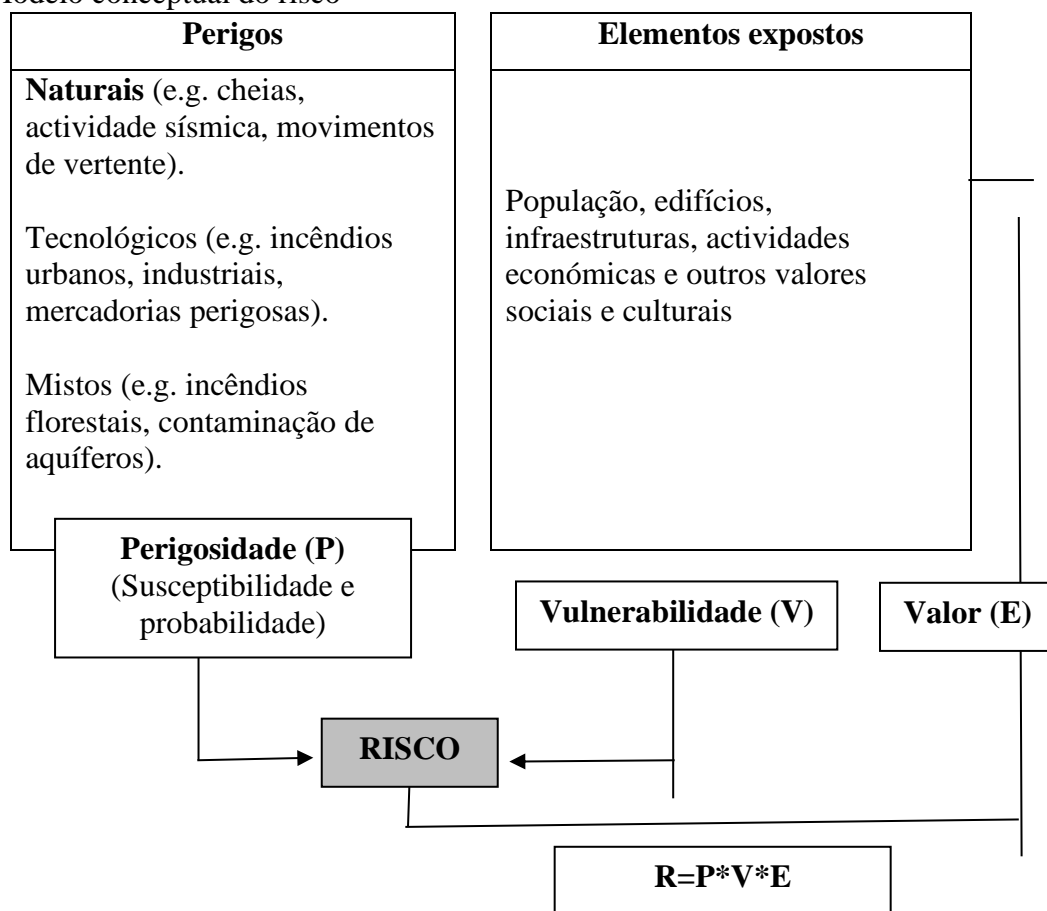
A palavra risco nasce do árabe *rizq* que significa “ração” ou do latim *risicum* ou *risiscus*, que significa, perigo, aventura ou crise (Almeida, 2011; Cumbane, 2015). Nessa lógica, o risco é um constructo eminentemente social, ou seja, é uma percepção humana. Risco é a percepção de um indivíduo ou grupo de indivíduos da probabilidade de ocorrência de um evento potencialmente perigoso e causador de danos, cujas consequências são uma função da vulnerabilidade intrínseca desse indivíduo ou grupo (Almeida, 2011).

Observa-se que, em geral, confunde-se a noção de risco com a noção do próprio evento que causa ameaça ou perigo, nomeadamente, um desastre ou catástrofe, o que dificulta a sua percepção e sua gestão. Assim, um desastre é um evento concentrado no tempo e no espaço, no qual uma comunidade experimenta severo perigo e destruição de seus serviços essenciais, acompanhado por dispersão humana, perdas materiais e ambientais, que frequentemente excedem a capacidade dessa comunidade em lidar com as consequências do desastre sem assistência externa. Já o conceito de catástrofe é semelhante ao de desastre. O que os diferencia é a escala ou a magnitude das consequências e, nesse caso, a catástrofe possui dimensões mais amplas (Almeida, 2011; Quarantelli, 1998). O modelo teórico de risco seleccionado incorpora os seguintes conceitos: vulnerabilidade (V), perigosidade (P) e valor dos elementos expostos (E) (Conferir a figura 1).

Em primeiro lugar, deve-se entender o conceito de vulnerabilidade, que na visão da UNDRP (1979), significa o grau de perda de um dado elemento em risco ou conjunto de tais elementos resultante da ocorrência de um fenómeno natural de uma dada magnitude e expresso em uma escala de 0 (nenhum dano) a 1 (perda total).

A vulnerabilidade social como sendo o nível de resiliência ou resistência dos indivíduos e comunidades quando expostos a processos ou acontecimentos danosos e resulta da conjugação da criticidade e da capacidade de suporte. Neste contexto, o conceito de criticidade é entendido como o conjunto de características e comportamentos dos indivíduos que podem contribuir para a ruptura do sistema e dos recursos das comunidades que lhes permitem responder ou lidar com cenários catastróficos. No entanto, a capacidade de suporte é o conjunto de infraestruturas territoriais que permite à comunidade reagir em caso de desastre ou catástrofe (Mendes *et al*, 2011).

Figura 1. Modelo conceptual do risco



Fonte: Cumbane (2015).

De acordo com Almeida (2011) e Cumbane (2015), existem os seguintes tipos de vulnerabilidade:

- 1) *Vulnerabilidade física ou estrutural/territorial*: Concentra-se na análise das construções, das redes de infraestrutura e do potencial de perdas humanas;
- 2) *Vulnerabilidade humana ou social*: Avalia os retornos de experiência sobre as capacidades de resposta, adaptações, comportamentos e suas consequências socioeconómicas e territoriais. Acrescentasse ainda a percepção das ameaças ou da memória do risco, o conhecimento dos meios de protecção, os tipos de comportamentos potenciais;
- 3) *Vulnerabilidade institucional*: Trata da capacidade de resposta das instituições diante da crise; funciona como factor indirecto da vulnerabilidade social;

- 4) *Vulnerabilidade ambiental e patrimonial*: Analisa os danos sobre os componentes ambientais: vegetação, solos, recursos hídricos, fauna, e aspectos culturais provocados por fenómenos naturais; e
- 5) *Vulnerabilidade funcional e económica*: Avalia as disfunções no que tange às actividades económicas, rupturas nas redes de comunicação e transporte, entre outros.

Conforme referem Manjoro *et al* (2019) e o Governo de Moçambique (2018), a vulnerabilidade do país face aos desastres resulta da sua localização na foz de nove rios internacionais, as zonas áridas e semiáridas, a longa extensão do território nacional, que se localiza na zona de convergência intertropical sujeita a perdas e ganhos excessivos de humidade, bem como a extensa zona costeira do Canal de Moçambique, que sofre a influência de ciclones tropicais, e a existência de zonas sísmicas activas.

No que tange à perigosidade, Cumbane (2015), considera que é entendida como a probabilidade de ocorrência de um processo ou acção (natural, tecnológico ou misto) com potencial destruidor (ou para provocar danos) com uma determinada severidade, numa dada área e num dado período de tempo.

Para o caso de Moçambique, é um dos países de África mais vulneráveis aos desastres naturais devido, principalmente, à sua localização geográfica e nível de pobreza. Nos últimos 20 anos, a elevada frequência, alternância e intensidade dos eventos climáticos extremos passou a constituir uma ameaça crescente ao desenvolvimento nacional (Manjoro *et al*, 2019).

Finalmente, o valor dos elementos expostos (E), estão associados a população, edificações e obras de engenharia civil, actividades económicas, serviços públicos, utilidades e infraestrutura, em risco em uma determinada área (UNDRO, 1979).

CAPÍTULO IV: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O quarto capítulo dedica-se a explicação da metodologia empregue para a recolha e análise de dados válidos, respeitando os preceitos éticos da pesquisa na área das ciências sociais e administrativas.

4.1 Tipo de Pesquisa Quanto à Forma de Abordagem do Problema

Entende-se que a maneira pela qual pretendemos analisar o problema ou fenómeno e o enfoque adoptado é o que determina uma metodologia quantitativa ou qualitativa. Assim, o tipo de abordagem utilizada na pesquisa dependerá dos interesses do autor (pesquisador) e do tipo de estudo que ele desenvolverá. É importante acrescentar que essas duas abordagens estão interligadas e complementam-se (Prodanov e Freitas, 2012).

O desenvolvimento da pesquisa optou por uma integração entre dados qualitativos e quantitativos, que na visão de Oliveira (2014), esta abordagem mista pode ser chamada também de *triangulação*, isto é, uso de diferentes constructos, medidas e métodos múltiplos. Neste estudo, foi priorizada uma triangulação de dados, métodos e teorias. Por meio das entrevistas, relatórios escritos e documentos foi possível chegar a resultados válidos através desta abordagem mista.

4.2 Métodos de Estudo

4.2.1 Método de Procedimento

Foi aplicado o método estatístico para definir os meios técnicos que preservam a objectividade no estudo deste fenómeno social, pois, consistiu na compilação de dados numéricos sobre as perdas monetárias provocadas pelos desastres naturais, as perdas fiscais, evolução das receitas, despesas, défice e do endividamento público nos anos em análise (2016 à 2019).

Conforme refere Gil (2008):

“Mediante a utilização de testes estatísticos, torna-se possível determinar, em termos numéricos, a probabilidade de acerto de determinada conclusão, bem como a margem de erro de um valor obtido. Portanto, o método estatístico passa a caracterizar-se por razoável grau de precisão, o que o torna bastante aceite por parte dos pesquisadores com preocupações de ordem quantitativa”.

Parte da informação produzida neste trabalho foi agrupada em gráficos, tabelas e sujeitas a validação do teste de McNemar para a Significância de Mudanças.

O teste de McNemar para a significância de mudanças é particularmente aplicável aos experimentos do tipo "antes e depois" em que cada sujeito é utilizado como seu próprio controlo e a medida é efectuada em escala nominal ou ordinal. Para testar a significância de qualquer mudança observável, através deste método, é necessário construir uma tabela de frequências “dois por dois” para representar o primeiro e o segundo conjunto de respostas dos mesmos indivíduos (Viali, 2008). O foco foi observar a tendência das variáveis despesas, receitas, nível de endividamento e risco fiscal, antes e depois dos desastres naturais, mas também, testar as hipóteses de pesquisa.

4.2.2 Método de Abordagem

Esta pesquisa baseou-se no método Hipotético-dedutivo, pois, através da identificação da problemática causada pelos desastres naturais, do modelo teórico e hipóteses científicas, dedução das consequências dos fenómenos, foram testadas as três (3) hipóteses do trabalho.

De acordo com Prodanov e Freitas (2013), o método hipotético-dedutivo inicia-se com um problema ou uma lacuna no conhecimento científico, passando pela formulação de hipóteses e por um processo de inferência dedutiva, o qual testa a predição da ocorrência de fenómenos abrangidos pela referida hipótese.

4.3 Técnicas e Instrumentos de Recolha de Dados

4.3.1 Entrevista e Técnica “bola de neve”

O processo de recolha de dados primários da pesquisa privilegiou a entrevista estruturada. Na perspectiva de Gil (2008), pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objectivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca colectar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. Essa tese é

corroborada por Quivy e Compenhoudt (2005), ao destacarem que a entrevista caracteriza-se por um contacto directo entre o investigador e os seus interlocutores.

Devido às limitações causadas pela Pandemia do COVID-19, as entrevistas foram feitas na modalidade virtual de videoconferência na plataforma de reuniões do GOOGLEMEET.

Através da técnica “bola de neve”, foram estabelecidos contactos com profissionais ligados a análise do risco fiscal no Ministério da Economia e Finanças (MEF) que recomendaram outros especialistas da Autoridade Tributária de Moçambique, potencialmente detentores de informação relevante sobre o impacto dos desastres naturais nas finanças públicas moçambicanas. Portanto, recorreu-se a entrevista para impedir equívocos e oferecer algum suporte na informação colectada nos documentos analisados.

4.3.2 Pesquisa Bibliográfica e Documental

Em relação aos procedimentos técnicos, recorreu-se às pesquisas bibliográfica e documental. A primeira consistiu na revisão bibliográfica de livros e artigos científicos que versavam sobre os desastres naturais, finanças públicas, teoria contingencial de administração e teoria neoliberal de desenvolvimento económico. A segunda, usou vários documentos válidos para o entendimento do objecto de estudo, nomeadamente, leis orçamentais (Orçamento do Estado) aprovadas (os), os relatórios da Conta Geral do Estado, Relatórios de Execução Orçamental e Relatórios do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades, referentes aos anos 2016, 2017, 2018 e 2019.

É importante destacarmos que a pesquisa bibliográfica é concebida a partir de materiais já publicados, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objectivo de colocar o pesquisador em contacto directo com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa (Prodanov e Freitas, 2013). Enquanto na percepção de Roersch (1999), uma das fontes de dados mais utilizadas em trabalhos de pesquisa em administração, tanto de natureza quantitativa ou qualitativa, é constituída por documentos como relatórios, documentos legais e outros. Contudo, as duas formas de pesquisa usadas neste trabalho se valem das chamadas fontes de papel.

4.4 Variáveis da Pesquisa

Os desastres naturais constituem a variável independente, pois, a sua ocorrência são a causa para a alteração do comportamento das variáveis dependentes, nomeadamente, receitas públicas, despesas públicas, endividamento público e risco fiscal (Conferir a figura 2).

Figura 2. Identificação das variáveis da pesquisa

Variável Independente	Variáveis Dependentes
Desastres naturais	<ul style="list-style-type: none">• Receitas públicas;• Despesas públicas;• Endividamento público; e• Risco fiscal.

Fonte: Dados da pesquisa.

4.5 População e Amostra

A população da pesquisa são todos desastres naturais ocorridos em Moçambique desde 1980 a 2019, cerca de 27 cheias, 12 secas, 20 ciclones tropicais e 28 epidemias, totalizando um universo de 87.

A amostra circunscreve-se a sete (7) desastres naturais ocorridos no intervalo entre os anos 2016 a 2019, nomeadamente, o fenómeno El Niño, ciclone Dineo, inundações, erosão, ciclones tropicais I dai e Kenneth, tempestade Desmond. Estes representam cerca de 8,046% da população.

Em relação ao critério de amostragem foram definidos por conveniência os sete (7), tendo em conta a actualidade da informação disponível sobre estes fenómenos.

4.6 Procedimentos de Análise de Dados

Recorreu-se ao Microsoft Office Excel e a *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS 22) para desenhar a base de dados e operacionalizar as análises estatísticas dos dados relativos as perdas fiscais, receitas, despesas e nível de endividamento público.

As informações produzidas pelas entrevistas foram analisadas tendo como base os estratos das conversas retirados dos guiões.

CAPÍTULO V: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Efectua-se neste capítulo a apresentação dos resultados da pesquisa, bem como a discussão e validação das hipóteses previamente definidas, tendo em conta as dimensões que permitiram analisar as áreas económicas afectadas pelos desastres naturais, o desempenho fiscal e macroeconómico do país, a variação das receitas e despesas públicas, riscos e perdas fiscais, danos, financiamento e a influência dos desastres naturais no nível de endividamento público do país.

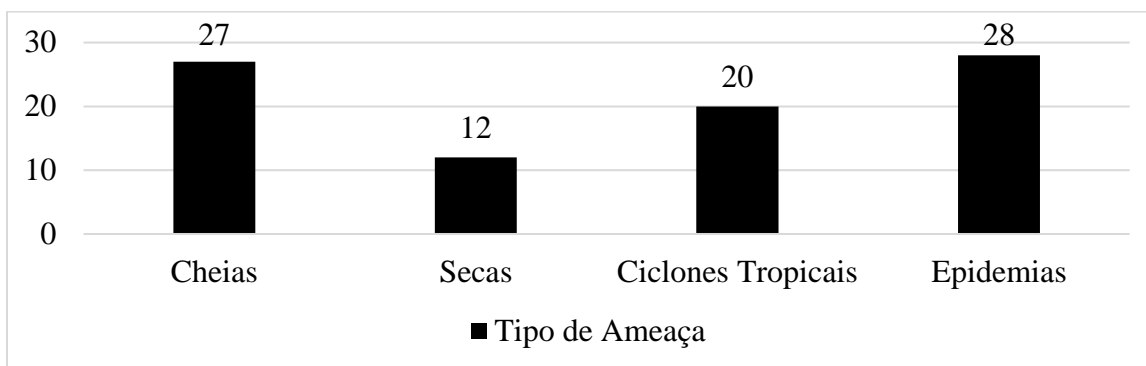
5.1 Enquadramento Histórico dos Desastres Naturais em Moçambique

Nas últimas três décadas, verificou-se em Moçambique uma subida tanto na frequência como na intensidade dos desastres naturais, sendo os mais frequentes as secas, inundações e ciclones tropicais (Queface, 2009).

Conforme destaca a Federação Internacional das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (2012), o clima de Moçambique sofre a influência dos anticiclones subtropicais do Oceano Índico, da zona de convergência intertropical, depressões térmicas da África Austral e passagem de frentes frias no sul do País. Em consequência, o clima é extremamente variável, com influência na precipitação. Deste modo, a maioria dos rios do País tem um regime torrencial, com altos fluxos durante 3 a 4 meses, e fluxos muito baixos durante o resto do ano. As bacias hidrográficas com maiores riscos de inundações de impactos sociais e económicos severos são as do Limpopo, Incomáti e Save (no Sul) e Búzi, Pungue, Zambeze e Licungo (no Centro). Para além das bacias, algumas cidades do País, como é o caso da Beira, têm estado expostas a inundações regulares, devido à falta de sistemas de drenagem adequados, ou devido à falta de um plano adequado de ordenamento do uso do espaço físico.

Desde 1980 a 2019 Moçambique foi atingido por 27 cheias, 12 secas, 20 ciclones tropicais e 28 epidemias, totalizando 87 (Conferir o gráfico 1).

Gráfico 1. Número de Desastres naturais registados em Moçambique (1980-2019)



Fonte: informação actualizada a partir dos dados de Manjoro *et al* (2019).

Reparando para os desastres naturais ocorridos de 1990 à 2019, cerca de 87, constata-se que Moçambique localiza-se numa zona propensa a esses fenómenos naturais. Assim sendo, dos eventos climáticos representados no quadro 2, fica evidente que os locais frequentemente afectados (Nampula, Zambézia, Sofala, Manica, etc.) são também zonas com boas condições agroecológicas e onde a agricultura constitui a principal actividade das famílias. As províncias centrais têm sido as mais propensas a cheias e ciclones tropicais, enquanto as do sul, mais afectadas pela seca.

Quadro 2. Lista de ciclones e tempestades (1990-2019)

Ano(s)	Designação	Zonas afectadas
1990 – 2000	Ciclone Connie	Maputo
	Ciclone Eline	Sofala
	Ciclone Glória	Zona Sul
	Ciclone Huddah	Sofala e Zambézia
2000 – 2001	Tempestade Dera	Nampula
2002 – 2003	Ciclone Japhet	Inhambane e Manica
2006 - 2007	Ciclone Fávio	Inhambane
2007 – 2008	Ciclone Jokwe	Zambézia
2011 – 2012	Ciclone Funso	Zambézia e Cabo Delgado
2013 – 2014	Tempestades tropicais	Zambézia e Cabo Delgado
2016 – 2017	Ciclone Dineo	Inhambane
2017 – 2018	Depressão tropical (sem nome)	Zambézia
	Ciclone Idoi	Sofala, Manica e Zambézia
2019	Ciclone Kenneth	Cabo Delgado

Fonte: OMR-Observatório do Meio Rural (2019).

Em termos de resposta institucional do Governo de Moçambique, destaca-se:

- No ano de 2006, o Governo aprovou o Plano Director de Prevenção e Mitigação das Calamidades Naturais (PDPMCN) para um período de 10 anos (2006-2016);
- Ao abrigo do disposto no Artigo 12 da Lei nº15/2014 (Lei de Gestão de Calamidades), o Governo elabora anualmente Planos de Contingência para a mitigação e gestão do risco de desastres que contempla intervenções intersectoriais para uma rápida resposta e recuperação resiliente pós-desastres;
- Aprovação do Plano Director para a Redução do Risco de Desastres em Moçambique para o período 2017-2030, que tem como visão garantir que a população, os seus meios de vida e saúde e as infraestruturas públicas e privadas se tornem resilientes aos eventos extremos e aos efeitos das mudanças climáticas e com uma cultura consolidada de prevenção, prontidão, resposta e recuperação.

Entre os parceiros de cooperação multilateral, o Programa Mundial de Alimentação (PMA), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Assentamento Humano (UN HABITAT), a Organização das Nações Unidas para Agricultura (FAO), a Organização Internacional de Migração (OIM) e o Fundo das Nações Unidas para População (UNFPA) participaram activamente na implementação do Plano Director de Prevenção e Mitigação das Calamidades Naturais (PDPMCN) desde o primeiro momento (Manjoro *et al*, 2019).

5.2 Mapeamento das Áreas Económicas Afectadas pelos Desastres Naturais

5.2.1 Impacto do fenómeno El Niño (2016)

Em 2015/2016, Moçambique foi novamente atingido por fortes chuvas, ventos e inundações nas regiões Centro e Norte. O custo dos danos causados foi estimado em cerca de US \$384 milhões, ou 2,4 por cento do PIB. De Janeiro a Março de 2016, Moçambique teve escassez de precipitação devido às condições prevaletentes do fenómeno *El Niño*, na região da África Austral, que foi a escassez de chuvas mais forte dos últimos 35 anos, afectando 1,5 milhão de pessoas que precisaram de assistência alimentar urgente em sete províncias do País (Manjoro *et al*, 2019).

5.2.2 Impacto do Ciclone Dineo (2017)

O ciclone tropical Dineo atingiu a província costeira de Inhambane no dia 15 de Fevereiro e, segundo estimativas preliminares, o ciclone de categoria 3 afectou perto de 551 mil pessoas e destruiu 27000 hectares de culturas. As famílias mais vulneráveis, que já enfrentavam uma situação de Crise devido aos défices alimentares relacionadas com a seca, enfrentaram também carências agudas de alimentos até ao mês de Março (FEWS NET, 2017).

De acordo com o comunicado do Conselho de Ministros de Janeiro de 2017:

“...O ciclone destruiu totalmente 33.712 casas e afectou outras 71.526. Destruiu ainda 1.692 salas de aula e afectou 72 unidades sanitárias. Mais de 550 mil pessoas foram afectadas pelo ciclone Dineo, dos quais 7 óbitos..”²

Em relação a época chuvosa 2017/2018, o País registou um total 152.246 pessoas afectadas, 21.774 casas destruídas (das quais 14.461 parcialmente e 7.313 totalmente), 664 salas de aulas destruídas (das quais 463 parcialmente e 201 totalmente), 18 unidades sanitárias e 5 sistemas de abastecimento de água afectados, sobretudo por chuvas e ventos fortes e pela passagem de uma depressão tropical com impactos significativos na zona norte do País (Governo de Moçambique, 2018). O governo estimou que necessitaria de um valor global de US \$16,5 milhões para restaurar os danos às infraestruturas e assistir 550.691 pessoas, afectados pelo ciclone Dineo que atingiu a costa da província de Inhambane, ao sul de Moçambique (Manjoro *et al*, 2019).

5.2.3 Impacto das Inundações nas Cidades de Maputo, Matola, Beira e Quelimane e Erosão nas Cidades de Chimoio, Nampula, Nacala e Tete (2018)

O impacto dos efeitos combinados de estiagem, pragas, inundações afectaram 71 distritos, e cerca de 496.000 famílias e uma área aproximada de 813.000ha de culturas diversas, com destaque para o milho, feijões e hortícolas, representando cerca de 13% da área total semeada no país. Na região Sul, províncias de Maputo e Gaza, devido a irregularidade de chuvas ficaram afectados 125.855ha e mais de 60.613 famílias. (Conferir o quadro 3).

²Conferir o Portal do Governo de Moçambique:

<https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Imprensa/Noticias/Governo-actualiza-impacto-do-ciclone-DINEO>.

Quadro 3. Dados preliminares das áreas afectadas com culturas ao nível do país

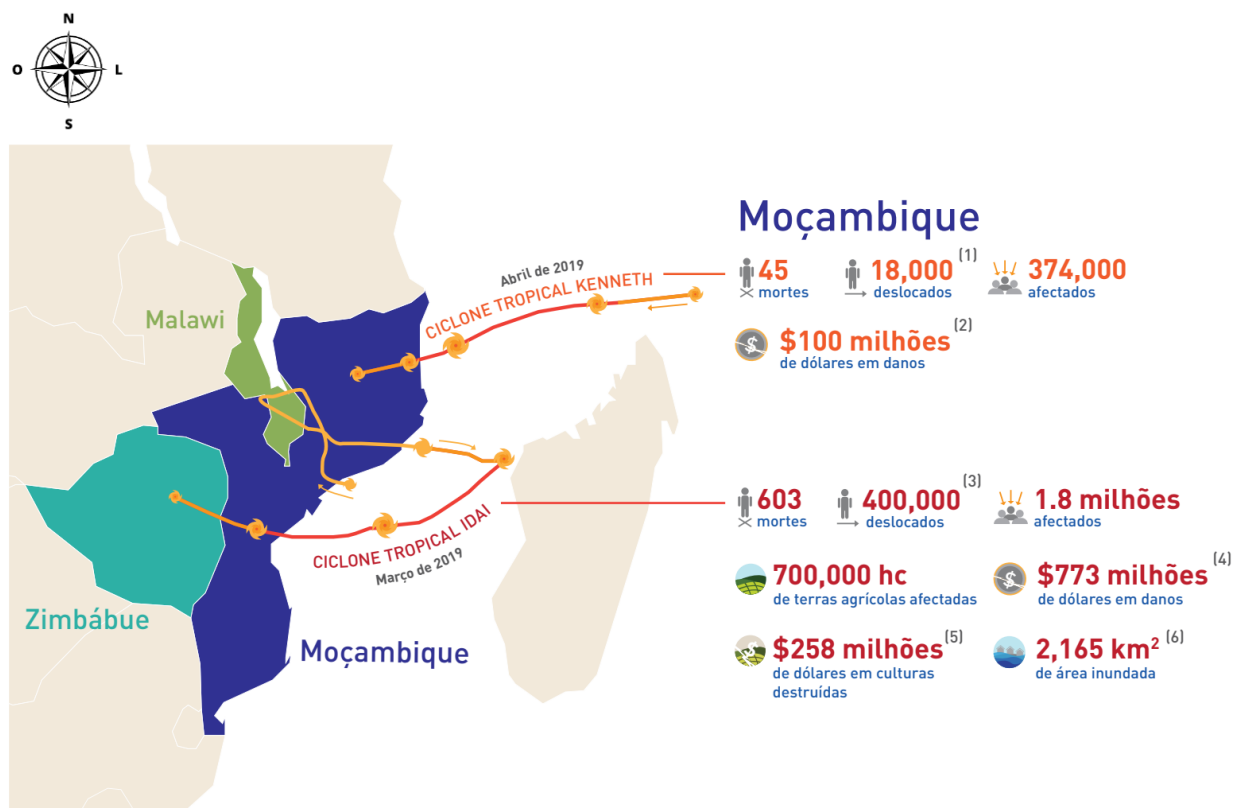
Província	Distritos Afectados	Fenómeno Natural	Área Afectada (ha)		Nº de famílias Afectadas
			(ha)	(%)	
Maputo	Manhiça, Boane, Magude, Marracuene, Namaacha	Estiagem	59.000	34,5	36.603
Gaza	Guijá, Chibuto, Massangena, Chicualacuala, Chongoene		66.855	15	24.010
Inhambane	Massinga, Morrumbene, Homoíne e Jangamo	Inundações	9.430	2,0	6.292
Manica	Sussundenga, Manica, Tambara, Chimoio, Gondola, Vanduzi, Mussurize e Macate		260.759	24,2	50.902
Sofala	Caia, Chemba, Cheringoma, Dondo, Maringue, Marromeu Gorongosa, Nhamatanda, Buzi, Chibabava, Machanga, Muanza, Beira		200.000	22,5	254.450
Tete	C. Tete, Dôa, Chiúta, Chifunde, Mutarara, Tsangano, Marara, Angonia e Moatize		13.609	1,3	11.017
Zambézia	Gile, Gurue, Derre, Nicoadala, Morrumbala, Mocuba, Pebane, Chinde, Luabo, Mopeia, Alto Molócuè, Namacurra, Maganja da Costa e Lugela		200.373	12,2	110.395
Nampula	Malema, Moma, Ribáuè, Mongicual	Lagarta do funil	170	0,0	220
Cabo Delgado	Macomia, Mueda, Mocímboa de Praia e Nangade	Inundações	1.058	0,2	1.588
Niassa	Mandima, Mecanhelas, Cuamba e Mecula		474	0,1	624
Total			812.786	-	496.101

Fonte: MASA (2019).

5.2.4 Impacto do Ciclone Idai, Kenneth e a Tempestade Desmond (2019)

O Ciclone tropical Kenneth ocorreu em abril de 2019, causando 45 mortes humanas, 18.000 deslocados e cerca de 374.000 pessoas directamente afectada. Em termos financeiros e económicos, estima-se que os danos tenham atingido \$100 milhões de dólares americanos. No caso do ciclone Idai ocorrido em Março de 2019, foi o mais severo, pois, causou 603 mortes, 400.000 deslocados, 1.8 milhões de pessoas afectadas e no âmbito financeiro, um dano de aproximadamente \$773 milhões de dólares americanos e cerca de 700.000 Hectares de terras agrícolas foram destruídas (Conferir a figura 3).

Figura 3. Ciclone Idai e Kenneth



Fonte: (1) OCHOA. (2019); (2) Aon. (2019); (3) Governo de Moçambique. (2019); (4) World Vision. (2019); (5) Gulland (2019); (6) United Nations Institute for Training and Research. (20 de Março de 2019) e Zurich Flood Resilience Alliance (2020).

Pela passagem da tempestade *Desmond* e ciclone *IDAI*, ficaram assoladas cinco (5) províncias nomeadamente, Inhambane, Manica, Sofala, Tete e Zambézia onde cerca de 684.171ha de culturas diversas e afectando a mais de 433.056 famílias. As províncias mais afectadas foram Manica e Sofala, representando cerca de 84% das perdas e prejuízos do sector agrícola das áreas afectadas.

O quadro 4, ilustra os dados de perdas de áreas e produção nas principais culturas agrícolas afectadas pelo IDAI. Estima-se que das áreas afectadas, o milho representa 65%, hortícolas diversas (9%), arroz (8%), feijões (7%), amendoim (6%) e outras culturas (5%).

Quadro 4. Dados preliminares de perdas de áreas e produção por culturas.

Culturas	Área (ha)	Produção (Tons)
Milho	528.450	792.675
Arroz	65.040	117.072
Amendoim	48.780	29.268
Feijões	56.910	45.528
Hortícolas diversas	73.170	878.040
Outras culturas	40.650	36.585
Total	813,000	

Fonte: MASA (2019).

No subsector do cajú, um dos que contribui para o crescimento das exportações de Moçambique, os dados apontam para uma redução da capacidade de produção de mudas de cajueiros nos viveiros das províncias de Sofala e Manica, tendo afectado cerca de 245.000 mudas. Em relação aos viveiros, ficaram destruídos 07 viveiros, sendo em Manica (1), Sofala (4) e na Zambézia (2). (Conferir o quadro 5).

Quadro 5. Danos no subsector do cajú.

Província	Viveiros Destruídos	Jardins Policlonais	Mudas Perdidas
Manica	Dombe- Sussundenga	Gondola	60.000
Sofala	Dondo	Dondo	50.000
	Zonas Verdes	Zonas Verdes	40.000
	Bandua- Búzi	-	45.000
	Muxungue- Chibabava	-	50.000
Zambézia	Namacurra	-	-
	Nicoadala	-	-
Total			245.000

Fonte: MASA (2019).

Para o caso do subsector da pecuária, os dados apontam para perda de centenas de cabeças de gado bovino, milhares de pequenos ruminantes e produção de frangos comprometida. (Conferir a quadro 6).

Quadro 6. Perdas do efectivo pecuário por província afectada.

Província	Animais perdidos			Criadores afectados
	Bovinos	Pequenos Ruminantes	Frangos	
Tete	15	234	22.000	38
Sofala	60	879	-	08
Zambézia	31	-	-	-
Manica	10	20	200	20
Total	116	1.113	22.200	66

Fonte: MASA (2019).

No que concerne a infra-estruturas pecuárias danificadas, destacam-se tanques, corredores de tratamento (25); bebedouros e furos (48), pavilhões para aves (08) e matadouros (08). Dados preliminares apontam para cerca de 3.000ha de pastagem comprometidos. (Conferir o quadro 7).

Quadro 7. Dados preliminares de infraestruturas pecuárias afectadas por província.

Província	Infraestruturas danificadas			Matadouros/ Casas de Matança
	Tanques/Corredores	Bebedouros e furos	Pavilhões para aves	
Tete	2	8	1	1
Sofala	5	13	3	2
Zambézia	4	9	2	2
Manica	4	8	2	1
Maputo	10	10	---	2
Total	25	48	8	8

Fonte: MASA (2019).

No subsector da irrigação, ficaram afectados cerca 35.117ha infraestruturados, sendo 3.262ha do sector público e 31.855ha do sector privado. As culturas mais afectadas nos sistemas irrigados são a cana-de-açúcar, hortícolas diversas, arroz e fruteiras. (Conferir o quadro 8).

Quadro 8. Infraestruturas de irrigação afectadas por província.

Província	Área Infra-estruturada afectada (ha)		Culturas Afectadas
	Pública	Privada	
Zambézia	3.425	208	Arroz, Hortícolas
Tete	275	228	Hortícolas e Milho
Sofala	920	21.323	Arroz, Cana-de-açúcar e Piri –piri
Manica	710	9.734	Milho, Hortícolas e Fruteiras diversas
Total	5.330	31.493	-

Fonte: MASA (2019).

Na mecanização agrária foram afectados na província de Sofala 28 tractores, sendo nos distritos de Búzi (24) e Nhamatanda (04).

A área de infraestruturas do sector de saúde foi severamente afectada pela passagem do ciclone IDAI, de onde um total de 94 unidades sanitárias sofreram vários graus de danos, dos quais 4 foram completamente destruídos e 90 foram parcialmente danificados, incluindo seus equipamentos, móveis, medicamentos essenciais e suprimentos médicos. Estima-se que 14% da infraestrutura de saúde nas províncias afectadas sofreram os danos – particularmente a província de Sofala (a destacar a cidade da Beira), seguida pelas províncias de Manica, Tete, Zambézia e Inhambane (PDNA, 2019).

5.3 O Desempenho Fiscal e Macroeconómico de Moçambique nos Anos em que Ocorreram os Ciclones, Estiagem e Inundações

Assim sendo, o comportamento das receitas fiscais brutas colectadas pela Autoridade Tributária de Moçambique, evidenciam a existência dum crescimento assinalável na arrecadação no período em análise, 2016 a 2019, com poucas perdas financeiras (Quadros 15, 16, 17 e 18).

Quadro 15. Desempenho fiscal no ano 2016 (Receita arrecadada de Janeiro à Dezembro)

(unidade: 10³ MT)

Descrição	2016		
	Programa Anual (Planificado)	Cobrança Jan-Dez (Realizado)	% Realizado
Receitas Correntes e de Capital do Estado	165 540 949,31	177 040 500,45	106,95%
Receitas Correntes	162 353 546,61	174 215 045,94	107,31%
Receitas Tributárias	155 059 168,89	164 290 974,47	105,95%
Impostos Nacionais	147 583 003,16	154 094 845,01	104,41%
Impostos sobre o Rendimento	64 685 044,64	63 783 589,92	98,61%
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	40 404 324,17	36 671 773,88	90,76%
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	24 108 669,85	26 854 526,29	111,39%
Imposto Especial sobre o Jogo	172 050,62	257 289,75	149,54%
Impostos sobre Bens e Serviços	74 466 501,89	78 165 567,73	104,97%
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado	48 406 992,12	59 104 367,81	122,10%
Imposto sobre Comércio Externo	13 918 011,65	12 339 258,39	88,66%
Imposto sobre Consumos Específicos de Produção Nacional	5 146 180,69	3 701 958,60	71,94%
Imposto sobre Consumos Específicos de Produtos Importados	6 995 317,43	3 019 982,93	43,17%
Taxa sobre os Combustíveis	5 529 468,91	7 644 311,35	138,25%
Imposto Específico da Actividade Mineira	782 691,61	1 038 668,11	132,70%
Imposto Específico da Actividade Petrolífera	327 410,69	519 256,28	158,59%
Outros Impostos Nacionais	1 791 885,42	2 943 451,63	164,27%
Taxas Nacionais	7 472 265,73	10 196 129,46	136,45%
Taxas Liberatórias	450 752,03	595 265,81	132,06%
Taxas Diversas	7 021 513,70	9 600 863,65	136,73%
Contribuições Sociais	3 093 445,63	2 667 758,41	86,24%
Patrimoniais	377 763,95	3 606 404,27	954,67%
Participações do estado	322 543,72	3 379 111,17	1047,64%
Rendas de Imóveis	55 220,23	227 293,09	411,61%
Exploração de Bens de Domínio Público	329 476,67	545 679,29	165,62%
Venda de Bens e Serviços	3 313 083,59	2 922 142,69	88,20%
Outras Receitas Correntes	180 607,88	182 086,80	0,00%
Receitas de capital	3 187 402,70	2 825 454,52	88,64%
Alienações do Património do Estado	3 187 402,70	83 842,07	2,63%
Outras receitas de capital	0,00	2 741 612,45	0,00

Fonte: Autoridade Tributária de Moçambique (2021).

Quadro 16. Desempenho fiscal no ano 2017 (Receita arrecadada de Janeiro à Dezembro)

(unidade: 10³ MT)

Descrição	2017		
	Programa Anual (Planificado)	Cobrança Jan-Dez (Realizado)	% Realizado
Receitas Correntes e de Capital do Estado	186 333 498,64	202 433 882,98	108,64%
Receitas Correntes	183 147 085,94	186 060 503,95	101,59%
Receitas Tributárias	169 257 153,16	178 641 393,10	105,54%
Impostos Nacionais	158 893 330,16	167 428 225,61	105,37%
Impostos sobre o Rendimento	69 410 838,82	76 032 805,98	109,54%
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	45 768 568,96	46 069 194,57	100,66%
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	23 506 968,36	29 668 232,59	126,21%
Imposto Especial sobre o Jogo	135 301,50	295 378,82	218,31%
Impostos sobre Bens e Serviços	81 566 479,19	77 772 768,11	95,35%
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado	56 274 137,30	58 460 697,67	103,89%
Imposto sobre Comércio Externo	15 248 094,46	12 470 788,41	81,79%
Imposto sobre Consumos Específicos de Produção Nacional	3 802 258,35	3 789 132,32	99,65%
Imposto sobre Consumos Específicos de Produtos Importados	6 241 989,08	3 052 149,72	48,90%
Taxa sobre os Combustíveis	4 825 425,14	6 285 464,09	130,26%
Imposto Específico da Actividade Mineira	933 995,75	3 798 230,45	406,66%
Imposto Específico da Actividade Petrolífera	368 846,56	617 644,42	167,45%
Outros Impostos Nacionais	1 787 744,70	2 921 312,55	163,41%
Taxas Nacionais	10 357 213,00	11 213 167,49	108,26%
Taxas Liberatórias	688 957,16	818 748,45	118,84%
Taxas Diversas	9 668 255,84	10 394 419,04	107,51%
Contribuições Sociais	7 590 599,97	1 329 198,75	17,51%
Patrimoniais	163 199,47	519 731,43	318,46%
Participações do estado	141 791,47	288 341,46	203,36%
Rendas de Imóveis	21 408,00	231 203,89	1079,99%
Exploração de Bens de Domínio Público	762 084,94	932 477,90	122,36%
Venda de Bens e Serviços	4 670 542,83	4 427 737,41	94,80%
Outras Receitas Correntes	703 505,57	209 965,36	29,85%
Receitas de Capital	3 186 412,70	16 373 379,03	513,85%

Fonte: Autoridade Tributária de Moçambique (2021).

Quadro 17. Desempenho fiscal no ano 2018 (Receita arrecadada de Janeiro à Dezembro)(unidade: 10³ MT)

Descrição	2018		
	Programa Anual (Planificado)	Cobrança Jan-Dez (Realizado)	% Realizado
Receitas Correntes e de Capital do Estado	222 859 683,85	222 665 175,97	99,91%
Receitas Correntes	218 127 983,85	222 371 856,05	101,95%
Receitas Tributárias	211 601 946,02	205 606 059,22	97,17%
Impostos Nacionais	190 023 668,44	194 272 746,12	102,24%
Impostos sobre o Rendimento	81 673 751,53	90 561 929,46	110,88%
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	50 651 790,90	57 020 246,38	112,57%
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	30 379 749,98	33 150 828,93	109,12%
Imposto Especial sobre o Jogo	642 210,65	390 854,15	60,86%
Impostos sobre Bens e Serviços	92 786 201,32	88 953 066,29	95,87%
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado	61 208 387,70	65 096 352,63	106,35%
Imposto sobre Comércio Externo	17 987 199,98	14 738 949,58	81,94%
Imposto sobre Consumos Específicos de Produção Nacional	5 801 102,01	4 881 313,72	84,14%
Imposto sobre Consumos Específicos de Produtos Importados	7 789 511,63	4 236 450,37	54,39%
Taxa sobre os Combustíveis	8 938 702,17	6 492 332,48	72,63%
Imposto Específico da Actividade Mineira	3 565 241,30	3 233 556,31	90,70%
Imposto Específico da Actividade Petrolífera	627 804,46	563 670,24	89,78%
Outros Impostos Nacionais	2 431 967,67	4 468 191,34	183,73%
Taxas Nacionais	21 550 206,98	11 333 313,09	52,59%
Taxas Liberatórias	811 284,45	879 531,43	108,41%
Taxas Diversas	20 738 922,53	10 453 781,67	50,41%
Contribuições Sociais	324 851,53	1 247 928,39	384,15%
Patrimoniais	198 388,30	4 833 959,98	2436,62%
Participações do estado	172 028,40	4 519 010,49	2626,90%
Rendas de Imóveis	25 714,90	178 545,24	694,33%
Exploração de Bens de Domínio Público	1 015 240,20	4 949 943,12	487,56%
Venda de Bens e Serviços	4 515 041,65	5 185 852,47	114,86%
Outras Receitas Correntes	472 516,15	548 112,87	116,00%
Receitas de Capital	4 731 700,00	293 319,92	6,20%
Alienações do Património do Estado	4 437 700,00	65 304,28	1,47%
Outras receitas de capital	294 000,00	228 015,64	77,56%

Fonte: Autoridade Tributária de Moçambique (2021).

Quadro 18. Desempenho fiscal no ano 2019 (Receita arrecadada de Janeiro à Dezembro)(unidade: 10³ MT)

Descrição	2019		
	Programa Anual (Planificado)	Cobrança Jan-Dez (Realizado)	% Realizado
Receitas Correntes e de Capital do Estado	244 227 183,29	234 464 575,54	96,00%
Receitas Correntes	236 254 167,29	232 615 496,97	98,46%
Receitas Tributárias	228 499 254,90	216 485 924,61	94,74%
Impostos Nacionais	210 412 617,91	205 175 255,45	97,51%
Impostos sobre o Rendimento	101 581 175,83	90 181 279,84	88,78%
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	64 625 017,49	52 482 869,98	81,21%
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	36 554 933,61	37 327 169,58	102,11%
Imposto Especial sobre o Jogo	401 224,73	371 240,27	92,53%
Impostos sobre Bens e Serviços	96 627 045,41	100 729 929,87	104,25%
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado	66 554 924,66	73 791 043,59	110,87%
Imposto sobre Comércio Externo	16 618 900,00	17 065 034,07	102,68%
Imposto sobre Consumos Específicos de Produção Nacional	6 414 526,32	4 795 910,32	74,77%
Imposto sobre Consumos Específicos de Produtos Importados	7 038 694,43	5 077 941,89	72,14%
Taxa sobre os Combustíveis	6 283 196,69	7 465 784,27	118,82%
Imposto Específico da Actividade Mineira	2 855 063,03	2 182 431,63	76,44%
Imposto Específico da Actividade Petrolífera	400 463,25	608 050,38	151,84%
Outros Impostos Nacionais	2 665 673,70	4 007 779,47	150,35%
Taxas Nacionais	18 086 305,79	11 310 669,17	62,54%
Taxas Liberatórias	1 073 441,31	773 258,59	72,04%
Taxas Diversas	17 012 864,48	10 537 410,58	61,94%
Contribuições Sociais	532 521,85	1 466 384,66	275,37%
Patrimoniais	523 759,27	3 145 708,83	600,60%
Participações do estado	180 505,90	2 943 386,85	1630,63%
Rendas de Imóveis	342 953,37	157 245,84	45,85%
Exploração de Bens de Domínio Público	1 612 214,89	5 782 485,02	358,67%
Venda de Bens e Serviços	4 526 704,15	4 835 342,20	106,82%
Outras Receitas Correntes	559 712,23	899 651,64	160,73%
Receitas de Capital	7 973 016,00	1 849 078,57	23,19%
Alienações do Património do Estado	7 963 740,00	93 682,11	1,18%
Outras receitas de capital	9 276,00	1 755 396,46	18924,07%

Fonte: Autoridade Tributária de Moçambique (2021).

No que concerne ao desempenho macroeconómico, a Taxa de Crescimento real da economia moçambicana em 2018 foi 3.3%, no entanto, a previsão da Lei orçamental de 2019 era uma evolução para 4.7%. Com o ciclone IDAI, houve uma actualização da previsão com um ligeiro

decréscimo para 3.8% por parte do Governo de Moçambique, por conseguinte para o FMI o crescimento baixou para 1.8%. Na fase pós-IDAI o Governo baixou novamente a previsão do crescimento para 2.5%.

Observando para a inflação, há um crescimento assinalável neste índice do preço do consumidor, demonstrando a elevação do custo de vida devido aos desastres naturais, na medida em que em 2018 a previsão era de 3.9%, em 2019 na ordem de 6.5%, em Março a quando da ocorrência do ciclone IDAI manteve-se 6.5%, contudo, o FMI actualizou a inflação para 8%, mais tarde o Governo actualizou a sua previsão pós-IDAI, subindo para 7% (Conferir o quadro 9).

Quadro 9. Comportamento dos indicadores macroeconómicos depois da ocorrência do IDAI

Pressupostos Macro	2018	2019	2019	2019	2019
	Real	LEI	Act/Marc	Rev./FMI	Rev./Pos-IDAI
PIB nominal (milhões de MT)	859,019.3	1,021,028	964,399.3		951,904
PIB real (milhões de MT)	501,764.8	525,348.0	521,060.3		516,513.6
Taxa de Crescimento real (%)	3.3	4.7	3.8	1.8	1.8 - 2.5
Inflação media Annual	3.9	6.5	6.5	8.0	7.0
Taxa de Cambio media annual (MT/USD)	60.0	60.5	62.0	64.0	64.0

Fonte: MEF (2019).

Os sectores económicos mais afectados mereceram uma revisão em baixa em relação ao crescimento económico (Conferir o quadro 10), a destacar:

- a) Na agricultura, o Orçamento de Estado para 2019 planificou um crescimento de 5.5%, mas em Marco devido ao ciclone IDAI baixou para 4.0%, no entanto, apos a revisão orçamental baixou-se para 2.0%, quase metade;
- b) No sector de Comercio e Serviços de Reparação, a LOE previu um crescimento de 2.6%, em Março subiu para 3.0% e finalmente, a revisão pós-IDA foi em baixa para 1.0%; e
- c) O sector de Transporte, Armazenagem e Informações e Comunicações, teve uma previsão de 2.8% na LOE, em Março cresceu para 4.0 e depois do IDAI baixou para 2.0%. O fraco desempenho registado neste sector, foi influenciado negativamente devido as chuvas torrenciais que desabaram a maioria dos postes de rede móvel na zona centro. E no ramo de transporte rodoviário sendo de destacar os seguintes factores:

- ✓ Redução do tráfego de passageiros que usam o meio rodoviário devido ao efeito de chuvas torrenciais caídas, que provocaram interrupção temporária do tráfego na N6;
- e
- ✓ Falta de energia eléctrica que se fez sentir na cidade da Beira que implicou uma paralisação do processo de carga e descarga de mercadorias no Porto da Beira.

Quadro 10. Crescimento sectorial

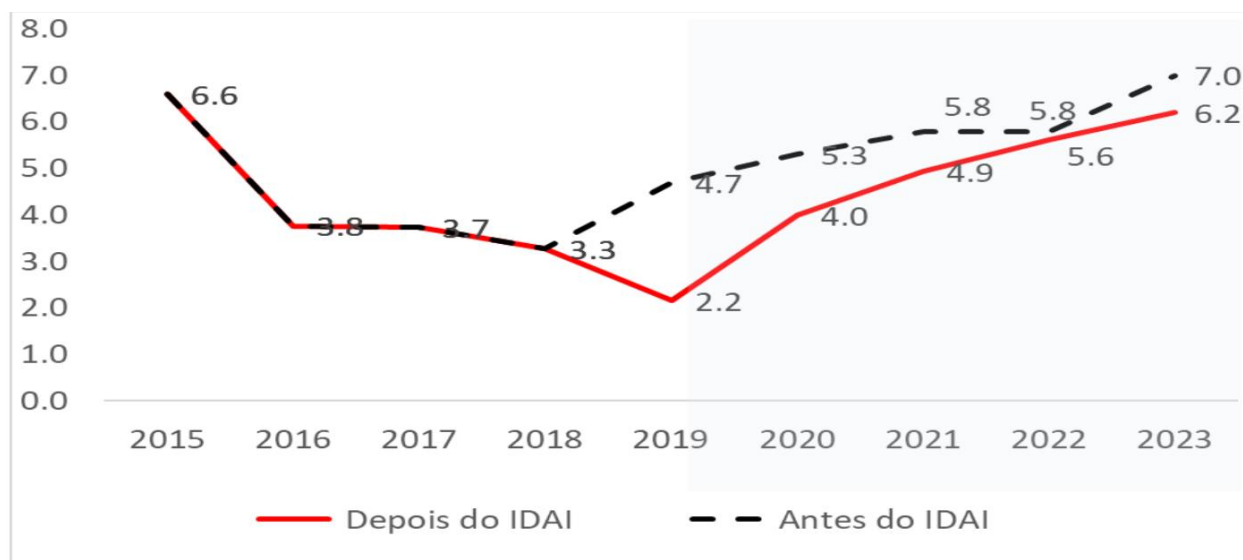
Taxa de Crescimento sectoriais (%)	2019	2019	2019
	LEI	Act/Mar	Rev./Pos-IDAI
Agricultura	5.5	4.0	2.0
Pescas	6.0	4.5	4.5
Ind. Extraç. Mineira	14.0	13.0	13.0
Industria Transformadora	3.1	3.0	3.0
Electricidade Gaz e Água	2.0	1.0	1.0
Construção	3.5	0.5	0.5
Comércio e Serv. Reparação	2.6	3.0	1.0
Hoteis e Restaurantes	3.5	3.0	3.0
Transportes, Armazenagem e Informação e Comunicações	2.8	4.0	2.0
Serviços Financeiros	2.0	2.0	2.0
Alug. Imo. Serv. Prest. Emp.	3.0	2.0	2.0
Administração Publica	4.5	5.5	5.5
Educação	5.0	7.0	7.0
Saúde e Acção Social	4.5	3.0	3.0
Outros Serviços	3.0	1.0	1.0

Fonte: MEF (2019).

De acordo com a Avaliação das Necessidades Pós-Desastre-PDNA (2019), estima-se que as perdas do sector saúde e nutrição em termos de esforços de resposta a desastres e fluxos económicos perdidos sejam de US \$108.800.000. Nesse sentido, o sector de saúde e nutrição exigiria pelo menos US \$ 202,4 milhões para a recuperação, incluindo a melhor reconstrução para garantir a resiliência. Deste montante, cerca de US \$ 117 milhões são necessários para intervenções dentro de 12 meses, enquanto US \$ 51,2 adicionais serão necessários para sustentar os ganhos até três anos e mais US \$ 34,2 milhões para fortalecer os sistemas e construir com resiliência ao longo de um período de cinco anos.

De acordo com o MEF/DGR (2020), as projecções do crescimento económico para 2019 mudaram com os desastres naturais, alterando o cenário para o médio prazo num desvio de 2,2 pp abaixo das projecções iniciais (Conferir o gráfico 2).

Gráfico 2. Projecções do Crescimento Económico Antes e Após IDAI.



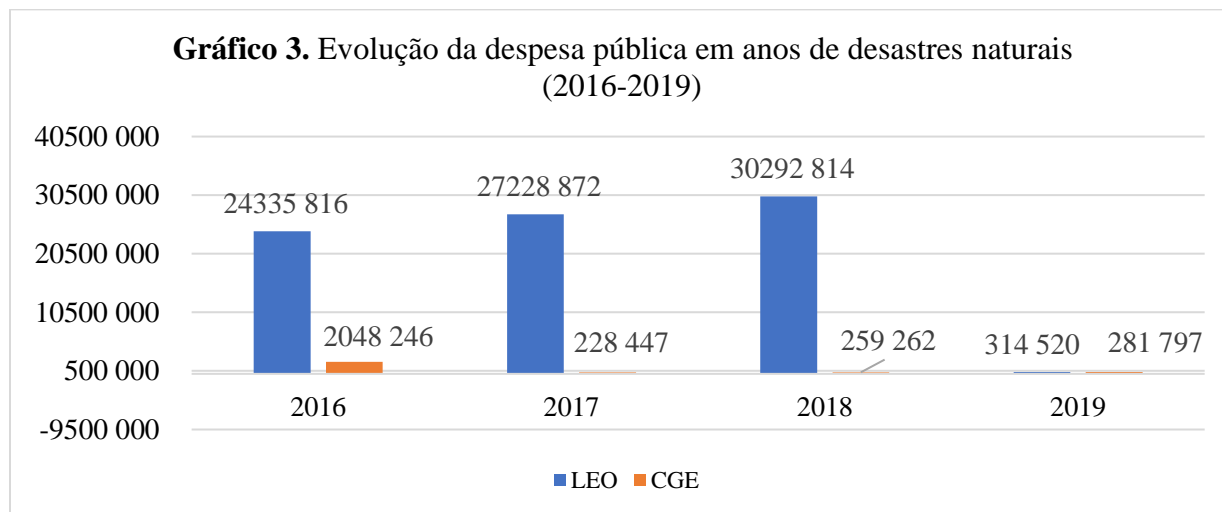
Fonte: DGR/MEF (2020).

A redução do crescimento económico tem implicações na projecção dos indicadores macrofiscais e a sustentabilidade das finanças públicas a médio prazo. A diferença de 2,5 pp no crescimento económico em 2019 poderá resultar numa perda de receitas do Estado estimada entre 18,4 a 22,51 mil milhões de MT com pressões na despesa pública e implicações nas necessidades de financiamento (DGR/MEF, 2020).

Em termos sectoriais, o relatório do INGC (2019), secundado pelo Relatório de Riscos Fiscais 2020 do DGR/MEF (2020), indicava que o impacto dos ciclones induziu a redução do crescimento no sector da agricultura para 2,0% em 2019, comparado com 3,5% em 2018. No sector da indústria espera-se que o crescimento seja mantido em torno de 4,5% até 2019, compensado pela contribuição do sector extractivo combinado com o esperado efeito positivo sobre o sector de energia eléctrica e reconstrução de infra-estrutura. O crescimento do sector de serviços deverá desacelerar para 1,7% em 2019, devido à destruição de infra-estrutura nos sectores de transportes, comunicações, comércio e turismo.

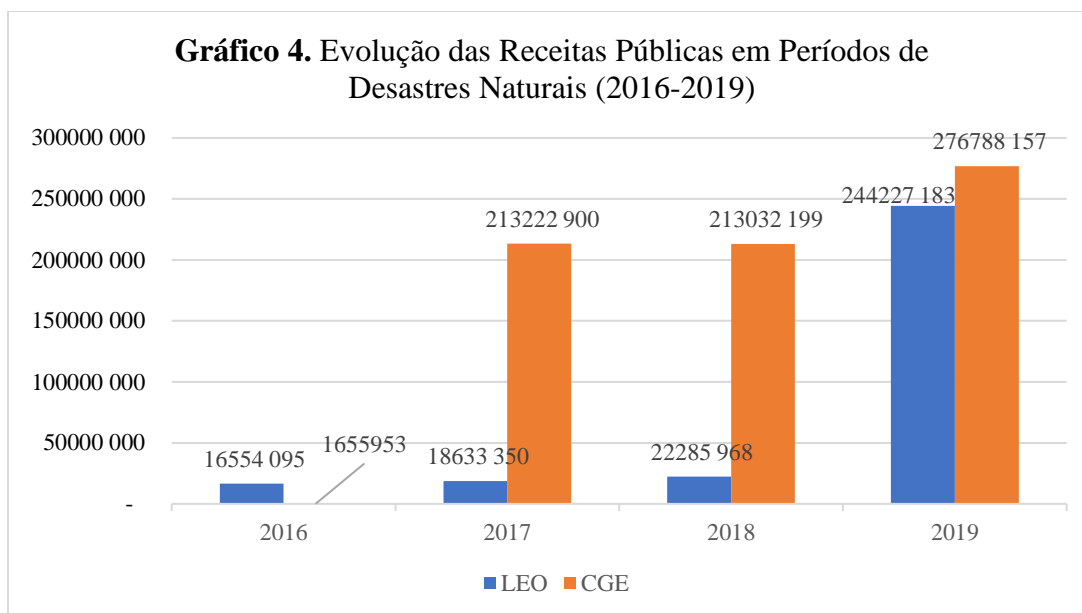
5.4 Variação das Receitas e Despesas Públicas nos Anos em que Ocorreram os Desastres Naturais (2016-2019)

No período em análise a planificação orçamental apresentada no Orçamento do Estado (OE) nos anos 2016, 2017 e 2018 teve uma tendência crescente, no entanto, em 2019 os valores baixaram (Conferir gráfico 4). Em relação a execução, a Conta Geral do Estado teve um comportamento difuso, pois, em 2016 o valor era elevado e em 2017 baixou, no ano 2018 houve um crescimento tímido e em 2019 cresceu significativamente (Conferir o gráfico 3).



Fonte: Dados da pesquisa elaborados a partir das Leis Orçamentais (LEO) e Contas Gerais do Estado (CGE).

Em relação as receitas públicas, tanto através das Leis Orçamentais, como para as Contas Gerais do Estado de 2016, 2017, 2018 e 2019, observa-se que as receitas foram crescendo de forma exponencial ano após ano (Conferir o gráfico 4).



Fonte: Dados da pesquisa elaborados a partir das Leis Orçamentais (LEO) e Contas Gerais do Estado (CGE).

Quando analisamos o comportamento do Orçamento do Estado (OE) que prevê as receitas que deveriam ser arrecadadas e respectivas despesas, bem como a Conta Geral do Estado (CGE) que é elaborada pelo Tribunal Administrativo, tribunal de contas, para avaliar o grau da execução e desvios das dotações orçamentais, é possível observar um desempenho positivo das finanças públicas, pois, as receitas planejadas foram superadas e o gasto público esteve abaixo do planejado, no entanto, se compararmos a capacidade da receita em cobrir as despesas, constata-se a existência dum déficit orçamental, tanto na Lei Orçamental, como também na Conta Geral do Estado.

Há necessidade de lembrar que estabeleceu-se como primeira hipótese: Os desastres naturais podem influenciar na variação das finanças públicas através da diminuição das receitas e aumento das despesas públicas destinadas à reconstrução e realização de ações de emergência nas áreas da saúde, infraestruturas, agricultura, pecuária e comércio.

Além disso, pelo fraco investimento feito para o Plano de Emergência destinados a reconstrução, os gastos foram diminutos e insignificantes no orçamento do estado, contrariando completamente a primeira hipótese.

5.5 Riscos e Perdas Fiscais nos Anos em que Ocorreram os Desastres Naturais

O Governo de Moçambique tem pautado por acções proactivas de prevenção e redução dos impactos dos desastres no país, contudo, isso tem implicado a implementação anualmente dum Plano de Contingência que deve ser suportado pelo Orçamento do Estado, conforme prevê o Artigo 12 da Lei nº 15/2014 (Lei de Gestão de Calamidades).

Os recursos aplicados acabam afectando negativamente no alargamento da base tributária, pois, acabou sendo normalizada uma verba incomum no Orçamento que deve ser suportado pelas receitas públicas, por exemplo, segundo o Plano Anual de Contingência para 2019, aprovado pela 36ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, aos 20 de Novembro de 2018 (p. 8), o Governo inscreveu na proposta do Orçamento do Estado para 2019 cerca de 206 milhões de Meticais para o Plano de Contingência, mesmo assim reconheceu o défice astronómico de 1.1 mil milhões meticais que necessitavam de ser mobilizados para operacionalização deste instrumento.

Os desastres naturais inibem as actividades económicas, o que contribui para redução do número dos contribuintes, mas também, afecta na capacidade de cobrança da Autoridade Tributária, devido a destruição das infraestruturas de cobrança por onde funcionam os postos de colecta de receitas, mas também, a importação e exportação de bens e serviços é directamente afectada. De acordo com a entrevista efectuada na Direcção de Controlo de Cobrança e Benefícios Fiscais e Direcção de Análise e Previsão da Receita, as perdas fiscais variam em função das receitas que mais se ressentiram por causa dos desastres naturais:

“...Os desastres naturais afectaram as actividades económicas, razão pela qual muitos contribuintes tiveram grandes dificuldades de honrarem com os seus compromissos fiscais, principalmente no ano 2019 por causa do Ciclone IDAI. (Entrevistado 1).

“...Muitas empresas ainda não se regeneraram, pois, devido aos desastres como o Kenneth e IDAI ainda estão a reconstruir as suas instalações e recuperar o ritmo das suas actividades comerciais, assim sendo, algumas metas planificadas pela Autoridade Tributária em alguns tributos não foram alcançadas por causa da deterioração do ambiente de negócios nas regiões afectadas por estes fenómenos..” (Entrevistado 2).

O quadro 11 obtido através duma análise estatística, demonstra a evolução das perdas fiscais devido aos desastres naturais, onde o ano 2019 teve muitas perdas por causa da intensidade do ciclone IDAI, os estragos do Kenneth e a tempestade Desmond, com destaque para as Receitas Correntes e de Capital do Estado que na sua globalidade tiveram perdas na ordem de 4%, portanto, de forma individualizada, as receitas que mais sofreram de perdas fiscais foram: Imposto sobre Consumos

Específicos de Produção Nacional (-25,23%), Imposto sobre Consumos Específicos de Produtos Importados (-27,89%), Imposto Específico da Actividade Mineira (-23,56%), Taxas Liberatórias (-27,96), Taxas Diversas (-38,06%), Rendas de Imóveis (-54,15%), Alienações do Património do Estado (-98,82%), Receitas de Capital (-76,81%).

O ano de 2018 houve inundações nas cidades de Maputo, Matola, Beira e Quelimane, bem como a erosão nas cidades de Chimoio, Nampula, Nacala e Tete, que causaram perdas fiscais significativas nas Receitas Tributárias (-2,83%), Imposto Especial sobre o Jogo (-39,14%), Impostos sobre Bens e Serviços (-4,13%), Imposto sobre Comércio Externo (-18,06%), Imposto sobre Consumos Específicos de Produção Nacional (-15,86%), Imposto sobre Consumos Específicos de Produtos Importados (-45,61%), Taxa sobre os Combustíveis (-27,37%), Imposto Específico da Actividade Mineira (-9,30%), Imposto Específico da Actividade Petrolífera (-10,22%), Taxas Nacionais (-47,41%), Taxas Diversas (-49,59%), Receitas de Capital (-93,80%), Alienações do Património do Estado (-98,53%) e Outras receitas de capital (-22,44%).

No caso de 2017, aquando da ocorrência o ciclone Dineo que atingiu a costa da província de Inhambane, as perdas fiscais foram sobre os Impostos sobre Bens e Serviços (-4,65%), Imposto sobre Comércio Externo (-18,21%), Imposto sobre Consumos Específicos de Produção Nacional (-0,35%), Imposto sobre Consumos Específicos de Produtos Importados (-51,10%), Contribuições Sociais (-82,49%), Venda de Bens e Serviços (-5,20%) e Outras Receitas Correntes (-70,15%). Para o ano 2016, Moçambique sofreu com a escassez de precipitação devido ao fenómeno El Niño que causou algumas perdas fiscais para a Impostos sobre o Rendimento (-1,39%), Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (-9,24%), Imposto sobre Comércio Externo (-11,34%), Imposto sobre Consumos Específicos de Produção Nacional (-28,06%), Imposto sobre Consumos Específicos de Produtos Importados (-56,83%), Contribuições Sociais (-13,76%), Venda de Bens e Serviços (-11,80%), Receitas de Capital (-11,36%) e Alienações do Património do Estado (-97,37%).

Quadro 11. Perdas fiscais causadas pelos desastres naturais (2016 a 2019) (em %)

Descrição	PERDAS FISCAIS			
	2016	2017	2018	2019
Receitas Correntes e de Capital do Estado	6,95%	8,64%	-0,09%	-4,00%
Receitas Correntes	7,31%	1,59%	1,95%	1,54%
Receitas Tributárias	5,95%	5,54%	-2,83%	-5,26%
Impostos Nacionais	4,41%	5,37%	2,24%	-2,49%
Impostos sobre o Rendimento	-1,39%	9,54%	10,88%	-11,22%
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	-9,24%	0,66%	12,57%	-18,79%
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	11,39%	26,21%	9,12%	2,11%
Imposto Especial sobre o Jogo	49,54%	118,31%	-39,14%	-7,47%
Impostos sobre Bens e Serviços	4,97%	-4,65%	-4,13%	4,25%
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado	22,10%	3,89%	6,35%	10,87%
Imposto sobre Comércio Externo	-11,34%	-18,21%	-18,06%	2,68%
Imposto sobre Consumos Específicos de Produção Nacional	-28,06%	-0,35%	-15,86%	-25,23%
Imposto sobre Consumos Específicos de Produtos Importados	-56,83%	-51,10%	-45,61%	-27,89%
Taxa sobre os Combustíveis	38,25%	30,26%	-27,37%	18,82%
Imposto Específico da Actividade Mineira	32,70%	306,66%	-9,30%	-23,56%
Imposto Específico da Actividade Petrolífera	58,59%	67,45%	-10,22%	51,84%
Outros Impostos Nacionais	64,27%	63,41%	83,73%	50,35%
Taxas Nacionais	36,45%	8,26%	-47,41%	-37,46%
Taxas Liberatórias	32,06%	18,84%	8,41%	-27,96%
Taxas Diversas	36,73%	7,51%	-49,59%	-38,06%
Contribuições Sociais	-13,76%	-82,49%	284,15%	175,37%
Patrimoniais	854,67%	218,46%	2336,62%	500,60%
Participações do estado	947,64%	103,36%	2526,90%	1530,63%
Rendas de Imóveis	311,61%	979,99%	594,33%	-54,15%
Exploração de Bens de Domínio Público	65,62%	22,36%	387,56%	258,67%
Venda de Bens e Serviços	-11,80%	-5,20%	14,86%	6,82%
Outras Receitas Correntes		-70,15%	16,00%	60,73%
RECEITAS DE CAPITAL	-11,36%	413,85%	-93,80%	-76,81%
Alienações do Património do Estado	-97,37%		-98,53%	-98,82%
Outras receitas de capital			-22,44%	18824,07%

Fonte: Autoridade Tributária de Moçambique (2021).

Em relação aos riscos fiscais provocados pelos desastres naturais, o Gabinete de Gestão de Risco do Ministério das Finanças de Moçambique (GGR/MEF, 2020), indica que os desastres naturais são um risco fiscal quando subestimam as necessidades de financiamento para um determinado ano fiscal. Por exemplo, em 2019, o impacto dos ciclones IDAI e Kenneth foi estimado em 3,2 mil

milhões de dólares, pois, causaram danos materiais estimados em cerca de 20,17% do PIB, custos superiores ao ano de 2017, que era de 800 milhões de meticais. Deste modo, os desastres naturais têm efeitos económicos e sociais consideráveis, com grandes implicações para o financiamento do Estado. Do ponto de vista de gestão orçamental, os riscos fiscais relacionados com os desastres naturais representam passivos contingentes implícitos. Muitas vezes, os custos directos são as operações de apoio a recuperação e os esforços de reconstrução. Os custos indirectos incluem a perda de receitas do Governo (impostos) devido à redução da actividade económica.

Ao aplicarmos o neoliberalismo, buscamos entender as medidas tomadas pelo Estado moçambicano para manter a disciplina fiscal, reduzir os gastos públicos, preservar a continuidade da reforma tributária, num período em que o país enfrentava a seca, as inundações, perdas de colheitas e ciclones.

Os relatórios do Banco Mundial (2021), sobre a Actualidade Económica de Moçambique (AEM), demonstram que o país fez progressos significativos na consolidação fiscal nos últimos anos, o que ajudou a reduzir o défice primário de 6 por cento do PIB em 2015 para 2 por cento em 2019. Com a receita total (excluindo mais-valias) inalterada em 23 por cento do PIB entre 2015 e 2019, o ajustamento fiscal concentrou-se no lado da despesa. A despesa caiu de 33 para 30 por cento do PIB entre 2015 e 2019, apesar das pressões fiscais adicionais colocadas pelas eleições e pelos ciclones tropicais em 2019. Os cortes na despesa foram, na sua maioria, suportados pelo orçamento de investimento.

Estes cortes nas despesas estão directamente associadas a uma medida chamada austeridade. Na percepção de Anstead (2017), a austeridade é também um dos três pilares centrais do neoliberalismo, juntamente com a liberalização dos mercados, em especial o de trabalho e o financeiro, e as privatizações.

Nos últimos anos (2016 à 2019), o governo realizou também progressos significativos na gestão fiscal e da dívida, e na regularização de pagamentos em atraso. Foi aprovada legislação primária e secundária relativa à gestão da dívida e emissão de garantias, Empresas Públicas (EP) e gestão do investimento público. Mais recentemente, foram aprovadas metodologias de avaliação do risco de crédito para melhor apoiar as operações financeiras das empresas públicas, bem como um manual

para orientar as projecções macrofiscais. Além disso, o governo continua a preparar demonstrações de risco financeiro em conformidade com o ciclo orçamental (Banco Mundial, 2021).

Para outra instituição de Bretton Woods que é uma das defensoras ferrenhas do neoliberalismo, o Fundo Monetário Internacional (FMI), no seu Relatório nº 18/65 do Corpo Técnico sobre as Consultas de 2017 (FMI, 2018), demonstrou claramente que as medidas de austeridade e reforma tributária são algumas apostas importantes para a reestruturação das finanças públicas no país, pois vejamos, os administradores do FMI em Moçambique:

“...referiram que o esforço sustentado de consolidação orçamental para eliminar o défice primário é essencial para assegurar a sustentabilidade das finanças públicas. Insistiram na necessidade de ampliar a base tributária através da eliminação das isenções de IVA e de outros impostos e de reduzir a despesa corrente, sem deixar de proteger os gastos sociais e com projetos de infraestruturas. Acolheram positivamente os planos anunciados pelas autoridades de retomar as discussões com os credores privados e ressaltaram que o avanço nas discussões sobre a reestruturação da dívida seria um passo importante para restaurar a sustentabilidade da dívida.” (p. 3).

O governo continua a proteger a despesa nos sectores prioritários, apesar da difícil situação fiscal. Apesar das pressões orçamentais significativas decorrentes da massa salarial e do serviço da dívida crescentes, as autoridades conseguiram manter os níveis de despesa nos sectores prioritários em 14-15 por cento do PIB (Banco Mundial, 2021). Por exemplo, o Plano Quinquenal do Governo absorveu cerca de 80 por cento do orçamento de despesas prioritárias com os sectores da educação, saúde e infraestruturas, o que constituiu uma estratégia de consolidação da equidade e justiça social.

Em contrapartida devido à natureza caótica do desastre, a gestão de finanças públicas torna-se complexa e cheia de incertezas. Na gestão de finanças públicas, as consequências podem variar muito quando uma situação é negligenciada (Ping et al., 2011).

Nesses casos, para ter um bom desempenho na gestão de finanças públicas, o governo precisa considerar tanto as situações ambientais quanto as condições internas. Acreditamos que a lente teórica da teoria da contingência se encaixa bem na compreensão dos impactos dos desastres naturais nas finanças públicas. Para a perspectiva de Ping et al. (2011), quando o governo está enfrentando uma crise cheia de mudanças, a teoria da contingência pode fornecer uma orientação clara na gestão dela, na medida em que, sendo capaz de considerar os factores contingentes, o governo pode actuar de forma eficaz e eficiente na gestão das crises.

No caso de Moçambique, o FMI (2018), destaca que as fracas infraestruturas socioeconómicas, os altos níveis de pobreza e a dependência elevada da agricultura pluvial amplificam estes riscos, num contexto de acesso limitado a seguros. A preparação técnica limitada e a insuficiência de recursos inibem ainda mais a capacidade do país de adaptação e de resposta a crises.

O país tem sido afectado sistematicamente pelos desastres naturais fazendo com que os impactos e acções de resposta sejam imprevisíveis, ou seja, tudo depende e é relativo em função do tipo de desastre e sua magnitude. Portanto, em termos de perdas económicas, humanas e fiscais o ciclone IDAI e o Keneth que ocorreram em 2019 foram determinantes para alguma redução de receitas fiscais.

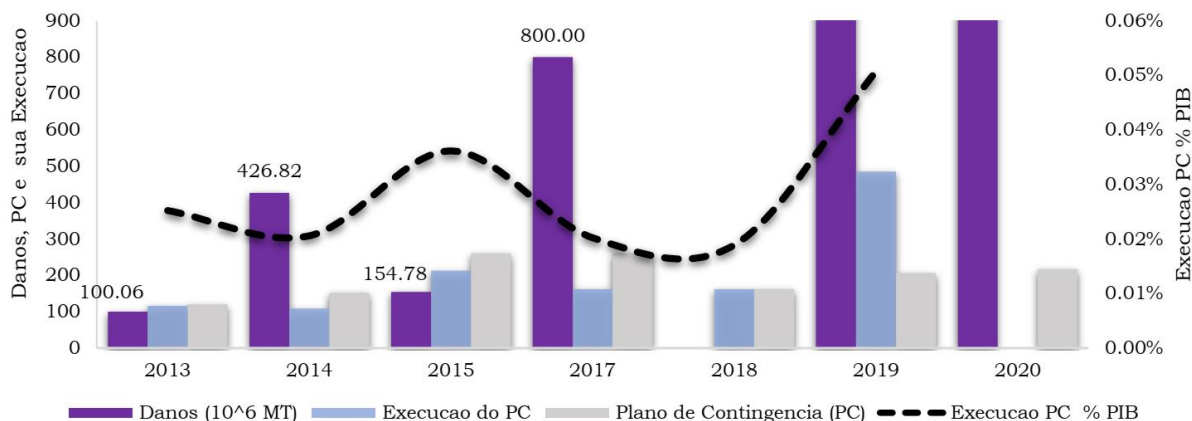
Através dos postulados de James Thompson, foi possível comprovar através do mapeamento do desempenho fiscal e a verificação das perdas fiscais, que o nível geral de incerteza para a resposta aos desastres naturais foi maior, e com base no comportamento da dívida pública, por causa do défice orçamental, constatou-se uma maior dependência das finanças públicas em relação a ajuda externa dos outros países e ao endividamento público interno, o que exige do governo uma maior interdependência sequencial e pouco recíproca, exigindo assim ao Estado, uma maior capacidade para a coordenação da captação de recursos financeiros suficientes para salvar vidas e garantir a reconstrução pós-desastre. Os esforços para mobilização de recursos para a reconstrução por parte do INGC e entidades públicas associadas, tiveram um mau resultado, razão pela qual as infraestruturas estratégicas destruídas pelo IDAI em 2019 ainda não foram reerguidas, por conta da falta de fundos.

5.6 Danos e Financiamento aos Desastres Naturais em Moçambique

Recorrendo ao Relatório de Risco Fiscal (MEF/GGR, 2021), fica claro que as opções para o financiamento dos desastres naturais requerem uma estratégia diferenciada, dada a dificuldade de previsão da magnitude do choque proveniente desta fonte. O Orçamento do Estado define, de acordo com o decreto nº 53/2017 de 14 de Outubro, que 0,1% da Receita do Estado destinam-se ao Plano de Contingência (PC). O Plano de contingência é a componente do OE destinado às acções de prevenção e gestão de desastres naturais em Moçambique. Nesse sentido, fica claro que a inclusão do financiamento aos programas de respostas aos desastres naturais no OE foi institucionalizado em 2017 através do decreto supracitado, o que significa que não existia

informação orçamental organizada em base de dados sobre o valor disponibilizado em 2016 (Conferir o gráfico 5).

Gráfico 5. Evolução do Financiamento aos Desastres Naturais em Moçambique



Fonte: MEF/DGC (2020).

O gráfico 6 evidencia que em média, no período de 2013 a 2020 (incluindo o intervalo em análise nesse estudo: 2016 a 2019) foi alocado para o Plano de Contingência um valor de 193,6 mil milhões de MT para fazer face aos desastres, para uma necessidade de 207,9 mil milhões de MT, um desvio (défice) de 14,4 mil milhões de MT para fazer a melhor intervenção possível. Contudo, faz sentido assumir-se que o financiamento do Plano de Emergência é feito apenas pelo OE, apesar dos parceiros de cooperação intervirem directamente no terreno com ajuda humanitária. Conforme reforça o MEF/DGC (2020), ao considerar que:

“As diferenças na planificação e execução de recursos, bem como a sua disponibilização atempada, criam dificuldades de gestão da tesouraria com impacto na programação de acções de reconstrução, reduzindo-se gradualmente a capacidade de resposta do país anualmente. De referir que os recursos disponibilizados pelo Estado através do Plano de Contingência, não são suficientes para financiar todas as actividades no âmbito da emergência, tal que, essas acções não beneficiam de outros tipos de financiamento além do OE.”. (MEF/DGC, 2020, p. 29).

A dificuldade de previsibilidade e precisão da estimação dos recursos financeiros necessários, remete-nos a perspectiva de Tom Burns e George Macpherson Stalker dentro da Teoria Contingencial de Administração, pois, os desastres naturais são ambientes muito instáveis que não podem ser geridos apenas por meio de procedimentos rotineiros actuais das estruturas mecanicistas de planificação do sector público moçambicano, na medida em que, nestas fases críticas tudo tende a ser relativo, os ambientes são menos estáveis e menos previsíveis, demandando assim por uma

melhor planificação orçamental, de modo a garantir uma previsão que mais se aproxima a realidade.

Em relação à execução dos valores planificados no Orçamento do Estado, há uma tendência do valor real disponibilizado para financiar as acções de resposta aos desastres naturais estar abaixo do planificado, excepto ao ano 2019, que devido ao impacto do ciclone IDAI, o valor superou o planificado (Conferir o quadro 12 e Gráfico 6); logo, as alocações de recursos no Orçamento do Estado para a resposta emergencial é sistematicamente insuficiente para cobrir as necessidades estimadas pelo Instituto Nacional de Gestão de Calamidades.

Quadro 12. Danos Causados pelos Desastres Naturais e Grau de realização do financiamento do Estado

Ano	Danos (10 ⁶ MT)	Plano de Contingência (PC)	Execução do PC (Orçamento do Estado)
2013	100.06	120.00	116.25
2014	426.82	151.95	108.39
2015	154.78	260.53	212.91
2017	800.00	260.58	162.38
2018	-----	162.38	162.32
2019	192,000.00	206.36	485.00

Fonte: MEF/GGC (2020).

Para além do financiamento público proveniente do Orçamento do Estado através dos Planos Anuais de Contingência, existem outras fontes, tais como, as doações, Empréstimos de Emergência, Realocações Orçamentais e Orçamentos de Contingência (Conferir o quadro 13), cuja categorização feita pelo Banco Mundial (2017), envolve os seguintes elementos:

- 1) **Camadas:** A *camada de baixo-risco* refere-se aos eventos recorrentes e de menor impacto financeiro. A *camada de médio-risco* trata dos eventos que, mesmo não sendo raros, causam perdas e danos significativos. A *camada de alto-risco* inclui desastres com probabilidade de ocorrência muito baixa, mas possivelmente muito severos e de alto impacto económico e social;
- 2) **De acordo com o momento em que os recursos são planeados e alocados pelas instituições gestoras:** Fontes de recurso *Ex-ante* são aquelas planeadas e estabelecidas

antes da ocorrência de uma calamidade. Já as fontes de recursos Ex-post são aquelas, cuja mobilização só se inicia após a ocorrência de um desastre.

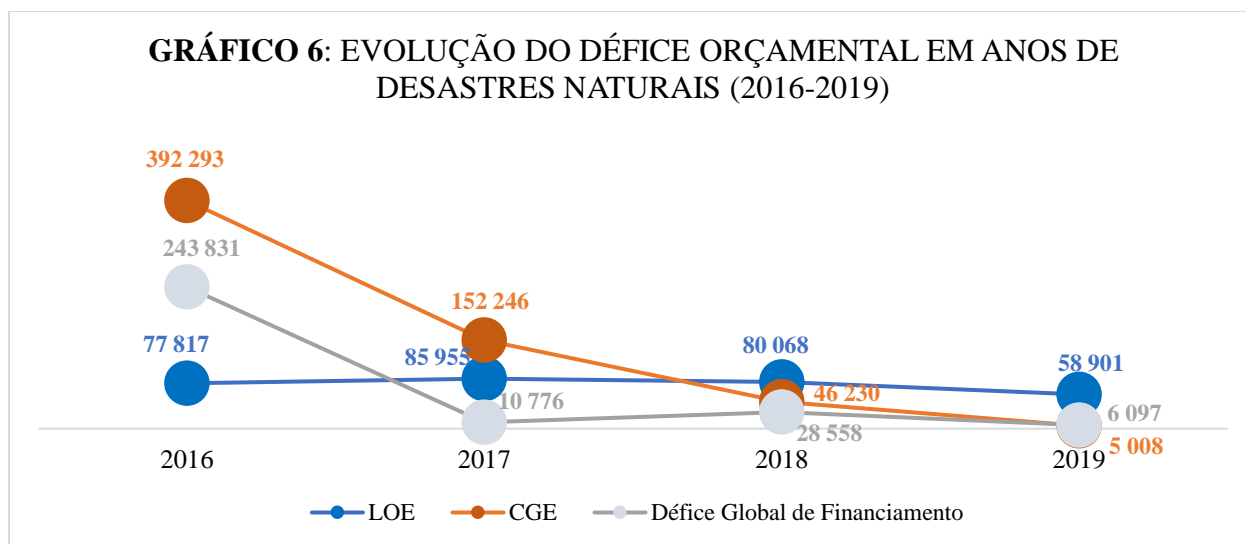
Quadro 13. Fontes de recursos para financiamento de calamidades disponíveis em Moçambique

INSTRUMENTOS DISPONÍVEIS			
Fonte de Recursos	Camadas de Risco	Mobilização dos Recursos	Descrição
Planos Anuais de Contingência	Baixo, médio e alto risco	<i>Ex-ante</i>	É a principal fonte de financiamento ex-ante, embora apenas para a fase da resposta à emergência. Entre 2009 e 2015, as alocações iniciais dos Planos Anuais de Contingência ficaram entre 0.07% e 0.13% do Orçamento do Estado. O valor médio das alocações iniciais anuais no período foi de 148 milhões de Meticais. Em 2015 a alocação inicial do Plano de Contingência foi de 271 milhões de Meticais, a maior desde 2009.
Doações	Médio e alto risco	<i>Ex-post e ex-ante</i>	Elemento de grande importância, mas muitas vezes “ <i>off-budget</i> ” e de difícil monitoria e previsão. Entre Outubro de 2013 e Março de 2014 a contribuição dos parceiros foi estimada em 283 milhões de Meticais para actividades dentro do escopo do Plano de Contingência. Em 2013, a execução de recursos públicos com actividades do Plano de Contingência foi de 167 milhões de Meticais, o que indica a importância da participação dos parceiros.
Empréstimos de Emergência	Alto risco	<i>Ex-post</i>	Imprevisíveis, difíceis de rastrear e longo processo de finalização atrasam a recuperação e reconstrução significativamente. Após as cheias de 2015 e secas de 2016 foi realizado empréstimo total de US\$60 milhões com o Banco Mundial.
Realocações Orçamentais	Médio e alto risco	<i>Ex-post</i>	Revisão do Orçamento do Estado, em geral, ou dos orçamentos sectorais. O uso de realocações orçamentais é recorrente, mas não é possível rastrear os recursos alocados para a gestão de calamidades provenientes desta fonte.
Orçamentos de Contingência	Baixo e médio risco	<i>Ex-ante</i>	O Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos possui uma linha orçamental específica para intervenções de emergência. Entre 10% e 15% do orçamento da Administração Nacional de Estradas (ANE) é alocado para reabilitação de emergência de estradas e pontes, mas esta prática não foi identificada nos demais sectores. Entre 2009 e 2015, a alocação inicial da acção de manutenção de emergência de estradas e pontes foi de, em média, 514 milhões de Meticais por ano. Porém, excluindo o ano de 2014 (que teve alocação inicial de mais de 2 bilhões de Meticais), a média anual é reduzida para 290.5 milhões de Meticais.

Fonte: Banco Mundial (2017).

5.7 Influência dos Desastres Naturais no Nível de Endividamento Público do País

O Estado moçambicano tem recorrido ao endividamento público para financiar o défice orçamental, assim sendo, pretende-se perceber o comportamento do défice para construirmos um raciocínio coerente sobre o nível de endividamento do país nestes anos em que ocorreram desastres naturais, através da planificação feita pela Lei orçamental (OE) e o executado descrito pela Conta Geral de Estado (CGE). (Conferir o Gráfico 6).



Fonte: Elaborado a partir dos Orçamentos do Estado e Contas Gerais de Estado.

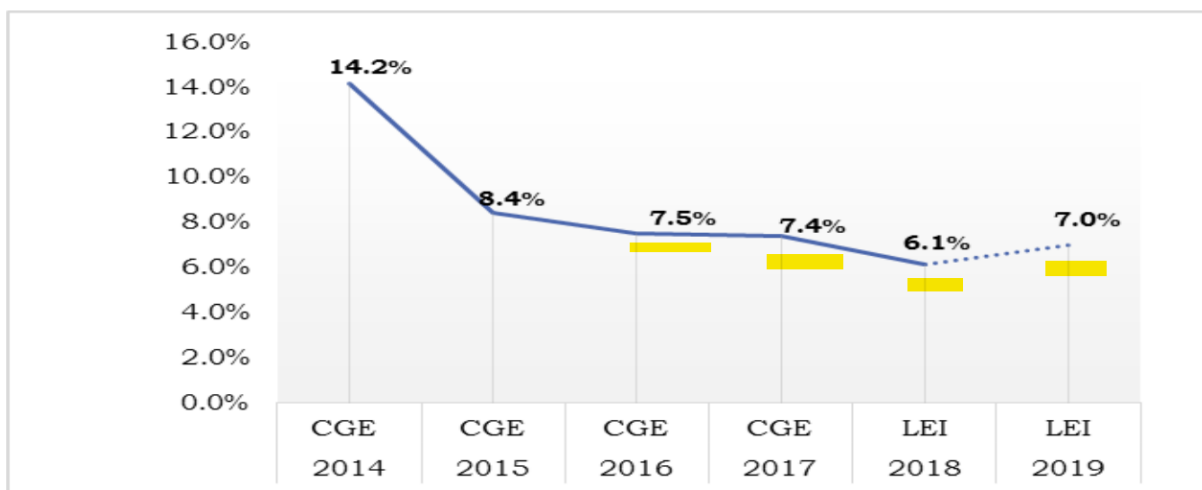
Em relação ao nível de endividamento, observa-se que há uma tendência da dívida interna estar a crescer, no entanto, um comportamento contrário acontece em relação as dívidas externas, evidenciando que o Estado moçambicano tem buscando com maior regularidade pelo financiamento interno (Conferir o quadro 14 e gráfico 7).

Quadro 14. Resumo do nível de endividamento público de Moçambique (2016-2019) (Em Milhões de Meticaís)

Ano	Conta Geral do Estado (TA/Tribunal de Contas) (Realizado)	Interpretação
2016	Dívida Externa= 613,997.9 (cresceu 69,1%) Dívida Interna= 87,709.6 (cresceu 26,7%)	O saldo acumulado da dívida pública no final do exercício económico de 2016 foi de 701.707,6 milhões de Meticaís, correspondente a cerca de 101,8% do PIB. Relativamente ao exercício anterior (2015), o saldo acumulado da dívida pública registou um aumento de 62,3%, em termos nominais, tendo a dívida externa aumentado em 69,1% e a interna em 26,7%. (CGE).
2017	Dívida Externa= 554.470,2 (decreceu -9.7%, comparativamente a 2016); Dívida Interna=106.899,6 (cresceu 21.9%)	O saldo acumulado da dívida pública no final do exercício económico de 2017 excluindo garantias foi de 661.369,8 milhões de Meticaís, correspondente a cerca de 81,8% do PIB. Relativamente ao exercício anterior o saldo da dívida pública registou um decréscimo de 5,7%, em termos nominais, tendo a dívida externa reduzido em 9,7% e a interna crescido em 21,9%. Verifica-se redução na dívida pública externa no contravalor em Meticaís devido a apreciação do Metical, tendo a taxa de câmbio passado de 71,19 MT/1USD para 58,4 MT/1USD, de 2016 para 2017, Respectivamente.
2018	Dívida Externa= 596,698.7 (Cresceu 7,6%) Dívida Interna= 139,377.2 (cresceu 30,4%)	O saldo acumulado da dívida pública no final do exercício económico de 2018 excluindo garantias foi de 736.075,9 milhões de Meticaís, correspondente a cerca de 85,7% do PIB, sendo 596.698,7 milhões de Meticaís de dívida externa e 139.377,7 milhões de Meticaís de dívida interna. Relativamente ao exercício anterior o saldo da dívida pública registou um crescimento de 11,3%, em termos nominais.
2019	Dívida Externa= 588.469,2 (Decresceu 1,4%) Dívida Interna= 154.595,2 (cresceu 10,9%)	O saldo acumulado da dívida pública no final do exercício económico de 2019 excluindo garantias foi de 743.064,3 milhões de Meticaís, correspondente a cerca de 76,9% do PIB, sendo 588.469,2 milhões de Meticaís de dívida externa e 154.595,2 milhões de Meticaís de dívida interna. Relativamente ao exercício anterior o saldo da dívida pública registou um crescimento de 0,9%. A Dívida externa registou um decréscimo de 1,4% em termos nominais o que se justifica pela variação cambial não obstante a contratação de nova dívida concessional, por seu turno a interna cresceu na ordem de 10,9%.

Fonte: Contas Gerais do Estado consultados.

Gráfico 7. Evolução dos Recursos Externos (2014-2019)

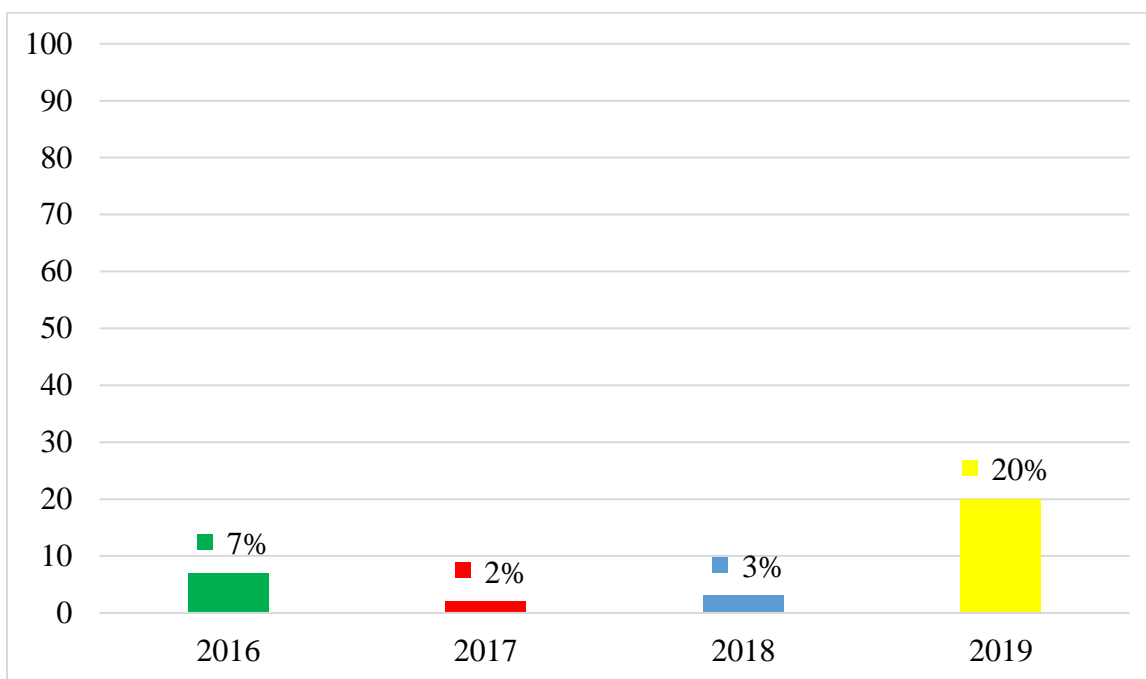


Fonte: Orçamento do Estado 2019 (MEF, 2018).

De acordo com os dados do Orçamento do Estado para 2019 (MEF), ao longo dos últimos anos (2016 a 2018), os recursos externos mostraram uma tendência decrescente, conforme se pode depreender do gráfico 8, no entanto, para o ano de 2019 esperava-se um incremento em 0,9pp do PIB dos recursos externos quando comparado com o ano de 2018, até que o Ciclone Idai chegou e assolou o desempenho económico de Moçambique.

Os Relatórios Anuais da Dívida de Moçambique (MEF, 2017; MEF, 2018; MEF, 2019; MEF, 2020), demonstram que em relação aos recursos externos desembolsados através do serviço da dívida para responder às mudanças climáticas, os montantes são insignificantes para essas operações nos primeiros três anos em análise, pois, em 2016 a rubrica era de 7%. No ano de 2017, o valor da dívida externa financiado para às mudanças climáticas foi o menor de todos, cerca de 2%, evidenciando assim um decréscimo comparativamente ao ano anterior. No ano de 2018, o valor foi de 3%. E em 2019, o período em que ocorreram os ciclones Idai e Keneth, o valor dos desembolsos externos dos credores para a área de mudanças climáticas cresceu exponencialmente para 20% da dívida pública. (Conferir o Gráfico 8).

Gráfico 8. Evolução dos desembolsos externos dos credores para o financiamento das mudanças climáticas

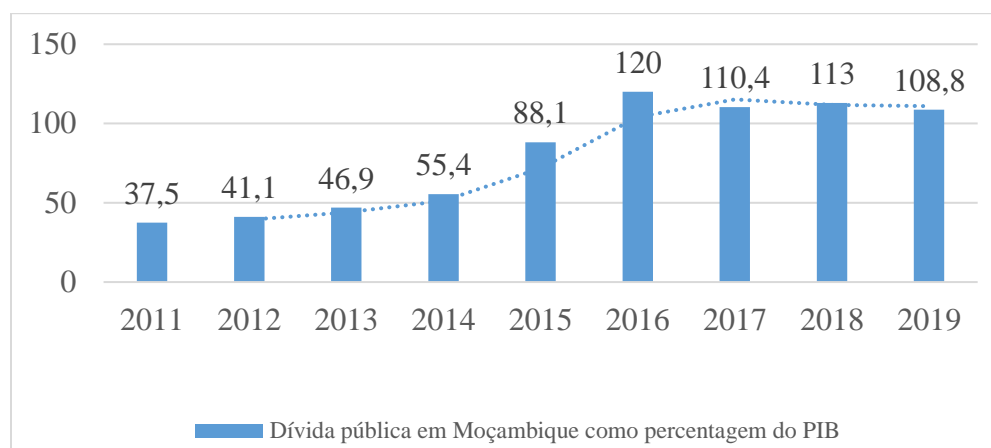


Fonte: Resultados da pesquisa através dos dados dos Relatórios Anuais das Dívidas Públicas.

A segunda hipótese considerada no estudo foi: Prevê-se que o crescimento exponencial do endividamento público moçambicano seja proveniente dos desastres naturais e o desempenho fiscal neste período foi negativo.

Com a inserção das dívidas “ocultas” ou “não declaradas” no Orçamento do Estado, em 2015, a dívida pública moçambicana acelerou para níveis de insustentabilidade em função dos critérios do Fundo Monetário Internacional, segundo a qual o limite da sustentabilidade do endividamento público deve ser 70% (Centro para Democracia e Desenvolvimento-CDD, 2019); assim sendo, em 2015 a dívida pública roçava os 88,1% do PIB, em 2016 atingiu o pico de 120%, no ano de 2017 foi de 110,4%, em 2018 cerca de 113% e em 2019 rondou nos 108,8% do PIB, e os números demonstram que o crescimento do endividamento não tem nenhuma relação directa com os desastres naturais, mas sim, a inclusão no serviço da dívida de obrigações que não tinham sido declaradas no âmbito das chamadas “dívidas ocultas” (Conferir o gráfico 9).

Gráfico 9. Evolução da dívida pública (Unidade: percentagem do PIB)



Fonte: Dados compilados a partir da *Trading Economics* (2019).

Conforme destaca o Banco Mundial (2021), trata-se dum pacote da dívida de USD 2 mil milhões contratada em 2013-2014 para financiar empresas de segurança, apoiado por garantias estatais consideradas inconstitucionais, que contribuiu para que o país continue sobreendividado. Esses dados contribuem para a reprovação da hipótese 2, apesar da dívida pública destinadas a emergência causada pelos desastres alcançar a maior percentagem no ano de 2019, cerca dos 20%, por conta dos estragos causados pelos ciclones Idai e Keneth, verifica-se que é pouco significativo (Conferir o Gráfico 8).

A terceira hipótese definida para esta pesquisa pressupunha que: o impacto que os desastres naturais têm nas finanças públicas não afecta directamente os níveis de crescimento económico de Moçambique.

Apesar dos riscos serem elevados por causa das contingências provocadas pelos desastres naturais, observa-se que as receitas fiscais (cerca de 18,4% em 2016; 20,0% em 2017; 20,5% em 2018 e 25,0% em 2019) tiveram uma tendência crescente e um peso grande no Produto Interno Bruto (PIB), comparativamente aos donativos (1,9% em 2016; 1,9% em 2017; cerca de 2,0% em 2018 e 1,2% em 2019) e receitas não fiscais (3,6% em 2016; 5,1% em 2017; 3,2% em 2018 e 3,9% em 2019), nos anos em que ocorreram os desastres naturais (Conferir o quadro 19), o que significa que os sectores que mais contribuem para a robustez das receitas públicas moçambicanas

continuaram a funcionar na sua plenitude apesar da ocorrência dos ciclones tropicais, secas, inundações e estiagem, produzindo riqueza nacional, corroborando assim com a terceira hipótese.

Quadro 19. Evolução das finanças públicas (em percentagem do PIB)

Em Percentagem (%) do PIB	2015	2016	2017	2018	2019
Receitas + donativos (excluindo mais-valias)	26,0	23,9	24,6	25,8	24,4
Receita total	23,2	22,0	25,1	23,8	28,9
Receita fiscal	19,5	18,4	20,0	20,5	25,0
Mais-valias			2,5		5,7
Receita não fiscal (incluindo mais-valias)	3,7	3,6	5,1	3,2	3,9
Donativos	2,8	1,9	1,9	2,0	1,2

Fonte: Actualidade Económica de Moçambique (Banco Mundial, 2021).

CAPÍTULO VI: CONCLUSÃO, RECOMENDAÇÕES E PROPOSTA DE LINHAS PARA FUTURAS PESQUISAS

O sexto capítulo apresenta as conclusões desta pesquisa, as respectivas recomendações e as linhas que podem ser desenvolvidas em futuros estudos.

6.1 Conclusões

Os desastres naturais são fenómenos cujas consequências preocupam as Nações Unidas, os países desenvolvidos e os países em vias de desenvolvimento, razão pela qual os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) números 11 e 13, aprovados pela Agenda 2030 tem dado muita atenção nesses fenómenos, alias, a ideia de sustentabilidade já envolve uma reflexão sobre os desastres naturais. Nessa perspectiva, Moçambique não é excepção, dado que, tem sido afectado de forma sequencial pelos desastres naturais, totalizando cerca de 87, desde 1980 a 2019, envolvendo cheias, secas, ciclones, tempestades tropicais, secas, depressão tropicais e epidemias, deste modo, este estudo problematizou o impacto dos desastres naturais nas finanças públicas moçambicanas, com destaque para a política fiscal, o endividamento público e comportamento das receitas e despesas públicas.

Observando para o comportamento das receitas fiscais, não houve perdas significativas, na medida em que, apesar dos desastres naturais terem inibido as actividades económicas, reduzido o número dos contribuintes, destruído as infraestruturas de cobrança por onde funcionavam os postos de colecta de receitas nas regiões directamente afectadas, obteve-se um crescimento na arrecadação de algumas receitas, tais como, Receitas Correntes, Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado, Outros Impostos Nacionais, Patrimoniais, Participações do estado, Rendas de Imóveis, Exploração de Bens de Domínio Público e Outras receitas de capital. Todavia, uma tendência negativa observa-se com o Imposto sobre Comércio Externo, Imposto sobre Consumos Específicos de Produção Nacional, Imposto sobre Consumos Específicos de Produtos Importados, Receitas de Capital e Alienações do Património do Estado, que não alçaram as metas de arrecadação planificadas pela Autoridade Tributária, na medida em que, muitas destas receitas que tiveram perdas dependem do comércio internacional e do uso de portos como o da Beira, que foram afectados negativamente pelos ciclones e tempestades.

Foi possível constatar que as subvenções financeiras alocadas pelo Estado moçambicano para dar resposta a emergência e reconstrução pós-desastre são exíguos e pouco representativos para aumentar o nível do endividamento do país no período em análise, excepto para o ano de 2019 onde a dívida pública rondou os 20%, por conta dos grandes estragos causados pelos ciclones Idai e Keneth. Finalmente, chegou-se à conclusão de que o impacto que os desastres naturais têm nas finanças públicas não afectam directamente os níveis de crescimento económico de Moçambique, visto que, as receitas públicas continuaram a crescer de 2016 a 2019 apesar da ocorrência dos ciclones tropicais, secas, inundações e estiagem, significando que os sectores que mais contribuem para o fisco ficaram intactos, por conseguinte, devido a destruição de infraestruturas, perdas de vidas humanas, culturas agrícolas, ficou evidente que a preparação limitada e a falta de recursos financeiros inibem ainda mais a capacidade do país de adaptação e de resposta às emergências causadas por estes fenómenos. Logo, a terceira hipótese é que responde à questão orientadora da pesquisa, ao considerar que o impacto que os desastres naturais têm nas finanças públicas não afecta directamente os níveis de crescimento económico de Moçambique.

Assim sendo, é correcto afirmar que os recursos destinados ao financiamento dos desastres naturais têm apresentado diferenças ao longo dos anos, com uma tendência das necessidades aumentarem e as subvenções financeiras a reduzirem, resultando num deficit para suportar as actividades de resposta a emergências e reconstrução das infraestruturas destruídas.

6.2 Recomendações

A abordagem seguida para o desenvolvimento desta pesquisa incluía a entrevista na Autoridade Tributária de Moçambique para apurar as perdas fiscais e dificuldades associadas ao alargamento da base tributária, onde foi possível verificar a existência de muita lentidão na arrumação dos dados sobre quanto o Estado perdeu de receitas por causa dos desastres naturais, logo, há necessidade desta organização criar uma base de dados com a informação fiscal relatando as perdas fiscais nas zonas afectadas pelos desastres naturais em função da categoria e natureza dos tributos relacionados ao fisco.

Para o governo de Moçambique, Conselho de Ministros deve aumentar as dotações orçamentais destinadas a assistência de emergência e reconstrução das zonas afectadas pelos desastres naturais,

para minimizar o impacto nas famílias e nas empresas. A quando da ocorrência dos ciclones Idai e Keneth, muitos governos de países e organizações internacionais prometeram apoio financeiro, no entanto, o órgão de reconstrução pós-ciclone tem sempre denunciado a falta de cumprimento destas promessas. Dessa forma, significa que o governo deve fazer uma poupança para esses eventos que tendem a ser recorrentes e reduzir a dependência das doações, numa fase mais consolidada recomenda-se que se institucionalize um Fundo de Assistência de Emergência e Reconstrução Pós-desastres Naturais com uma percentagem de 20 a 30% das receitas fiscais e as provenientes de mais-valias a serem canalizadas para esse feito.

Há necessidade do Governo, através do seu braço operativo, nomeadamente, Instituto Nacional de Gestão de Calamidades, determinar por decreto a retirada compulsiva dos habitantes que estejam em zonas de risco, independentemente de haver previsão ou não de ocorrência dum desastre natural. O Ministério das Obras Públicas, Recursos Hídricos e Habitação em parceria com as faculdades de engenharias e arquitecturas das Universidades moçambicanas ou africanas devem desenharem uma solução de modelo de construções resilientes aos desastres, bem como a localização dos espaços que através do planeamento físico sejam convidados os residentes da área de risco a mobilizarem-se para essas zonas, sem negligenciar a atribuição dos Direitos de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT) para atrair a população para as novas zonas.

Agradecimentos

Alhamdulillah agradeço a Deus todo poderoso.

Ao meu orientador, Prof. Doutor Rodrigues Nhiuane Cumbane, por aceitar supervisionar incansavelmente este trabalho, endereço a minha vénia pela nobre missão.

A minha esposa, Benilda Firmino, que dedicou o seu tempo para monitorar de perto o meu progresso académico através do registo das notas obtidas nas pautas e por aceitar que investisse os recursos para custear os estudos.

Ao meu pai, Carlos Batone, por encorajar sempre a não desistir nos meus projectos pessoais.

Ao antigo Director Geral da Escola Superior de Economia e Gestão e economista, Hipólito Hamela, por ter sugerido algumas melhorias e encorajado o desenvolvimento desta pesquisa.

A senhora Directora Executiva da Escola Superior de Economia e Gestão, Vanda Castelo, que aprovou a bolsa de estudos para participar nas despesas de formação e deu o apoio necessário.

Aos meus colegas do grupo de estudo, Mauro da Cruz, Ilda Domingos, António Munhame, Salomé Mulhui, Andrisse Muhave, Gércio Nharreluga, Nely Boane e Filimone Andela, por terem sido exemplares e os melhores no desenvolvimento dos trabalhos académico.

Aos colegas das disciplinas do tronco comum, que sempre estiveram próximos no desenvolvimento de muitas actividades académicas, nomeadamente, Elvira Machiana, Coronel Omar Saranga, Coronel Xavier Cadete, Oriel Chemane e Cunhas.

A minha turma de Mestrado em Administração Pública e Desenvolvimento (MAPD), por terem me escolhido como coordenador ou chefe de turma.

Aos meus docentes, Prof. Doutor Nelson Mabucanhane, Prof. Doutor Rodrigues Nhiuane Cumbane, Prof. Doutor António Lourenço Caetano, Prof. Doutor José Magode, Prof. Doutor Edmundo Macuácuá, Mestre Carlos Caixote, Prof. Doutor Damião Cardoso, Doutor Venâncio Chirime, Prof. Doutor João Gabriel de Barros, Prof. Doutor Arnaldo Massangaie e Mestre Zaqueu Ranchaze, por terem partilhado excelentes lições sobre a ciência, agradeço por tudo.

REFERÊNCIAS

- Acemuglu, D. (2007). *Introduction to Modern Economic Growth*. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology.
- Almeida, L. Q. (2011). *Por uma Ciência dos Riscos e Vulnerabilidade na Geografia*. Mercator, 10, 23, 83-99.
- Anderson, P. (1995). *Balanço do neoliberalismo*. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Anstead, N. (2017). *The idea of austerity in British politics*. 2003-13. Political Studies.
- Aon. (2019). *Weather, Climate & Catastrophe Insight 2019 Annual Report*. Disponível em: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/20200122-if-natcat2020.pdf>.
- Arndt, C., Chinowsky, P., Strzepek, K., Thurlow, J. (2011). *Climate Change and Infrastructure Investment in Developing Countries: The Case of Mozambique*. Working Paper No. 2011/92. United Nations University, UNU-WIDER, World Institute for Development Economics Research, December 2011
- Avaliação das Necessidades Pós-Desastre-PDNA (2019). *Avaliação das Necessidades Pós Desastre (PDNA) após o ciclone tropical ADAI*. Maputo: PDNA.
- Bachtold, C. (2008). *Noções de Administração Pública*. Cuiabá: UFPR.
- Banco Mundial (2010). *Economics of Adaptation to Climate Change: Mozambique Country Study*.
- Banco Mundial (2017). *Protecção Financeira contra Calamidades em Moçambique*. Maputo.
- Banco Mundial (2021). *Actualidade Económica de Moçambique (AEM)*. Maputo.
- Benson, C.; Clay, E. (2004). *Understanding the economic and financial impacts of natural disasters*. Washington: Disaster Risk Management Series. v. 4.
- Burnes, B. (2017). *Managing Change*. 7 Ed. United Kingdom: Pearson.
- Centro para Desenvolvimento e Democracia-CDD (2019). *Que preço os moçambicanos estão a pagar pela dívida pública insustentável?* Maputo: Desenvolvimento Review (DesR).
- CGE (2017). *Conta Geral do Estado do Ano 2016*. Maputo.
- CGE (2018). *Conta Geral do Estado do Ano 2017*. Maputo.
- CGE (2019). *Conta Geral do Estado do Ano 2018*. Maputo.
- CGE (2020). *Conta Geral do Estado do Ano 2019*. Maputo.
- Churchman, C. W. (1968). *The Systems Approach*. New York: Delta.
- Costa, L. A. (2016). *Finanças Públicas*. FGV Direito Rio.
- Cumbane, R. N. (2015). *Análise do Risco de Incêndios Urbanos no Município de Maputo em Moçambique*. (Tese de Doutoramento) Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Domingos, C. (2013). *Oportunidades Disfarçadas: histórias reais de empresas que transformaram problemas em grandes oportunidades*. Rio de Janeiro: Sextante.

- Federação Internacional das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (2012). *Leis de Resposta a Desastres de Dimensão Internacional (IDRL) em Moçambique*. Genebra.
- Fernandes, C. B. S., Moreira, V. G. (2015). *Armadilha de lucratividade e BigPush: considerações a partir de Rosenstein-Rodan*. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 3 (55), p. 573-587.
- Ferreira, A. A., Reis, A. C. F., Pereira, M. I. (2002). *Gestão Empresarial: de Taylor aos nossos dias*. São Paulo: Pioneira.
- FEWS NET (2017). *Situação de Crise esperada até pelo menos Março devido a efeitos das secas, cheias e ciclone*. Maputo.
- Fiedler, F. E. (1964). *A Contingency Model of Leadership Effectiveness*. *Advances in experimental social psychology*. pp. 149-190.
- Freeman, P., Keen, M., Mani, M. (2003). “*Dealing with Increased Risk of Disasters: Challenges and Options*”. Washington, DC: IMF Working Paper, WP/03/197, International Monetary Fund.
- Fundo Monetário Internacional (2018). *Relatório do corpo técnico sobre as consultas de 2017 ao abrigo do artigo IV-comunicado de imprensa, relatório do corpo técnico e declaração do administrador para a República de Moçambique*. Relatório do FMI No. 18/65.
- Giambiagi, F., Além, A. C. (2011). *Finanças Públicas: Teoria e Prática*. 4 Ed. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6 Ed. São Paulo: Atlas.
- Governo de Moçambique (2018). *Plano Anual de Contingência 2019*. Maputo: Aprovado pela 36ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, aos 20 de Novembro de 2018.
- Governo de Moçambique. (maio de 2019). *Mozambique Cyclone Idai Post Disaster Needs Assessment*.
- Gruber, J. (2011). *Public Finance and Public Policy*. 3 Ed. New York: Worth Publishers.
- Herath, D. (2009). *The Discourse of Development: has it reached maturity?*. *Third World Quarterly*, Vol. 30, No. 8, 2009, pp 1449–1464.
- Heywood, A. (2015). *Key concepts in politics and international relations*. 2 Ed. New York: Palgrave Macmillan.
- Hofman, D., Brukoff, P. (2006). *Insuring Public Finances Against Natural Disasters-A Survey of Options and Recent Initiatives*. Washington DC: IMF Working Paper, WP/06/199, International Monetary Fund.
- IFD-Instituto de Formação e Desenvolvimento (2011). *Manual de Finanças Públicas e Gestão Orçamental*. 1Ed. London: Heron Dawson & Sawyer.
- INE (2018). *Resultados Definitivos do IV Recenseamento Geral da População e Habitação*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) (2009). *Relatório de Mudanças Climáticas do INGC: Estudo sobre o Impacto das Mudanças Climáticas no Risco de Desastres em Moçambique*. VanLogchem B. and Brito R. (eds), INGC, Moçambique.
- Kast, F. E., Rosenzweig, J. E. (1974). *Organization and Management: A Systems Approach*. New York: McGraw- Hill.

- Katz, D., Kahn, R. L. (1966). *The Social Psychology of Organizations*. New York: Wiley.
- Kelniar, V. C., Lopes, J. L., Pontili, R. M. (2013). *A teoria do capital humano: revisitando conceitos*.
- Kuhn, T. S. (2006). *A estrutura das revoluções científicas*. 1 Ed. São Paulo: Perspectiva.
- Manjoro, A., Rosse, M. E. G., Ferreira, Pe. A. (2019). *Desafios de Moçambique Após os Ciclones IDAI e Kenneth*. Maputo.
- Masato, K. (2006). *Prevenção de desastres naturais: conceitos básicos*. Curitiba: Ed. Organic Trading.
- MEF (2017). *Relatório da Dívida Pública 2016*. Maputo: Ministério da Economia e Finanças, n. 9.
- MEF (2018). *Relatório da Dívida Pública 2017*. Maputo: Ministério da Economia e Finanças, n. 10.
- MEF (2019). *Relatório da Dívida Pública 2018*. Maputo: Ministério da Economia e Finanças, n. 11.
- MEF (2020). *Relatório da Dívida Pública 2019*. Maputo: Ministério da Economia e Finanças, n. 12.
- MEF/DGR (2021). *Relatório de Riscos Fiscais 2021*. Maputo: Ministério da Economia e Finanças/Direção de Gestão de Risco.
- Mendes, J. M., Tavares, A. O., Cunha, L., & Freiria, S. (2011). *A vulnerabilidade Social aos Perigos Naturais e Tecnológicos em Portugal*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 93, 95-128.
- Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (2019). *Plano Preliminar de Recuperação da Campanha Agrária 2018/2019*. Maputo: MASA.
- Ministério da Economia e Finanças/Direção de Gestão do Risco (2020). *Relatório de Riscos Fiscais 2020*. Maputo: MEF/DGR.
- Monteiro, J. B., Pinheiro, D. R. C. (2012). *O desastre natural como fenómeno induzido pela sociedade: abordagens teóricas e metodologias operacionais para identificação/mitigação de desastres naturais*. Revista de Geografia - PPGeo - v. 2, nº 1.
- Munich Re (2006). "Topics Geo—Annual Review: Natural Catastrophes 2005". Knowledge Series, Munich: Munich Re.
- OCHOA. (2019). *Cyclones Idai and Kenneth*. <https://www.unocha.org/southern-and-eastern-africa-rosea/cyclones-idai-and-kenneth>
- Oliveira, F. A. (2007). *ECONOMIA E POLÍTICA DAS FINANÇAS PÚBLICAS: um guia de leitura à luz do processo de globalização e da realidade brasileira*. Belo Horizonte.
- Oliveira, T. C. (2014). *O que é uma Boa Investigação Qualitativa*. In: Jorge F. S. Gomes, Francisco Cesário (Org.). *Investigação em Gestão de Recursos Humanos: Um Guia de Boas Práticas*. Lisboa: Escolar Editora.
- OMR (2019). *Gestão e administração de terras em contexto de riscos climáticos: desafios e cenários futuros*. Maputo: Observatório do Meio Rural.
- Peet, R., Hartwick, E. (2009). *Theories of Development: Contetions, Arguments, Alternatives*. 2 Ed. New York: the Guilford Press.

- Pereira, P. T., Afonso, A., Arcanjo, M., Santos, J. C. G. (2016). *Economia e Finanças Públicas*. 5 Ed. Lisboa: Escolar Editora.
- Ping, J. W., Cui, T., Pan, S. L. (2011). *Strategies of crisis management from contingent perspective*. Singapore.
- Prodanov, C. C., Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. 2 Ed. Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul: Feevale.
- Quarantelli, E. L. (1998). (ed.). *What is a disaster?* Londres e Nova York: Routledge.
- Quivy, R., Campenhoudt, L. V. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 4 Ed.. Lisboa: Gradiva.
- Rahman, A. et al. (2000). *The budget and the poor*. Study commissioned by IDPAA, Proshika and conducted by Shamunnay. Dhaka: University Press.
- Roesch, S. M. A. (1999). *Projectos de Estágio e de Pesquisa em Administração*. 2 Ed. São Paulo: Atlas.
- Santayana, G. (2007). *A brief history of management*.
- Santos, I. M. C. (2014). *Um novo modelo de gestão das escolas: entre a retórica da mudança e o vazio das consequências*. (Tese de Doutoramento) Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Schumpeter, J. A. (1997). *Teoria do desenvolvimento económico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo económico*. (Tradução de Maria Sílvia Possas) São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda.
- Sen, A. (1999). *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Makron Books.
- Strzepek, K., Arndt, C., Chinowsky, P., Kuriakose, A., Neumann, J., Nicholls, R., Thurlow, J., Wright, L. (2010). *Economics of Adaptation to Climate Change: Mozambique*. Washington DC: World Bank.
- Thompson, I. D. (1967). *Organizations in Action*. New York: McGraw-Hill.
- Trading Economics. (2019). *Mozambique Government Debt to GDP*. Acessado aos 28 de Março 2021 e disponível em: [//tradingeconomics.com/mozambique/government-debt-to-gdp](https://tradingeconomics.com/mozambique/government-debt-to-gdp).
- UNDRO (1979). *Natural Disasters and Vulnerability Analysis, Report of Expert Group. Meeting 9-12 July 1979, Office of the United Nations Disaster Relief Coordinator, Geneva*.
- United Nations Institute for Training and Research. (20 de março de 2019). *UNOSAT MOZAMBIQUE Sofala province Imagery analysis: 19 and 20 March 2019*. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/UNOSAT_A3_Natural_Portrait_TC20190312MOZ_SofalaProvince_20190320.pdf.
- Viali, L. (2008). *Testes de Hipóteses Não Paramétricos*. Porto Alegre.
- Wingqvist, G. Ö. (2013). *Environment and Climate Change Policy Brief – Mozambique Generic outline*. Maputo.
- Wisner, B., Blaikie, P., Cannon, T., Davis, I. (2004). *At Risk-Natural Hazards, People's Vulnerability and Disasters*. New York: Routledge.

- World Vision (2019). *2019 Cyclone Idai: Facts, FAQs, and how to help*. Disponível em: <https://www.worldvision.org/disaster-relief-news-stories/2019-cyclone-idai-facts>.
- World Vision. (2019). *2019 Cyclone Idai: Facts, FAQs, and how to help*. Gulland, Anne. (7 de agosto de 2019). *Floods and drought: the challenges facing Mozambique's farmers after cyclone Idai*. The Telegraph. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/global-health/climate-and-people/floods-drought-challenges-facing-mozambiques-farmers-cyclone/>
- Zanin, D. F. (2016). *A influência dos fatores contingenciais e não contingenciais no desempenho da pecuária leiteira no município de VERÊ – PR sob a perspectiva da ecoeficiência*. (Dissertação de Mestrado) Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- Zurich Flood Resilience Alliance (2020). *2019 Ciclone Idai e o Kenneth-Moçambique*. Disponível em: https://www.alnap.org/system/files/content/resource/files/main/558f8a_629138890ac84ab0a4e28338a91afc38.pdf

POSFÁCIO

O presente livro que discute o impacto dos desastres naturais nas finanças públicas moçambicanas entre 2016 e 2019 oferece uma análise rigorosa e multifacetada dos desafios enfrentados pelo país em um contexto de vulnerabilidade climática crescente. Através de uma abordagem metodológica mista, Domingos Carlos Batone conseguiu mapear com precisão os efeitos desses eventos na arrecadação fiscal, nos gastos públicos e no nível de endividamento do Estado.

Ao longo do livro, percebe-se que os desastres naturais, embora tenham gerado significativas perdas materiais e humanas, não foram suficientes para abalar estruturalmente o crescimento das receitas públicas. No entanto, fica evidente que a gestão dos recursos financeiros destinados à resposta a essas calamidades ainda enfrenta limitações que comprometem a resiliência do país diante de eventos futuros.

A análise histórica e estatística apresentada permite compreender que Moçambique, devido à sua localização geográfica, continuará a enfrentar fenómenos climáticos extremos. Nesse sentido, as conclusões deste livro apontam para a necessidade de estratégias financeiras mais robustas e sustentáveis, que garantam não apenas a mitigação dos danos imediatos, mas também a construção de infraestruturas mais resistentes e sistemas de arrecadação fiscal menos vulneráveis a choques externos.

Outro ponto relevante abordado pelo Batone é a interseção entre os desastres naturais e o nível de endividamento público. O estudo demonstra que, apesar da necessidade crescente de investimentos emergenciais, os empréstimos contraídos pelo Estado não se traduziram em um agravamento irreversível da dívida pública, salvo no caso do ano de 2019, devido aos ciclones Idai e Kenneth. Esse dado reforça a importância de um planeamento financeiro que considere a variabilidade dos desastres naturais como um factor determinante na formulação de políticas fiscais.

Além dos impactos directos nas finanças públicas, o livro também ilumina as consequências desses desastres para sectores estratégicos da economia moçambicana, como agricultura, turismo e infraestrutura. A destruição de estradas, pontes e edifícios não apenas afecta a arrecadação fiscal, mas também impõe desafios para a retomada das actividades económicas nas regiões mais atingidas.

A partir dessas constatações, fica claro que um dos maiores desafios para Moçambique não é apenas a resposta emergencial aos desastres, mas a criação de mecanismos estruturais para minimizar sua recorrência e impacto financeiro. Batone sugere medidas como a diversificação das fontes de receita do Estado, a criação de fundos soberanos para resposta a desastres e o fortalecimento de parcerias internacionais para a captação de recursos destinados à reconstrução.

Diante de um cenário global de mudanças climáticas, os achados deste livro são de grande relevância para formuladores de políticas públicas, acadêmicos e demais actores envolvidos na gestão de riscos e na administração financeira do Estado. O modelo analítico apresentado pode servir de referência para outros países em desenvolvimento que enfrentam desafios semelhantes no equilíbrio entre resposta a desastres e estabilidade fiscal.

Mais do que uma contribuição académica, este livro representa um alerta e um convite à reflexão. Batone nos lembra que a gestão de finanças públicas em contextos de crise climática exige planificação contínua, inovação e cooperação entre os diferentes sectores da sociedade. A negligência ou a falta de estratégias eficazes pode não apenas comprometer a recuperação económica, mas também aprofundar desigualdades sociais e vulnerabilidades regionais.

O leitor que chegou até este ponto certamente reconhece a profundidade e a importância do trabalho realizado. Espera-se que as conclusões e recomendações aqui apresentadas possam inspirar novas pesquisas, fomentar o debate público e, acima de tudo, contribuir para a construção de um Moçambique mais resiliente, sustentável e economicamente estável.

Em um mundo onde os desastres naturais se tornam cada vez mais frequentes e intensos, estudos como este são fundamentais para antecipar desafios, orientar decisões políticas e garantir que as finanças públicas estejam preparadas para enfrentar as incertezas do futuro.

Jochua Abrão Baloi

*Doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ),
Professor na Universidade São Tomás de Moçambique e Research Fellow na Universidade Joaquim Chissano*



SCIENTIFICA ACADEMICA LIBRI – SAL

IMPACTO DOS DESASTRES NATURAIS
SOBRE AS FINANÇAS PÚBLICAS EM
MOÇAMBIQUE (2016-2019)

DOMINGOS CARLOS BATONE

ISBN: 978-65-01-32067-0

CBL



9 786501 320670



